



XV Encontro Regional de História Oral do Centro-Oeste "Emergências Climáticas e Oralidades Tradicionais"

CADERNO DE RESUMOS



**Cidade de Goiás- GO
27 a 29 de maio de 2025**





SUMÁRIO

ST 1: ORALIDADES NEGRAS: CULTURA IDENTIDADES E PATRIMÔNIOS AFRO-BRASILEIRO. COORD.: ROSINALDA OLASÉNÍ CORRÊA DA SILVA SIMONI (PUC-GOÍÁS/UFT); MARILÉA DE ALMEIDA (UnB); VALDIRENE GOMES DOS SANTOS DE JESUS (UFT)..... 9

1. ENTRE GINGAS E MEMÓRIAS: CAPOEIRA, ORALIDADE E A CONSTRUÇÃO AFROPINDORÂMICA DO PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO. Tales Damascena de Lima (UNESP)
2. CONHECIMENTO QUE CURA: EDUCAÇÃO E SAÚDE COMO MANTENEDORES DA VIDA NA COMUNIDADE KALUNGA DO TINGUIZAL. Nathália Tavares Vilela de Oliveira (UnB)
3. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E MEMÓRIA: A VIOLA DE BURITI E A BIOINTERAÇÃO QUILOMBOLA. Diego Silva Brito (UFT) e George Leonardo Seabra Coelho (UFT)
4. O “EU” É UM LUGAR DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: A SUBJETIVIDADE NA HISTÓRIA E NA HISTORIOGRAFIA, POR UMA CIÊNCIA QUE SAIBA EXERCER A ALTERIDADE. Gabriela Bernardo (UnB)
5. NARRATIVAS ORAIS NO QUILOMBO ALTO SANTANA: HISTÓRIAS, TRAJETÓRIAS E PROJETOS. Ádria Borges Figueira Cerqueira (IFG) e Nicolí Fonseca Ferreira (UFG)
6. A CAPOEIRA ANGOLA NO COMBATE AO RACISMO NA CONTEMPORANEIDADE NA CIDADE DE GOIÁS 1980 à 2010. Paulo Sérgio Gomes Ferreira (RME Goiás/PUC-GO)
7. PATRIMÔNIO CULTURAL AFROBRASILEIRO NO QUILOMBO ALTO SANTANA CIDADE DE GOIÁS (GO). Paulene Almeida Rodrigues (PUC-GO)
8. INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA E CULTURAL PARA POVOS TRADICIONAIS: COMUNIDADES QUILOMBOLAS. Valdirene Gomes dos Santos de Jesus (UFT); Rosinalda Correa da Silva Simoni(UFT); Welley Nunes da Silva (UFT) e Ana Claudia Macedo Sampaio (UFT)
9. TERRITÓRIO NEGRO, PATRIMÔNIO E CORPO-TERRITÓRIO NAS NARRATIVAS ORAIS DO QUILOMBO ALTO SANTANA. Ádria Borges Figueira Cerqueira (IFG) e Sinara Carvalho de Sá (UnB)
10. PARA ALÉM DO “QUARTO DE DESPEJO”: A COMUNIDADE EM TORNO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO MIGUEL (GO) COMO LUGAR DE CULTURA E MEMÓRIA. Patrícia da Silva Santos Marques (UEG)
11. O DIZER DE SI E O DIZER DO OUTRO: ORALIDADE E PSICANÁLISE NOS TRABALHOS DE BEATRIZ NASCIMENTO. Mariléa de Almeida (UnB)
12. DO PRETUGUÊS AO QUILOMBÊIS: REFLEXÕES FILOSÓFICAS NA PERSPECTIVA DAS ORALIDADES E MATRINARRATIVAS NO QUILOMBO ÁGUA LIMPA. Rosinalda Olaséní C. da Silva Simoni (PUC-GO)

Instituições Organizadoras:





ST 2: HISTÓRIA ORAL E FABULAÇÃO HISTORIOGRÁFICA CRÍTICA: TRAJETÓRIAS DE MULHERES NEGRAS AFRODIASPÓRICAS. Coord.: Thais Alves Marinho (PUC-GO); Maria Edimaci Teixeira Barbosa Leite (SME/Goiânia); Tatiana Oliveira Novais (Fiocruz – Brasília)....

20

1. HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS DE MULHERES AFRODIASPÓRICAS. Thais Alves Marinho (PUC-GO)
2. RESISTÊNCIA EM REDE: TRAJETÓRIA HISTORIOGRÁFICA DAS MULHERES NEGRAS EM GOIÁS. Ana Clara Duarte Avelar (PUC-GO)
3. LEODEGARIA DE JESUS NA PERSPECTIVA POÉTICA E RELIGIOSA. Cosme Juares Moreira Streglio (PUC-GO)
4. A VOZ DE VALÉRIA: TEOLOGIAS DA LIBERTAÇÃO E A NOVA REALIDADE BRASILEIRA. Rodolfo Rodrigues Pereira (PUC-GO)
5. TEREZA DE BENGUELA E A FABULAÇÃO DE UMA ESCRITA INSUBMISSA DA HISTÓRIA AFRODIASPÓRICA. Manuela Arruda dos Santos Nunes da Silva (UFMT)
6. O FEMINISMO AFRO-DIASPÓRICO: LUIZA MAHIN, UM MITO? Vinícius Ferreira Guimarães (PUC-GO) e Thais Alves Marinho (PUC-GO)
7. REPRESENTAÇÕES FEMININAS E RESISTÊNCIA ANTICOLONIAL NA POÉTICA DE NOÉMIA DE SOUZA. Sandra Miriam da Silva Gonçalves (UEG)
8. EPISTEMOLOGIAS CONTRA HEGEMÔNICAS: SABERES DE MULHERES NEGRAS FRENTE À LÓGICA NEOLIBERAL. Aparecida Macedo Larindo (PUC-GO) e Breno Matheus Oliveira Carvalho (PUC-GO)
9. A DANÇA DA SUSSA: ORALIDADE TRADICIONAL E PERFORMANCE. Maria Edimaci Teixeira Barbosa Leite (PUC-GO); Maxwell Wallace Barbosa Leite (PUC-GO)
10. ANÁLISE CRÍTICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA: MULHERES, MEMÓRIAS, SILENCIAMENTOS E FABULAÇÃO HISTORIOGRÁFICA. Tatiana Oliveira Novais (PUC-GO)
11. ONDE ESTÃO AS PROFESSORAS PRETAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS? APAGAMENTOS E EPISTEMICÍDIOS NA ACADEMIA. Talita Michelle de Souza (PPGH-UFG)
12. NARRATIVAS PRETAS: UMA ALTERNATIVA DE LETRAMENTO RACIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ANÁPOLIS-GO. Talita Michelle de Souza (PPGH-UFG)
13. A CAPITAL DA ESPERANÇA PELOS PASSOS DA MINHA FAMÍLIA. Maria Clara Alves (UnB)
14. A CONTRIBUIÇÃO DE NILMA LINO GOMES PARA O PENSAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO. Rafaela Rodrigues Martins (PPGED) e Sônia Maria dos Santos (UFU)
15. NARRATIVAS ORAIS DE MULHERES SEM TERRA: INFLEXÕES PARA O CAMPO DOS ESTUDOS DE GÊNERO E OS FEMINISMOS. Flávia Pereira Machado (IFG - Goiânia)

Instituições Organizadoras:



Apoio:





ST 3: A ORALIDADE COMO METODOLOGIA DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. COORD.: ANA RAQUEL COSTA DIAS (UnB)]; KEIDES BATISTA VICENTE (PPGE/ UEG); VITOR HUGO ABRANCHE DE OLIVEIRA (PPGHISPAM/UFT).....33

1. DA COLETA DA NEBLINA À BRINCADEIRA NA NEBLINA: A INSTABILIDADE DAS METODOLOGIAS DE PESQUISA DA ORALIDADE. Bruna Paiva de Lucena (SEDF)

2. A HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA DE PESQUISA PARA A COMPREENSÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL NO QUILOMBO DE TOMÉ NUNES, MALHADA, BAHIA. Josedalva Farias dos Santos (UEG)

3. MEMÓRIAS E NARRATIVAS DOS IMIGRANTES BOLIVIANOS RESIDENTES EM CÁCERES-MT. Renilda Miranda Cebalho (SEDUC/MT)

4. FECHAMENTOS DE ESCOLAS DO CAMPO: A HISTÓRIA ORAL COMO CAMINHO PARA NOVAS DESCOBERTAS. Guilherme Teixeira Gomes (UEG); Paulla Crystina Gomes França (UEG)

5. VISÕES DE FUTURO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DE PORTO ALEGRE - RS EM UM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA. Isadora Ritterbusch Librenza (RME-Porto Alegre/ UFRGS)

6. O USO DA HISTÓRIA ORAL NA ELABORAÇÃO DO MEMORIAL SOBRE O CENTRO DE TREINAMENTO DO MAGISTÉRIO DE INHUMAS, GOIÁS. Keides Batista Vicente (UEG)

ST 4: LITERATURA, ORALIDADES, POVOS DO CAMPO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS. COORD.: ALESSANDRA GOMES DE CASTRO (UFG); DORCELINA APARECIDA MILITÃO MOREIRA (DOUTORANDA FE/UFG-SME CIDADE DE GOIÁS); KARISA KATIELE LIMA VENÇÃO (MESTRANDA PPGEO/UEG- SME CIDADE DE GOIÁS)..... 38

1. LITERATURA E SUSTENTABILIDADE: AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS RETRATADAS NAS NARRATIVAS RURAIS. Karisa Katiele Lima Venção (PPGEO/UEG); Alessandra Gomes de Castro (UFG)

2. MULHERES AGRICULTORAS: SABERES ANCESTRAIS QUE PROMOVEM BIODIVERSIDADES. Dorcelina Aparecida Militão Moreira (PPGE/UFG) e Diane Valdez (PPGE/UFG)

3. PRODUÇÃO ARTESANAL DE CACHAÇA, LITERATURA E AMBIENTE SUSTENTÁVEL. Mara Divina da Costa (Secretária de Educação)

4. BICICLETA, TRABALHO, VIDAS: CARTAS E FOTOGRAFIAS NA DISSERTAÇÃO "AUTOETNOGRAFIA DE UMA CICLOATIVISTA NO MUNICÍPIO DE GOIÁS". Elissa da Costa Mattos (PPGEO- UEG)

5. POÉTICA E NARRADORES: POESIAS E MEMÓRIAS DOS CAMPONESES EM GOIÁS. Valtuir Moreira da Silva (UEG)

6. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II EM UMA ESCOLA DE PERÍODO INTEGRAL: ANÁLISE E PRÁTICAS. Suélio da Silva Araújo (UFMT); Divino José Lemes de Oliveira (UEG)

Instituições Organizadoras:





7. BONECAS HÍBRIDAS PRESENTES E CONTADORAS DE HISTÓRIAS. Laura Anastácia de Souza Chaves (UFG)
8. RACISMO AMBIENTAL COMO CONTEÚDO ESCOLAR: INTERFACES COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. Lídia da Silva Cruz Ribeiro (UEG)
9. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E RACISMO AMBIENTAL: INTERSECÇÕES. Lidia da Silva Cruz Ribeiro (UEG)
10. DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL E NA ESCASSEZ DE MÃO DE OBRA. José Anderson Beserra Melo (PPGGEU-UEG)
11. JOSÉ TEODORO: INVISIBILIDADE E SABEDORIA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE ITAPURANGA-GO. Lucas Pires Ribeiro (UEG)
12. OPOSIÇÃO SINDICAL NO MEIO RURAL (1970-1990): HISTÓRIA E MEMÓRIA DE LÍDERES DE SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS DO ESTADO DE GOIÁS E OS PROCESSOS FORMATIVOS. Aldimar Jacinto Duarte (PUC-GO)

ST 5: MUDANÇAS CLIMÁTICAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: CONFLITOS AMBIENTAIS E RESILIÊNCIA. COORD.: MARINA HAIZENREDER ERTZOGUE (UFT); MARIA DO ESPÍRITO SANTO ROSA CAVALCANTE RIBEIRO (PUC/GO)..... 48

1. “NÃO SOMOS INVASORES: SOMOS RAIZ”- RELATOS QUILOMBOLAS E OS CONFLITOS FUNDIÁRIOS NA ILHA DE SÃO VICENTE (TO). Alexandre Pereira Araújo (SPU/TO)
2. AS COMUNIDADES TRADICIONAIS DA BAÍA DE GUANABARA E A POLUIÇÃO INDUSTRIAL: O CASO DOS CATADORES DE CARANGUEJO DE MAGÉ (RJ). Ana Clara Freitas de Brito Soares (Graduanda, UFRJ)
3. MUDANÇAS CLIMÁTICAS: PARCERIA ENTRE PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA E EDITORA INTELIGÊNCIA EDUCACIONAL. Deraçueide Alves de Sousa dos Santos (PUC-GO)
4. “UM ESCUDO PARA PROTEGER AS FLORESTAS?": HISTÓRIA ORAL E AMBIENTAL DOS QUILOMBOS NA AMAZÔNIA ORIENTAL. Dernal Ramos (UFMT)
5. AS MULHERES NA PRODUÇÃO DE REGIMES ORGÂNICOS DE NATUREZA PARA UM FUTURO PRESENTE CAMPONÊS NO SUDESTE DO PARÁ. Idelma Santiago da Silva (UNIFESSPA)
6. QUEREM QUE A GENTE SEJA FUNCIONÁRIO, NÃO DONO”: ORALIDADES QUILOMBOLAS E OS CONFLITOS EMERGENTES DO TURISMO EM CAMPO ALEGRE (TO). José Eduardo de Azevedo Gomes Rodrigues (UFT); Marina Haizenreder Ertzogue (UFT)
7. O ETNO-CONHECIMENTO DAS MULHERES EXTRATIVISTAS DE BABAÇU NO DOCUMENTÁRIO RAIMUNDA, A QUEBRADEIRA. Marcelo Silva (UFT) e Marina Ertzogue (UFT)
8. HISTORIADORES E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA NO BRASIL: UMA REFLEXÃO PARA CONSTRUIR O FUTURO. Robson de Sousa Moraes (UEG); Tayná Michele

Instituições Organizadoras:





Rocha da Costa (UEG); Karisa Katiele Lima Venção (UEG)

9. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E TERRITORIAIS ASSOCIADOS À ÁGUA E À MINERAÇÃO: MULHERES QUILOMBOLAS E DESAFIOS DIANTE DO RACISMO AMBIENTAL. Sabrina Mendes Pereira (UnB); Regina Coelly Fernandes Saraiva (UnB)

10. MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO E A ALOCAÇÃO DE MULHERES WARAO ATRAVÉS DA IA CHAMA. Soraia Cristina Blank Arraes (UFT)

11. PRAIAS ARTIFICIAIS NO LAGO DA UHE ESTREITO: CONVIVÊNCIA ENTRE BARRAQUEIROS E APP. Súsie Fernandes Santos Silva (SEDUC-TO)

12. DA MATA GROSSA A LAGOA, PEDREIRA E CERÂMICA: IMAGINÁRIO SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DE PAISAGENS ENTRE OS TAPEBA. Thallys Kawan Lima Duarte (UnB)

13. DO ACESSO À ÁGUA AO RACISMO AMBIENTAL: CONFLITOS HÍDRICOS NA BACIA DO RIO FORMOSO (TO) E SUA REPRESENTAÇÃO NO JORNAL DO TOCANTINS (2016–2023). Wherbert da Silva Araújo (UFT)

ST 6: TECNOLOGIAS INDÍGENAS DE (RE)PRODUÇÃO DA VIDA: O BEM VIVER, AUTONOMIA E DEFESA DO TERRITÓRIO. COORD.: PATRÍCIA EMANUELLE NASCIMENTO (INHIS/UFU); ORDÁLIA CRISTINA GONÇALVES ARAÚJO (UEG)..... 57

1. A APLICAÇÃO DO DIRETÓRIO POMBALINO NA CAPITANIA DE GOIÁS: O GOVERNO DO BARÃO DE MOSSÂMEDES E SUA POLÍTICA INDIGENISTA (1772-1778). Bruna Souza Soares (UnB)

2. BANCOS DE DADOS DE RECURSOS GENÉTICOS (DSIS) DA FLORA LOCALIZADA EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO BRASIL: A NECESSIDADE DE CONSENTIMENTO PRÉVIO COMO GARANTIA AO DIREITO DE AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA. Denise Machado Leal (UnB)

3. APRESENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL KARAJÁ: A BONECA RITXOKO. Euzebio Martins Alves (PPGHISPAM-UFT)

4. PROJETOS DE EVANGELIZAÇÃO, RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO INDÍGENAS: TECNOLOGIAS DO PODER E BEM VIVER EM GOIÁS (SÉCULOS XVIII AO XX). Patrícia Emanuelle Nascimento (UFU); Ordália Cristina Gonçalves Araújo (UEG)

5. ATIVADORES DE MEMÓRIA E HISTÓRIA INDÍGENA: PRÁTICA INTERCULTURAL DE CONHECIMENTO. Diana Sales Tapeba (Graduanda, UnB)

6. A ORALIDADE COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA. Pedro Henrique Maia dos Santos (Graduando, UnB)

ST 7: HISTÓRIA ORAL, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E NARRATIVAS DOCENTES. COORD.: CÉSAR EVANGELISTA FERNANDES BRESSANIN (PPGHISPAM/UFT); MARIA ZENEIDE CARNEIRO MAGALHÃES DE ALMEIDA (PPGE – PPGH/ PUC-GO).....62

1. SEXUALIDADE INFANTIL NA ESCOLA: REFLEXÕES PSICANALÍTICAS E EDUCACIONAIS. Breno Matheus Oliveira Carvalho; Juliano Soares Oliveira

Instituições Organizadoras:



Apoio:





(Mestrandos, PUC-GO)

2. RELAÇÕES ENTRE CULTURA ESCOLAR E DINÂMICAS EDUCATIVAS: DESAFIOS E RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA JÚLIA AMORIM SOARES RODRIGUES. Bruno Moulin Franco (UFT); César Evangelista Fernandes Bressanin (UFT)

3. O DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL, A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O PNE 2024-2034. Carlla Barbosa de Moraes Ramos (PUC-GO); Luciana Cândida Duarte (PUC-GO)

4. MEMÓRIAS DA TERRA E O IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO CONTO DIAS DE CHUVA DE HUGO DE CARVALHO RAMOS. Carmem Lucia Pereira Barros Cardoso Lopes (PUC-GO)

5. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL. Carolina Maria dos Santos (PUC-GO); Maria Esperança Fernandes Carneiro (PUC-GO)

6. EDUCAÇÃO NO TOCANTINS: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DOCENTES. César Evangelista Fernandes Bressanin (UFT)

7. DO GARIMPO À ESCOLA: HISTÓRIA ORAL E MAPEAMENTO DIGITAL DAS PRIMEIRAS ESCOLAS EM BARRA DO GARÇAS (1940-1950). Cristiano Costa Pereira (UFMT); Elizabeth Figueiredo de Sá (UFMT)

8. O CLAMOR DO BAILIQUE: FICÇÃO, MEMÓRIA E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA NAS MARGENS DA ORALIDADE TRADICIONAL. Elaine de Araújo Ferreira Barros (PUC-GO)

9. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E HISTÓRIA ORAL: UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA EM JOÃO PINHEIRO (MG). Giselda Shirley da Silva (Faculdade Cidade de João Pinheiro); Vandeir José da Silva (Universidade de Évora)

10. HISTÓRIA, MEMÓRIAS E CULTURA ESCOLAR EM CATALÃO/GO. Luciana Cândida Duarte; Maria Zeneide Carneiro de Magalhães de Almeida (PUC-GO)

11. EDUCAR PELA ESCUTA: A HISTÓRIA ORAL COMO FERRAMENTA DE PERTENCIMENTO E FORMAÇÃO EM UM PROJETO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM JOÃO PINHEIRO – G. Maria Célia da Silva Gonçalves (Colégio Darcília Coimbra-CDC)

12. A ORALIDADE COMO RECURSO NARRATIVO NO RESGATE MEMORÍSTICO DO DOCENTE. Maria José Modesto Silva (PUC-GO); Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida (PUC-GO)

13. MEMÓRIAS DA ESCOLA ESTADUAL “FEBRÔNIO RODRIGUES” DE TORIXORÉU-MT (1949-2024): AFETIVIDADES E RESENTIMENTOS. Maurício do Nascimento Farias (Unemat)

14. ANÁLISE INTERSSEMIÓTICA ENTRE AS PERSONAGENS CAPITU E MACABÉA. Rafaela Fortes Lima da Silva (PUC-GO)

15. MEMÓRIA E ORALIDADE DOCENTE – O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS DE INHUMAS . Gleidson de Oliveira Moreira (PUC-GO)

Instituições Organizadoras:



Apoio:





ST 8: CULTURAS PERIFÉRICAS: SOBRE VIVÊNCIAS CONTRACOLONIAIS. COORD.: ALLYSSON FERNANDES GARCIA (CEPAE/UFG)..... 76

1. MINHA AVENTURA COM HISTÓRIA ORAL EM TRÊS TEMPOS. Allysson Fernandes Garcia (CEPAE-UFG)
2. CONIC: O PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO DO SETOR DE DIVERSÕES SUL NO PLANO PILOTO - DF. Breno Eduardo Walter Ribeiro (Graduando, UnB)
3. QUADRILHAS JUNINAS: TRADIÇÃO, REINVENÇÃO E IDENTIDADE CULTURAL EM GOIÁS. Crisnamurte Alves Carneiro; Aldimar Jacinto Duarte (PUC-GO)
4. O INCANSÁVEL EURÍPEDES: LIDERANÇA COMUNITÁRIA E LUTA POLÍTICA PELO DIREITO À CIDADE EM CEILÂNDIA-DF. Davi da Silva Alves Ribeiro (Graduando, UnB)
5. “E O MEU CABELO EU NÃO VOU CORTAR E A SUA FARDA EU NÃO VOU USAR”: UMA ANÁLISE DAS CANÇÕES DE PROTESTO CONTRA A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS EM GOIÁS (2015-2016). Isadora Malveira (Mestranda, UFG)
6. PROXIMIDADES E AFASTAMENTOS ENTRE O LEVANTE DA TURMA DA BOA VONTADE E O BADERNAÇO EM BRASÍLIA. Kayllane Bianca da Costa Lima (Graduanda, UnB)
7. CULTURAS PERIFÉRICAS EM RESISTÊNCIA: ORALIDADE E CONTRACOLONIALISMO NA POESIA DE NOÉMIA DE SOUSA. Luiz Fábio da Costa (Graduando, UEG)
8. UM FAROESTE CABOCLO? BANCAS DE JORNAIS E ATENTADOS A BOMBA NA CAPITAL DA DITADURA MILITAR. Sarah de Oliveira Marques (Graduanda, UnB); Cristiane de Assis Portela (UnB)
9. HISTÓRIAS, ESCRITA E MEMÓRIAS PERIFÉRICAS. Deborah Oliveira e Djalma Oliveira (UFG)

ST 9: HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA E HISTÓRIA SOCIAL: DIÁLOGOS PERTINENTES. COORD.: EDUARDO JOSÉ SILVA LIMA (UNITINS); FLÁVIO DANTAS MARTINS (UFOB); JIANI FERNANDO LANGARO (UFG)..... 81

1. GEOPOESIA E MEMÓRIA CANDANGA: VOZES QUE MIGRAM E RESISTEM EM EXPRESSO BRASÍLIA: A HISTÓRIA CONTADA PELOS CANDANGOS, DE EDSON BEÚ. Augusto Rodrigues da Silva Junior (Pós-LIT UnB); Sheila Gualberto Borges Pedrosa (UnB)
2. HISTÓRIA ORAL DIANTE DA CATÁSTROFE: DESAFIOS DO PROJETO MEMÓRIAS DAS ENCHENTES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, RS, 2024. Clarissa de Lourdes Sommer Alves (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul); Bruna Xavier (UFRGS)
3. ANÁLISE DE CONTEÚDO COMO TÉCNICA PARA O TRATAMENTO DE ENTREVISTAS DE HISTÓRIA ORAL. Dalânea Cristina Flôr (Univille); Fernando César Sossai (Univille)
4. HISTÓRIA PÚBLICA, EMOÇÕES E MEMÓRIA: DONA REGINA E SEU LOURENÇO,

Instituições Organizadoras:





CONTOS DE VIDAS COMUNS. Edson Silva de Lima (UEG-Uruaçu)

5. ESPAÇOS DE LEMBRANÇA, LUGARES DE ESQUECIMENTO: HISTÓRIA PÚBLICA EM PALMAS. Eduardo José Silva Lima (Unitins)

6. DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA SOCIAL: PERSPECTIVAS E DEBATES METODOLÓGICOS. Erick Marcus dos Reis e Cruz (PPGH-UFG)

7. A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E SUA DESTERRITORIALIZAÇÃO : UM ESTUDO SOBRE O CENTRO DE GOIÂNIA-GO. Fernanda Carolina Souza Peixoto Peixoto (IFG)

8. PATRIMÔNIO CATARINENSE E HISTÓRIA ORAL: UM ESTUDO PARA A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA EM REDE E SUSTENTABILIDADE PARA AS FORTIFICAÇÕES CANDIDATAS A PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO. Geisa Pereira Garcia (Univille) e Fernando Cesar Sossai (Univille)

9. VIAGENS E PASSAGEIROS DO TREM BANDEIRANTE: EXPERIÊNCIAS E SONHOS SOBRE OS TRILHOS. Guilherme Silveira Braga Vilas Boas (UnB)

10. NARRATIVAS DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS: EXPERIÊNCIAS DE FAMÍLIAS VENEZUELANAS RESIDENTES EM DOURADOS (MS). Isabeli Taveira de Souza (UEMS) e Maria Eduarda Ferro (UEMS)

11. DESENHAR OUTRAS VOZES: NOTAS DE PESQUISA A PARTIR DA HISTÓRIA DOS QUADRINHOS BRASILEIROS. Ivan Lima Gomes (UFG)

12. CULTURA E TRABALHO NA FRONTEIRA DO BRASIL COM O PARAGUAI E A ARGENTINA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA ORAL. Jiani Fernando Langaro (UFG)

13. A PATRIMONIALIZAÇÃO DOS SABERES E FAZERES LIGADOS À PRODUÇÃO DO PASTELINHO NA CIDADE DE GOIÁS. Marília Silva e Cruz (UEG)

14. A REINVENÇÃO DO FOGARÉU. Pamella Vitoria dos Santos Bento (UEG/Campus Goiás)

15. HISTÓRIA ORAL, HISTÓRIA PÚBLICA E PATRIMÔNIO CULTURAL: APROXIMAÇÕES PARA UMA PRÁTICA RESPONSÁVEL. Raul Amaro de Oliveira Lanari (UFG)

16. E O PROGRESSO SE FEZ ÁGUA: NARRATIVAS DE EX-MORADORES DE PORTO BARREIRO-MG ATINGIDOS PELA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITUMBIARA-GO. Yanglely Adriano Marinho (IFG)

ST 10: ORALIDADES, HUMANIDADES DIGITAIS E REGISTROS: EXPERIÊNCIAS NA PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO. COORD.: GEORGE LEONARDO SEABRA COELHO (PPGHISPAM/ UFT); ADRIANA CARVALHO CAPUCHINHO (PPGLETRAS/ UFT); ROGER DOS ANJOS DE SÁ (SEDUC/GO)..... 93

1. TECNOBIOGRAFIAS CONSTRUINDO PONTES PARA PEDAGOGIAS INOVADORAS: PROFESSORES E ALUNOS DE ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO. Georgia Patrícia Cirqueira Aguiar (UFT); Adriana Carvalho Capuchinho (UFT)

2. VISITAS ÀS ESCOLAS PLURAIS: FOTO-NARRATIVAS DA ESCOLA ESTADUAL

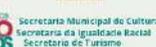
Instituições Organizadoras:



Apoio:

FUNAPE

FAPEG





INDÍGENA MAUREHI EM ARUANÃ - GOIÁS. Patricia Maria Jesus da Silva (RME/Goiânia)

3. BERLIM ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: TRAUMAS E A RECONSTRUÇÃO SIMBÓLICA POR MEIO DE INTERVENÇÕES URBANO-ARQUITETÔNICAS. Ana Clara Spadeto (PUC-GO)

4. A IGREJA MATRIZ DE TRINDADE: UMA HISTÓRIA DE FÉ. Blenda Suelen Bento (UEG-GO)

5. OS BATISTAS EM GOIÂNIA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE UMA IDENTIDADE PROTESTANTE. Fabiano Silva de Sousa (PPGH/ UFG)

6. AS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS NA CIDADE DE APARECIDA DE GOIÂNIA ENTRE 1922 E 2022. Lucimar Alves Menezes (PUC-GO)

7. NOVAS RELIGIÕES JAPONESAS EM GOIÁS: UM ESTUDO SOBRE A IGREJA MESSIÂNICA MUNDIAL NA CIDADE DE GOIÁS. Tamires Terra e Freitas (UEG-Iporá); Vitória Geovana Silva Gonçalves (UEG-Iporá)

8. NARRATIVAS EM MOVIMENTO: DEPOIMENTOS COMO PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM ARTE/DANÇA NA ESCOLA DO CAMPO DE RIO VERDE - GO. Jovair Batista de Jesus (PUC-GO) e Andreza Alves Vieira Abrahão (IFG)

RESUMOS

ST 1: ORALIDADES NEGRAS: CULTURA IDENTIDADES E PATRIMÔNIOS AFRO-BRASILEIRO. COORD.: ROSINALDA OLASÉNÍ CORRÊA DA SILVA SIMONI (PUC-GOIÁS/UFT); MARILÉA DE ALMEIDA (UNB); VALDIRENE GOMES DOS SANTOS DE JESUS (UFT)

1. ENTRE GINGAS E MEMÓRIAS: CAPOEIRA, ORALIDADE E A CONSTRUÇÃO AFROPINDORÂMICA DO PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO.

Por Tales Damascena de Lima (UNESP)

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão sobre a capoeira enquanto expressão de oralidade negra e ferramenta de preservação e transmissão de memórias afro-brasileiras. Utilizando os conceitos de afropindorâmico, conforme proposto por Nêgo Bispo, e afromemória, a partir da produção de Leda Martins, buscamos compreender como a capoeira, enquanto prática cultural e pedagógica, como mostra Allan Rosa, atua na construção de identidades negras e no fortalecimento de patrimônios imateriais que resistem às lógicas colonialistas de apagamento. Através de uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, articulamos elementos da história oral, da educação patrimonial e dos saberes ancestrais para evidenciar como a ginga, o canto e o corpo se tornam arquivos vivos de resistência e continuidade.

Instituições Organizadoras:





2. CONHECIMENTO QUE CURA: EDUCAÇÃO E SAÚDE COMO MANTENEDORES DA VIDA NA COMUNIDADE KALUNGA DO TINGUIZAL.

Por Nathália Tavares Vilela de Oliveira (UnB)

Resumo: O projeto busca explorar a relação intrínseca entre educação, saúde e saberes ancestrais na comunidade Kalunga do município de Monte Alegre de Goiás, Fazenda Tinguizal. Através de uma análise multidisciplinar, pretendo compreender como esses elementos se entrelaçam e impactam a vida e o bem-estar dessa comunidade. Visto que a transmissão desses conhecimentos não apenas fortalece sua identidade cultural, mas também contribui para a saúde e bem-estar da comunidade, pois muitas dessas conhecimentos estão relacionadas à medicina tradicional, ao cuidado com a terra e à sustentabilidade ambiental. Esses saberes são fontes de conhecimento prático, mas também carregam valores, crenças e visões de mundo que sustentam suas formas de vida. De tal modo que sua preservação é essencial não apenas para a continuidade cultural, mas também para a manutenção física dessa comunidade, pois estão intrinsecamente ligados ao seu modo de vida e suas práticas de cuidado com a saúde. No campo das políticas públicas que promovem o respeito às alteridades, podemos destacar o PL nº 274 de 2020, que garante a oferta das modalidades de Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola e Educação do Campo na Educação Básica. No entanto, a efetivação desse e outros projetos no mesmo sentido, enfrenta desafios significativos. Desde a falta de acesso à saúde dentro do território à nova modalidade de ensino imposta pelo GoiásTec, a implementação concreta da educação diferenciada enfrenta sérios obstáculos, como a falta de professores e a escassez de recursos nas escolas. Nesse sentido, analiso e proponho soluções a esses desafios, a fim de garantir que tais políticas sejam palpáveis e alcancem seu objetivo de promover uma educação e vida de qualidade para os Kalunga de Tinguizal. Além disso, para promover a equidade, é essencial que as políticas públicas de saúde e educação sejam sensíveis às necessidades e demandas das comunidades tradicionais. Isso inclui o reconhecimento e a valorização dos saberes locais, o fortalecimento das instituições educacionais diferenciadas e a receptividade estatal à participação das comunidades na elaboração e implementação de políticas. Dessa maneira, espera-se que este estudo contribua para uma profunda compreensão da relação entre educação, saúde e saberes nas comunidades negras rurais."

3. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E MEMÓRIA: A VIOLA DE BURITI E A BIOINTERAÇÃO QUILOMBOLA

Por Diego Silva Brito (UFT) e George Leonardo Seabra Coelho (UFT).





Resumo: Este estudo investiga a relevância da viola de buriti como símbolo de resistência cultural e elemento de identidade da comunidade quilombola Barra do Aroeira, no Tocantins. A pesquisa parte de uma vivência de 15 anos do autor como educador musical envolvido com a comunidade, destacando a construção da viola a partir dos talos da palmeira buriti e seu uso em cantigas e festejos tradicionais. Através da metodologia da história oral e da valorização das memórias individuais e coletivas, a dissertação enfatiza a importância da oralidade como forma de transmissão dos saberes ancestrais, compreendendo a música como veículo de pertencimento e preservação identitária. A viola de buriti é abordada não apenas como instrumento musical, mas como artefato cultural dotado de profundo valor simbólico. Ela conecta gerações, territórios e vivências, sendo uma forma de expressão afetiva, pedagógica e política da comunidade quilombola. A pesquisa parte de uma perspectiva decolonial e contra colonial, dialogando com os pensamentos de autores como Beatriz Nascimento, Abdias do Nascimento, Ailton Krenak e Nego Bispo, para compreender a memória como força viva, inscrita no corpo e no cotidiano. A tradição oral, neste sentido, se configura como mecanismo de resistência frente ao apagamento histórico. O estudo também apresenta experiências de educação patrimonial vividas por meio do Projeto Vereda, que envolve jovens em práticas musicais e culturais, com foco na viola de buriti, promovendo a autonomia, o pertencimento e a valorização da história local. A partir das entrevistas realizadas com mestres e lideranças quilombolas, percebe-se que a musicalidade está intrinsecamente ligada à construção de identidades, à fé, à relação com a natureza e à organização comunitária. A Viola de Buriti é apresentada como um elo entre o passado e o presente, carregando consigo a cosmovisão afro-brasileira e a sabedoria das comunidades tradicionais. A valorização de suas práticas e dos mestres que a mantêm viva é fundamental para o fortalecimento da memória cultural quilombola. Ao propor a biorientação do saber – um diálogo entre conhecimento acadêmico e saberes tradicionais –, a dissertação destaca a importância de políticas públicas voltadas à salvaguarda dos patrimônios imateriais, reforçando a urgência de práticas educativas comprometidas com a valorização das identidades afrodescendentes no Tocantins.

4. O “EU” É UM LUGAR DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: A SUBJETIVIDADE NA HISTÓRIA E NA HISTORIOGRAFIA, POR UMA CIÊNCIA QUE SAIBA EXERCER A ALTERIDADE.

Por Gabriela Bernardo (UnB)

Resumo: Esta proposta de comunicação tem como objetivo refletir sobre o “eu”, isto é a subjetividade de cada ser, como um lugar de produção de conhecimento, em diálogo com a chamada História Oral, enquanto campo de pesquisa e de abordagem metodológica, tendo em vista que esta, traz para o debate histórico perspectivas que durante muito tempo (e ainda hoje) foram colocadas à margem do saber e do conhecimento histórico e da





historiografia. Conforme afirma Alessandro Portelli, quando buscamos fontes orais é porque queremos que, essas vozes que ninguém, ou quase ninguém, as escutam, tenham não apenas acesso à esfera pública e ao discurso público, mas que os modifiquem radicalmente (Portelli, 2016, p. 130). Assim, pretende-se abordar a subjetividade, como um lugar de produção de conhecimento, a partir das minhas próprias experiências pessoais, uma mulher, negra, e historiadora em formação. Para tal será realizado uma revisão bibliográfica e uma construção conjunta com ideias de pesquisadoras e estudiosas como Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, dentre outras que se propuseram a romper com uma lógica opressora e excludente e que me permitiram, e a tantas outras, ocupar este lugar atualmente. Esta proposta de comunicação é resultado das leituras e dos debates, mas em especial de um ensaio, realizado na disciplina de Estudo das Relações Étnico Raciais e de Gênero, ministrada em 2024.1 na Universidade de Brasília (UnB) pela Dra. Luciana Gandelman e a Dra. Mariléa Almeida. Empregar-se-á alguns conceitos, como a concepção de afeto do filósofo Baruch Spinoza, por meio do artigo Racismo acadêmico e seus afetos de Mariléa Almeida (2021), além das ideias provenientes das discussões a respeito de racismo genderizado por meio de Grada Kilomba (2019), e do conceito de interseccionalidade elaborado pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw, dentre outros autores e autoras que foram aporte para este trabalho. Ao final, espera-se que a referida comunicação possa contribuir com os debates acerca da História Oral, bem como pensar a historiografia e a participação dos diversos agentes, compreendendo a mútua contribuição que há entre experiências individuais e conhecimento.

5. NARRATIVAS ORAIS NO QUILOMBO ALTO SANTANA: HISTÓRIAS, TRAJETÓRIAS E PROJETOS

Por Ádria Borges Figueira Cerqueira (IFG) e Nicoli Fonseca Ferreira (UFG)

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de apresentar as primeiras reflexões sobre as entrevistas coletadas com quilombolas do Alto Santana. Tais entrevistas foram coletadas no âmbito do projeto TEM QUILOMBO NAS TRILHAS DE GOIÁS promovido pela associação quilombola do Alto Santana em colaboração com os servidores do Instituto Federal de Goiás e da Universidade Estadual de Goiás. Nesse recorte vamos apresentar parte do trabalho que foi realizado pelo grupo focal de crianças, adolescentes, jovens e adultos quilombolas da Associação Quilombola do Alto Santana e com participação de estudantes e servidores do Instituto Federal de Goiás. O texto em tela apresenta parte dos significados que os quilombolas atribuem as suas trajetórias no território ao optarem por entrevistarem as matriarcas e patriarcas do quilombo identificados como portadores da história e da memória do território, chamando a atenção para a importância da ativação das memórias coletivas e o quanto esse processo tem potencializado e positivado suas identidades.





Nesse processo de trazer à tona diversas histórias quilombolas por meio da memória, percebemos que muitos elementos formativos das identidades quilombolas foram negativizados, tolhidos, cerceados, silenciados e até esquecidos. Em vários momentos dessa revisita ao passado, percebemos pelas suas falas, nos momentos coletivos, que eles estavam pontuando, inclusive eventos em que suas histórias foram diminuídas em sua importância, e na relação de poder com a sociedade envolvente, vários aspectos sociais, culturais, econômicos, do corpo e da corporeidade, da organização do trabalho, foram tangenciados. Nos relatos observa-se que inclusive na oferta de mão de obra no mundo do trabalho, ficou evidente a negligência na garantia da cidadania. Em várias falas foi possível perceber a lucidez que a experiência da prospecção ao espaço de experiência permitiu trazer à tona, o reconhecimento de terem vivenciado contextos de silenciamentos, cerceamentos, apagamentos, invisibilidade e violências e o contentamento da retomada na positividade de histórias. Cabe destacar aqui a importância da oralidade no arcabouço das diversas performances quilombolas, que incluem práticas culturais, musicais, dançantes, gastronômicas, e rituais religiosos que são parte integrante da vida comunitária e da identidade quilombola, notamos o quanto o quilombo do Alto Santana já foi constituído e forjado como espaço de resistência e luta contra as injustiças sócio raciais e narrativas orais estão nesse arcabouço, como formas de representar a rica herança na preservação da identidade cultural e na promoção da visibilidade do arsenal cultural e simbólico, da matriz simbólica afro-brasileira e quilombola.

6. A CAPOEIRA ANGOLA NO COMBATE AO RACISMO NA CONTEMPORANEIDADE NA CIDADE DE GOIÁS 1980 à 2010

Por Paulo Sérgio Gomes Ferreira (RME Goiás/PUC-GO)

Resumo: Este artigo é um exercício historiográfico que tem por finalidade a investigação sobre a presença da Capoeira Angola como manifestação de identidades que fornece o território educativo no combate ao racismo. Para isso, foi preciso conhecer um pouco sobre as histórias da capoeira enquanto espaço de memórias e cosmológico que retrata as relações sociais. Foi delimitado a análise por meio das categorias de análises da história cultural, ampliando as problematizações acerca deste campo merecedor de atenção por parte da historiografia. O estudo propõe pensar a Capoeira Angola na cidade de Goiás como parte de um processo mais amplo, tratando das memórias que emergem dos descendentes dos corpos territórios oriundos de África, identidades que se configuram nas rodas, campo que proporcionam remontar as relações simbólicas e poder que nos remeteu ao campo da oralidade e memórias inicialmente, sendo posteriormente ao ser tratado a manifestação transmitida por meio das tradições orais, refletimos, território, capoeira e educação. Sendo assim, foi significativo focalizar naqueles pontos de articulação, contestação, posicionamento social e definições dos capoeiristas no contexto da sociedade da qual





pertencem, durante o período proposto, podendo recuar ou avançar, mediante a temporalidade dos fatos. Estas reflexões nos levam a problematizar questões como: Quais os papéis educativos e sociais dos capoeiristas no processo de combate ao racismo estrutural na sociedade contemporânea? Nesse sentido, o texto nos leva por meio de depoimentos orais a compreender o papel do capoeirista neste período, suas contribuições para o mundo em momentos de crise ao pensarmos as mudanças climáticas e o ser capoeira, além de gênero, além de classe, além do machismo, além dos desrespeitos a liberdade e diversidade que o mundo nos leva a pensar para além da roda de capoeira e dentro dela. Sendo assim, nossas reflexões sobre o contexto social da educação na cidade de Goiás passam pelas contribuições da obra de Paulo Freire, de forma que percebamos a importância das sensibilidades (Papavento, 2005) na construção de narrativas que proponham pensar a educação, estarmos de modo, atentos às questões de como as identidades (Hall, 2006) surgem e configuram-se, não diferente, o ser capoeirista na sociedade da qual pertence e se posiciona. Nossas reflexões embasadas por Beatriz Nascimento e Silvio de Almeida propõem pensar o território da capoeira com os corpos afro diaspóricos territórios que submetidos às violências transatlânticas para o Brasil está intimamente ligada a capoeira as histórias de resistência ao racismo como estrutural emergentes das lembranças no campo simbólico de relações de poder que é a história do Brasil que surge das memórias da roda de capoeira, trazendo possibilidades de heróis negros que não aparecem na história oficial e ainda em processo de inserção, exercícios que a oralidade e as memórias proporcionam fazer a manutenção pelas lembranças nesta cidade, projetos de memórias e oralidades que as contribuições de (Halbwachs, 2004), (Oralidade), categorias de análises significativas para a compreensão sobre os processos acerca das lembranças, além das reflexões que Bhabha (1998) norteiam sobre os entre lugares destas histórias ainda não apresentadas.

7. PATRIMÔNIO CULTURAL AFROBRASILEIRO NO QUILOMBO ALTO SANTANA CIDADE DE GOIÁS (GO)

Por Paulene Almeida Rodrigues (PUC-GO)

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo a analisar a cultura do quilombo alto Santana no âmbito do patrimônio imaterial que propicia a identificação das mulheres detentoras dos saberes e fazeres, o quilombo está localizado na cidade de Goiás (GO), Patrimônio Cultural Mundial reconhecida pela Unesco (2001). O Quilombo Alto Santana é uma comunidade urbana, localizada na parte mais alta da cidade cercada por morros, parte dos moradores descende de negros e negras que ocuparam esse território nos meados de 1907. Recebeu o título de remanescente de quilombo (BRASIL 2017.) Versa também sobre as mulheres que exercem função social importante nas práticas culturais no modo de saber fazer. Para a metodologia utilizamos de pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, entrevistas semiestruturadas e caderno de campo. Os resultados encontrados permitem





verificar como a comunidade Alto Santana está superando os desafios e as limitações em prol deste reconhecimento e na promoção das práticas culturais exaltando os saberes e fazeres locais.

8. INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA E CULTURAL PARA POVOS TRADICIONAIS: COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Por Valdirene Gomes dos Santos de Jesus (UFT); Rosinalda Correa da Silva Simoni(UFT); Welley Nunes da Silva (UFT) e Ana Claudia Macedo Sampaio (UFT)

Resumo: Este artigo aborda a importância de instrumentos metodológicos para o mapeamento e valorização da oferta turística e cultural em comunidades quilombolas, considerando suas especificidades socioculturais e ambientais. Partindo do pressuposto de que o turismo em territórios tradicionais deve transcender a exploração de atrativos naturais e culturais, o estudo propõe uma abordagem que integra o fortalecimento identitário, a geração de renda e o reconhecimento político-histórico dessas comunidades. A pesquisa insere-se no contexto das emergências climáticas e das oralidades tradicionais, destacando a necessidade de estratégias participativas para a gestão sustentável do patrimônio afro-brasileiro. Objetivo socializar os instrumentos metodológicos para inventariar a oferta turística e cultural para povos tradicionais - comunidades quilombolas, validados pelo grupo de trabalho quilombola, visando a elaboração de diagnósticos e planejamentos turísticos de base comunitária. O estudo busca contribuir para a valorização dos territórios tradicionais, respeitando suas dinâmicas socioculturais e promovendo a autonomia das comunidades na gestão do turismo. A metodologia da pesquisa, iniciada em 2018, incluiu o Projeto de Inovação Pedagógica (PIP) 2021, intitulado "Tecendo Instrumentos Metodológicos de Inventário Turístico e Cultural para as Comunidades Quilombolas da Região Turística das Serras Gerais – Tocantins". Utilizou-se a Revisão Sistemática de Literatura (RSL) com o método SMARTER para analisar publicações sobre inventários turísticos e culturais em contextos tradicionais. Foram organizadas reuniões semanais virtuais com um Grupo de Trabalho (GT) composto por 17 jovens lideranças e colaboradores de sete comunidades quilombolas (cinco do Tocantins, uma de Goiás e uma do Mato Grosso do Sul). O processo incluiu a elaboração, avaliação e validação participativa de formulários metodológicos, garantindo a contextualização das ferramentas às realidades locais. Resultados: Identificaram-se lacunas na literatura sobre metodologias de inventário voltadas a povos tradicionais, publicadas na Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v21i1.7947>). Foram validados seis formulários metodológicos: Formulário A.1 – Informações do município e da comunidade; Formulário A.2 – Meios de acesso ao município e à comunidade; Formulário A.3 – Sistemas de segurança e saúde; Formulário A.4 – Educação, esporte, lazer e serviços; Formulário B1 – Serviços turísticos e perfil socioeconômico; Formulário C1 – Atrativos turísticos (patrimônio





cultural e natural). Esses instrumentos destacam-se por integrar dimensões socioculturais, ambientais e econômicas, promovendo uma visão holística do território. O estudo reforça a necessidade de abordagens participativas para o inventário turístico em comunidades quilombolas, garantindo que as ferramentas metodológicas sejam construídas com e para os sujeitos envolvidos. A aplicação dos formulários em uma comunidade-piloto será essencial para analisar sua eficácia no mapeamento de potencialidades, no ordenamento do turismo de base comunitária e na promoção da autonomia local. Destaca-se ainda que o inventário não é um fim em si mesmo, mas um mecanismo de resistência política e cultural, capaz de articular tradição e inovação no contexto das emergências climáticas e das demandas contemporâneas por sustentabilidade.

9. TERRITÓRIO NEGRO, PATRIMÔNIO E CORPO-TERRITÓRIO NAS NARRATIVAS ORAIS DO QUILOMBO ALTO SANTANA

Por Ádria Borges Figueira Cerqueira (IFG) e Sinara Carvalho de Sá (UnB)

Resumo: O objetivo principal desse trabalho é apresentar reflexões sobre as narrativas orais coletadas até o presente momento no projeto “Tem Quilombo nas trilhas de Goiás”. Esse é um projeto de extensão, atualmente em execução, no âmbito do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, de Gênero e Sexualidade (NEABI-NUANCES), do Instituto Federal de Goiás (Campus da Cidade de Goiás). O projeto vem sendo executado em parceria com a Associação do Quilombo Alto Santana (AQAS), com o curso de Turismo da Universidade Estadual de Goiás (Campus Cora Coralina). Uma das metas deste projeto foi realizar entrevistas com quilombolas do Alto Santana usando os recursos audiovisuais. Inicialmente foi formado um grupo focal, a partir de chamamento público pela Associação e a partir dele, recebemos na primeira reunião crianças, adolescentes, jovens e adultos que desejam se envolver na ação. No primeiro momento foram realizadas oficinas de audiovisual, com o uso do dispositivo intitulado Inventar com a Diferença, que pressupõe o uso de exercícios audiovisuais voltados à descoberta da linguagem cinematográfica e à investigação do outro a partir da própria comunidade em seu território, suas memórias e suas singularidades. Nas entrevistas já realizadas até o momento de escrita deste resumo, notamos nas histórias contadas, a partir da oralidade, que os quilombolas apresentam elementos de suas histórias pessoais e histórias da origem do quilombo. Nesse evento daremos ênfase as questões ligadas as suas representações sobre o TERRITÓRIO NEGRO, PATRIMÔNIO E CORPO TERRITÓRIO. Nelas podemos identificar que apresentam um mosaico de atividades culturais e econômicas realizadas no tempo dos antigos e no tempo atual; falam sobre como eram suas vidas nos diferentes momentos, desde a infância, passando pela juventude e até a vida adulta. Retratam acontecimentos que foram importantes, e citam como eram apontados por serem moradores do bairro Alto Santana. Nesse momento, tem sido possível observar os destaques para as avaliações sobre o passado e os elementos





que apontam elaborações de expectativas. Essas entrevistas carregam muitos elementos da resistência quilombola e sobre a formação de uma identidade coletiva, baseada em aspectos como a luta contra o racismo; os desejos pela posse do território; e de acesso a políticas públicas de melhoria da qualidade de vida no quilombo."

10. PARA ALÉM DO "QUARTO DE DESPEJO": A COMUNIDADE EM TORNO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO MIGUEL (GO) COMO LUGAR DE CULTURA E MEMÓRIA

Por Patrícia da Silva Santos Marques (UEG)

Resumo: O presente trabalho tem como perspectiva propor a criação de um Inventário Cultural, com um mapeamento da comunidade que vive no entorno do Cemitério Municipal São Miguel na Cidade de Goiás, um Lugar periférico com uma pluralidade de identidades, religiosidades, vivências e referências culturais. A cidade colonial de Goiás cresceu ao longo do Rio Vermelho, hoje, Patrimônio Mundial da Unesco desde de 2001, contempla um patrimônio arquitetônico e material, no qual, se concentram parte da elite econômica e social, aqueles que não pertencem a esse grupo por causa da renda, cor ou nascimento, precisaram subir para as margens da cidade, como o entorno do cemitério e o Quilombo Alto Santana. A comunidade majoritariamente negra à margem da cidade desenvolveu várias formas de resistência através de referências identitárias, as quais mesclam elementos religiosos e seculares; atividades festivas, como o Arraiá do Carecão e a Escola de Samba União; o campo de futebol, Carecão, e o próprio cemitério São Miguel. A pesquisa será feita mediante de uma ação educativa patrimonial, com entrevistas, que visará o diálogo e participação da comunidade, para investigar os elementos identitários e representativos apontados pelos moradores. A pesquisa bibliográfica será embasada na Identidade e representação, de acordo com Stuart Hall (2005), memória e esquecimento com Ricouer (2007), Patrimônio negro, com Lima (2020), Campos (2018) com Lugar e Território e Florêncio et al (2014) com as noções de Patrimônio.

11. O DIZER DE SI E O DIZER DO OUTRO: ORALIDADE E PSICANÁLISE NOS TRABALHOS DE BEATRIZ NASCIMENTO

Por Mariléa de Almeida (UnB)

Resumo: Nos últimos anos, o contexto de questionamentos da produção de conhecimento acadêmico, caracterizado pela hegemonia da supremacia epistêmica branca, masculinista, heterossexual e majoritariamente oriunda do norte global, favoreceu a ampliação de pesquisas sobre a abordagem teórica de Beatriz Nascimento. Esses trabalhos demonstram que a historiadora se alinha à tradição intelectual afrodiáspórica e feminista negra nos termos que marcaram o seu tempo, cujas produções se caracterizam pela articulação de diversas áreas do conhecimento e pressupostos teóricos a exemplo da teoria marxista, do





pensamento panafricanista, da psicanálise, da produção intelectual negra estadunidense e do Caribe. (ASSUNÇÃO & TRAPP, 2021; REIS, 20; MIRANDA, 2023; PETRY, 2023; REGINALDO, 2018). Em 1990, Beatriz Nascimento (1942-1995), no ensaio “Carta para Santa Catarina”, escrito como desdobramento do lançamento do documentário Ôrí, percorreu os desafios que atravessavam as práticas de organização dos movimentos negros nas décadas de 1970 e 1980. No exercício de rememorar a atmosfera dos encontros, Nascimento considera que as reuniões expressavam uma “função catártica”, aglutinando diferentes tendências e gerações do movimento negro que “pela primeira vez na história transformavam-se em pulsões coletivas”. Por conta das diferentes expectativas sociais em torno da identidade negra, Beatriz sugere que parte do desafio daquela geração residiu também em lidar com aquilo que o racismo mobilizava em termos subjetivos e afetivos. Isso porque, no seu dizer, raça é “um conceito carregado de atribuições inconscientes”, “marcado por ideias generalizantes, negadoras da humanidade africana e americana, ora tratando do geral para o particular e deste para aquele, necessitava de discussões e revisão” (NASCIMENTO, 2021, p. 223-4). Nesse percurso analítico, Nascimento descreve que, à medida que a militância negra estava imbuída de tornar visíveis os agenciamentos negros silenciados pela história oficial, os encontros favoreceram que as pessoas acionassem “territórios do inconsciente mais recalcantes e mais frustrantes”. Situação que evocava em termos individuais e coletivos “experiências traumáticas” evidenciadas pelos seguintes acontecimentos: a transmigração africana (diáspora); a escravização e perseguição “contra os processos de autolibertação individual e coletiva”, o que inclui a “autonominação dos fetiches” materializada pela história oficial; a anomínia, relacionada à perda do nome familiar original e o embranquecimento das gerações posteriores; a pauperização expressa pela perda da propriedade e pela relação de dependência neocolonial do país. (NASCIMENTO, 2021, p. 223-4). Não por acaso, no seu entender, nos níveis individuais e coletivos, os embates durante as reuniões ocorriam no “terreno afetivo-verbal”. Isso porque, diante da constatação da ausência de narrativas históricas contadas por uma perspectiva negra antirracista, exigia-se da militância um “esforço da memória histórica recalcada” (NASCIMENTO, 2021, p. 225). Essa não seria a primeira vez que a historiadora faria uso da psicanálise para suas reflexões sobre as conexões entre racismo e modos de subjetivação. Entre as décadas de 1970 e 1990, as marcas semânticas desse campo teórico estão dispersas em vários de seus textos, entrevistas e poemas. À luz dessas materialidades, este trabalho pergunta de modo que os usos da psicanálise pela historiadora Beatriz Nascimento sugerem uma forma de dizer sobre si e sobre o outro que torna visível as complexidades e ambivalências do racismo. As análises orientam-se por dois eixos analíticos. O primeiro analisa as condições históricas que favoreceram os usos da psicanálise na obra de Beatriz Nascimento. O segundo interroga de que forma as aproximações de Beatriz Nascimento com a psicanálise informam sobre os usos da fala e da oralidade nas suas elaborações teóricas.





12. DO PRETUGUÊS AO QUILOMBÊIS: REFLEXÕES FILOSÓFICAS NA PERSPECTIVA DAS ORALIDADES E MATRINARRATIVAS NO QUILOMBO ÁGUA LIMPA.

Por Rosinalda Olasení C. da Silva Simoni (PUC-GO)

Resumo: O artigo discute a existência dos remanescentes de quilombo, atravessada por questões de raça, racismo e vulnerabilidade social, mas também marcada por saberes e vivências expressos em uma linguagem singular. Busca-se neste artigo apresentar o conceito de "quilombêis", uma filosofia vivenciada nos quilombos, inspirada na Comunidade Água Limpa, e que, embora se relacione com o "Pretuguês" de Lélia Gonzalez, possui particularidades próprias. A pesquisa, baseada em reflexões e autoanálise, destaca a tradição oral e a linguagem como elementos centrais na construção da identidade quilombola. O objetivo é pensar a linguagem como um instrumento de resistência sociocultural e espiritual, questionando o papel do autor na busca por um mundo inclusivo e plural.

Palavras-Chave: Oralidades, Quilombo Água Limpa, Quilombêis, Pretuguês, filosofia africana.





ST 2: HISTÓRIA ORAL E FABULAÇÃO HISTORIOGRÁFICA CRÍTICA: TRAJETÓRIAS DE MULHERES NEGRAS AFRODIASPÓRICAS. Coord.: Thais Alves Marinho (PUC-GO); Maria Edimaci Teixeira Barbosa Leite (SME/Goiânia); Tatiana Oliveira Novais (Fiocruz – Brasília)

1. HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS DE MULHERES AFRODIASPÓRICAS

Por Thais Alves Marinho (PUC-GO)

Resumo: Este capítulo propõe uma reflexão sobre a construção de uma história das mulheres afrodiáspóricas, articulando epistemologias negras, espiritualidade e práticas de resistência como fundamentos para uma reinterpretação crítica da historiografia brasileira. A partir do legado teórico de intelectuais como Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, e dialogando com os estudos decoloniais e a filosofia do quilombismo, reivindica-se uma perspectiva amefricanocentrada que reconhece as mulheres negras como protagonistas na preservação de saberes ancestrais, na luta antirracista e na criação de territórios de autonomia e liberdade. Ao criticar as abordagens tradicionais que frequentemente reduzem a experiência negra à escravização ou à marginalização, este trabalho valoriza as práticas culturais, espirituais e comunitárias das mulheres de terreiros e quilombolas como formas legítimas de produção de conhecimento e de resistência histórica. Com base na fabulação historiográfica crítica, busca-se não apenas revisitar o passado, mas imaginar futuros a partir das memórias corporais e espirituais dessas mulheres, evidenciando suas contribuições políticas, sociais e simbólicas na construção do Brasil contemporâneo. O texto defende uma metodologia que integra análise de discursos, histórias de vida e documentação histórica, abrindo espaço para narrativas plurais que rompem com a História Única. Parte importante dessa abordagem está presente no Dicionário Biográfico: Histórias Entrelaçadas de Mulheres Afrodiáspóricas (Volumes 1 e 2, Marinho e Simoni, 2024 e 2025), obra que dá visibilidade a trajetórias de cem mulheres negras de diferentes regiões do país, entre os séculos XVII e XXI. Essas biografias revelam como essas mulheres atuaram — e ainda atuam — como lideranças espirituais, intelectuais, artistas e ativistas, mantendo vivas as tradições afro-brasileiras e ressignificando os espaços de poder. Ao incorporar perspectivas interseccionais e descoloniais, o capítulo contribui para uma reescrita da história nacional que reconhece a diversidade de temporalidades, vozes e experiências, e valoriza as identidades negras como centrais na formação da sociedade brasileira. Ao invés de subalternizar essas figuras, propõe-se compreender suas trajetórias como expressões da complexidade das resistências afrodiáspóricas, abrindo caminho para novas práticas historiográficas e políticas antirracistas."

Instituições Organizadoras:



Apoio:





2. RESISTÊNCIA EM REDE: TRAJETÓRIA HISTORIOGRÁFICA DAS MULHERES NEGRAS EM GOIÁS

Por Ana Clara Duarte Avelar (PUC-GO)

Resumo: Ainda em processo de análise, o projeto permanece tendo como objetivo revisar documentações em fontes primárias e a bibliografia sobre o tema. Bem como no Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos de Goiás, de 23/07/1774 cx.27, com a finalidade de estabelecer uma breve narrativa em como era o cotidiano dos negros e negras no estado. Para que, em um conjunto, seja possível compreender a necessidade das irmandades dentro da resistência negra no estado. Esse arquivo é disponibilizado no site oficial do Governo Federal do Brasil, através de uma cópia digitalizada e arquivada do documento oficial. Além disso, realizar análises historiográficas, poesias, diários e livros literários, em obras como: KARASH (2012), GOMES (2012), FREITAS (1999) entre outros e “BFEG, Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1796”. Assim, revisarei documentos já conhecidos, procurando vestígios da organização de ações coletivas, entre mulheres afrodiaspóricas, como os livros de mesas das Irmandades entre outros documentos históricos. Trabalhando as fontes primárias fica palpável que não há muitos detalhes sobre as mulheres negras especificamente nos documentos oficiais. Por isso, busco entender mais sobre a análise do discurso, uma metodologia que permite analisar fontes através do que elas representam. Para além de compreender apenas o que é dito, entende-se também a origem e o porquê do que é dito (ORLANDI, 2002). Dentro destes parênteses, é visível a relevância de organizações de mulheres negras para a resistência negra no Brasil e aqui, especialmente na lente do estado de Goiás. As irmandades contribuem em grande escala para tal, exemplificado no documento “BFEG, Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1796” que analisarei. A religião e o sincretismo religioso foram, em suma, ferramentas utilizadas de forma genial na resistência negra no Brasil. Em Goiás temos o exemplo das Congadas, onde religiões de matriz africana resistiram aos gritos da opressão, incorporando características católicas (SIMONI, 2017).

3. LEODEGÁRIA DE JESUS NA RESPECTIVA POÉTICA E RELIGIOSA

Por Cosme Juarez Moreira Streglio (PUC-GO)

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar as relações de poder simbólico, moral, cultural, religioso, econômico, racial e de gênero que marcaram o contexto de vida de Leodegária de Jesus. Para tanto, fundamentamo-nos nos aportes teóricos dos estudos culturais, pós-coloniais e decoloniais, buscando compreender as representações sociais que moldaram a subjetividade de Leodegária. Essa abordagem permite uma leitura contra-colonial de sua trajetória, de seu acervo poético e de sua religiosidade. O verso de Leodegária: “Hontem, hoje, amanhã e ainda e sempre a mesma dor que não se finda,

Instituições Organizadoras:





sempre o mesmo punhal na mesma chaga”. (JESUS, Leodegária, 1928, p.83) expressa o movimento de construção das hierarquias sociais, próprias à modernidade colonial-global, que promovem desigualdades sociais, motivadas pelos processos de racialização desencadeados a partir da colonização das Américas. Ao utilizar a expressão “ontem”, a poetisa traz suas lembranças de infância, seus sonhos, decepções e vitórias que a vida lhe trouxe, enquanto mulher racializada, vivendo no sertão do Brasil. O acervo poético de Leodegária é tomado aqui como expressão de sua escrevivência, para retomar Conceição Evaristo, que nasce “hoje, amanhã” do cotidiano, das lembranças, da sua experiência de vida e de seus próximos, e nos transportam para o período histórico colonial e patriarcal em que viveu a poetisa. Relacionamos a expressão “ainda e sempre” ou seja, mesmo com o fim do período colonial, há consequências deixadas pelo colonialismo, que se expressam por uma persistente “dor” que torna a vida uma “chaga/saga”, chamado por Aníbal Quijano (1992) de colonialidade. Frantz Fanon (1963), filósofo e psiquiatra negro, martinicano, também expressou essa dor ao denunciar a desigualdade social como herança do colonialismo, que perpetuou estruturas de hierarquias, baseada na “raça”, em que grupos são subjugados em relação àqueles que conseguiram se posicionar como superiores. Veremos no decorrer do texto que a poetisa passa por esta situação em momentos de sua vida sendo subjugada pelo sistema eurocentrado, em função de ser mulher e negra.

4. A VOZ DE VALÉRIA: TEOLOGIAS DA LIBERTAÇÃO E A NOVA REALIDADE BRASILEIRA

Por Rodolfo Rodrigues Pereira (PUC-GO)

Resumo: Em meu projeto de pesquisa analiso o entrelaçamento de três teologias da libertação: a queer, a feminista e a antirracista. A força dos atravessamentos que elas fazem entre si tem gerado grandes impactos em comunidades contemporâneas. Considerando a importância de lideranças femininas negras em meio ao universo protestante e progressista no momento atual do Brasil, faz-se necessária a escutatória com mulheres que estão contribuindo para a construção de uma nova realidade. Nilza Valéria Zacarias é pastora da Nossa Igreja Brasileira, sediada no Rio de Janeiro. Valeria, como prefere ser chamada, nascida em Duque de Caxias (RJ) em 11 de fevereiro de 1971, é jornalista formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e especialista em Comunicação para o Desenvolvimento Comunitário. Ela atua na defesa da democracia e dos direitos humanos dentro do segmento evangélico, coordenando a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, co-fundada em 2016. Este movimento busca promover justiça social, oferecendo oportunidades a todos, independentemente de crença. Em parceria com o MST, Valeria produz o programa de rádio “Papo de Crente”, que, desde 2020, alcança mais de 500 mil ouvintes, focando em evangélicos de comunidades periféricas. Além do programa, ela edita





livros e revistas para conscientizar evangélicos sobre cidadania e igualdade. Valeria também é colunista do Le Monde Diplomatique Brasil e do Brasil de Fato, e roteirista do documentário ""A minha fé é preta"". Ela fundou a Rede de Mulheres Negras Evangélicas em 2017 e recebeu o prêmio Bertha Lutz do Senado Federal em 2023, reconhecendo sua contribuição para os direitos de gênero. A Frente que coordena visa ajudar evangélicos das periferias a enfrentar violência e preconceito, sem vínculos políticos e financiada por uma ONG americana e recursos de pastores. Valéria destaca que, apesar de sua formação batista, busca transformar o mundo pela fé, unindo religiosidade e ação social em prol dos mais necessitados. Valéria é alguém cuja ancestralidade e a espiritualidade operam como formas de resistência e alicerces para a construção de futuros coletivos. Ela e sua família são ligados ao ambiente cristão protestante desde o nascimento, o que pode ser um grande indício do como a religião é uma mola propulsora para que ela queira participar dessa construção entrelaçada com outras mulheres que também têm sido relevantes e potentes em tais mudanças sociais.

5. TEREZA DE BENGUELA E A FABULAÇÃO DE UMA ESCRITA INSUBMISSA DA HISTÓRIA AFRODIASPÓRICA

Por Manuela Arruda dos Santos Nunes da Silva (UFMT)

Resumo: Esta comunicação é um recorte da tese de doutorado em História em curso, a respeito das “narrativas e representações sobre Tereza de Benguela no tempo presente”. A pesquisa se encontra em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Mato Grosso. O tema nasceu como um desdobramento do trabalho colaborativo iniciado em sala de aula, durante as aulas de História na educação básica, discutimos sobre os silêncios e apagamentos de personagens históricas afrodiáspóricas, na história do Brasil, cujas ações se colocaram contra a ordem colonial vigente. Por estarmos geograficamente posicionadas na Fronteira Oeste, território onde existiu o Quilombo Grande, também conhecido como Quilombo do Quariterê, os/as estudantes tinham referências orais sobre uma personagem que, mesmo “ausente” dos livros didáticos oficiais, povoa os causos e conversas dos velhos como tendo sido uma rainha africana que teve relevância para a História do Brasil. Tereza de Benguela viveu no século XVIII e liderou o maior quilombo da capitania de Mato Grosso, o Quilombo do Quariterê. Porém, sua história não figura nas páginas oficiais dos manuais didáticos brasileiros. A figura de Tereza de Benguela foi apagada das discussões historiográficas e, até meados dos anos de 1990, a sua própria existência era questionada. De acordo com o discurso corrente, a ausência de dissertações e teses no campo da História sobre ela, se devia ao fato de que faltavam





“fontes” confiáveis que pudessem embasar estudos acadêmicos. Essa premissa, pautada em uma perspectiva eurocentrada e colonialista é refutada nessa pesquisa. Além da análise dos registros oficiais que sinalizam o esfacelamento do quilombo e a morte de Tereza em 1770, analisamos as narrativas contemporâneas para refletir sobre os limites e potencialidades de contar a história dessa figura tão emblemática e, ao mesmo tempo, tensionar o debate historiográfico sobre os apagamentos e silenciamentos de mulheres afrodiáspóricas na escrita da história oficial. Acreditamos que escrever sobre as experiências de indivíduos afrodiáspóricos é um direito de memória que deve ser respeitado e, para isso, a comunidade historiadora precisa fabular formas outras de vencer a violência dos arquivos coloniais, tal qual postulou Saidiya Hartman (2021).

6. O FEMINISMO AFRO-DIASPÓRICO: LUIZA MAHIN, UM MITO?

Por Vinícius Ferreira Guimarães (PUC-GO) e Thais Alves Marinho (PUC-GO)

Resumo: Esta pesquisa investiga a construção histórica e mitificada de Luiza Mahin, figura central na resistência negra no Brasil, analisando como sua trajetória foi marginalizada pela historiografia tradicional e posteriormente resgatada pelo Movimento Negro Unificado (década de 1970). O estudo parte da análise de fontes discursivas como a carta autobiográfica de Luiz Gama (seu filho), obras literárias e produções culturais para compreender como sua imagem foi moldada ao longo do tempo. O objetivo principal é historicizar a representação de Mahin, problematizando as relações étnico-raciais no século XIX e discutindo sua transformação em símbolo de resistência. A metodologia combina análise de discurso (Orlandi, 2002) e contextualização histórica, baseando-se em autores como João José Reis (sobre a Revolta dos Malês), Pedro Calmon e Aline Najara Gonçalves, que exploram as diferentes narrativas sobre sua vida.

7. REPRESENTAÇÕES FEMININAS E RESISTÊNCIA ANTICOLONIAL NA POÉTICA DE NOÉMIA DE SOUZA

Por Sandra Miriam da Silva Gonçalves (UEG)

Resumo: O colonialismo português em Moçambique foi extremamente marcado por exploração econômica, grande violência além da imposição cultural, o colonialismo sempre subjugou identidades africanas, sustentado por uma ideologia de superioridade racial e civilizatória. Esse controle colonial, baseou-se em expansionismo, racismo e burocracia opressora, legitimando práticas desumanizadoras, como trabalho forçado e assimilação cultural. Neste contexto histórico as mulheres moçambicanas enfrentaram uma dose dupla de marginalização onde além de serem oprimidas pelo sistema colonial e pelo patriarcado,





foram silenciadas com o tempo, todavia desempenharam um papel crucial na resistência, mesmo sem reconhecimento histórico. A poeta Noémia de Souza emerge então como voz fundamental da luta anticolonial. Com sua literatura de combate reunida em “Sangue Negro” (2001) ela faz diversas denúncias a opressão colonial e exalta a resistência feminina. Os seus poemas retratam a mulher negra não apenas como vítima, mas como agente ativa na preservação cultural e na luta pela liberdade. A figura da “Mãe África” simboliza a resiliência e o orgulho identitário, conectando passado e futuro em uma narrativa de esperança. A obra de Noémia também mostra sua participação política. Integrante de grupos como a Associação Africana e os Jovens Democratas Moçambicanos, ela foi perseguida pela PIDE (polícia política portuguesa), evidenciando o caráter anticolonial de sua poesia. Seus versos, além de denúncia, são um chamado à união e à valorização da identidade moçambicana. Em seus poemas ela expõe a brutalidade do sistema como o controle burocrático e a exploração laboral, como os poemas “Passe” e “Grito”, Noémia resgata tradições culturais africanas, como os batuques e cantos nativos. Ao narrar a experiência feminina, ela desafia a invisibilização das mulheres, destacando sua sororidade e papel na reconstrução social, como vemos no poema “Se quiseres conhecer”. A representação do feminino em Noémia vai além do sofrimento: as mulheres são guardiãs da cultura, pilares da família e símbolos de resistência. Ao associá-las à “Mãe África”, a poeta reforça a conexão entre identidade cultural e libertação política. Sua obra não apenas denuncia a opressão, mas reconstrói a autoestima de um povo fragmentado pelo colonialismo, reafirmando a importância da oralidade e das tradições africanas. Em síntese, Noémia de Sousa utiliza a poesia como arma de resistência, dando voz às mulheres silenciadas e desafiando as estruturas coloniais. Sua literatura, engajada e visceral, consolida-se como um marco na afirmação da identidade moçambicana, mostrando que a luta pela liberdade passa pela valorização do feminino e da cultura ancestral.

8. EPISTEMOLOGIAS CONTRA HEGEMÔNICAS: SABERES DE MULHERES NEGRAS FRENTE À LÓGICA NEOLIBERAL

Por Aparecida Macedo Larindo (PUC-GO) e Breno Matheus Oliveira Carvalho (PUC-GO)

Resumo: A lógica neoliberal, frequentemente ignora as desigualdades sociais, fazendo com que as comunidades vulneráveis sejam as mais afetadas pelas crises ambientais. A falta de acesso a recursos e a capacidade de adaptação a mudanças climáticas agrava a situação dessas populações, que em sua maioria são afrodescendentes. A exploração dos recursos naturais, a busca incessante por lucro e crescimento econômico, característica do neoliberalismo, tem levado à exploração desenfreada dos recursos naturais e à exclusão cada dia em maior proporção de famílias afrodescendentes que não tiveram oportunidade socioeconômica e política e, ainda fazem parte de grupos minoritários, explorados e que vivem em condições econômicas subalternas. Mesmo assim, ainda conseguem se reinventar





e de forma sustentável e coletiva se organizam socioeconômica e politicamente em defesa de seus direitos e pela continuação da participação sociocultural. Esses grupos na sua maioria são coordenados e sustentados por mulheres negras. Este trabalho tem como objetivo suscitar reflexão sobre a atuação de mulheres afrodescendentes nas suas comunidades, bem como, evidenciar escrituras históricas de mulheres afrodescendentes na defesa do meio ambiente; de produção sustentável e artesanais e de organizações socioeconômicas; para a sustentação da família e manutenção do grupo social do qual são pertencentes. Considerando que escrever é, antes de mais, produzir um texto, sendo que a operação oral (contar, falar) também não deixa de ter uma relação primeira com a produção de textos e discursos estratégicos. Maioria desses grupos são excluídos e banalizados dos espaços públicos e privados, também são inviabilizados pela historiografia tradicional e eurocêntrica; a experiência cotidiana, familiar e social de dona Maura Leandro e Dona Valdemária, ambas goianas, vai nos ajudar nessa reflexão para compreender a relevância de seus saberes que, frequentemente são obscurecidos pela ciência hegemônica, baseiam-se em relações de cuidado, respeito e sacralidade com a natureza. A metodologia da História oral nos ajudará a entender a apresentação dos saberes dessas mulheres afrodescendentes como alternativas éticas e sustentáveis para enfrentar a crise climática. Diante da crise ambiental, surge a necessidade de repensar o modelo econômico atual. A transição para uma economia sustentável, que priorize a preservação ambiental e o bem-estar social, é fundamental para garantir um futuro viável para as próximas gerações. Isso implica em adotar práticas que respeitem os limites do planeta, promovam a justiça social e garantam um futuro viável para as próximas gerações.

9. A DANÇA DA SUSSA: ORALIDADE TRADICIONAL E PERFORMANCE

Por Maria Edimaci Teixeira Barbosa Leite (PUC-GO) e Maxwell Wallace Barbosa Leite (PUC-GO)

Resumo: A transmissão do saber por meio da dança da Sussa é uma forma poderosa de manter vivas as memórias e as tradições de um povo, nesse aspecto a dança da Sussa, carrega em seus movimentos histórias, ritmos, crenças e valores que muitas vezes foram aprendidos desde a infância, passados pelas gerações mais velhas a toda uma comunidade. Assim, a dança da Sussa, nesse contexto, vai além da expressão corporal de performance, ela se torna linguagem, ensinamento e resistência. Por meio da dança da Sussa, modos de vida são mantidos, sem a necessidade de palavras. Cada gesto, cada passo, cada movimento pode conter uma parte da história de um povo, e ao ensinar essas danças às novas gerações, também há projeções de futuro. Nesse aspecto, um futuro que respeita o passado e valoriza a cultura viva e pulsante que habita os corpos em movimento. Desse modo, a dança da Sussa, enquanto prática ancestral de transmissão de saberes, representa uma ponte entre o





passado e o futuro. Diante disso, por meio da metodologia da história oral busco o registro da fala da dona Maria no intuito revelar seu modo de vida, experiências vividas, transportando não apenas elementos de uma narrativa, mas também sentimentos, memórias, valores e modos de ver e viver o mundo que muitas vezes resistem às formas escritas de registro. Meihy (2006), aborda que a história oral é um contíguo de artifícios que se materializa por meio de entrevistas em contato individual ou coletivo. Quando possibilitamos ouvir essas narrativas temos o privilégio de compartilhar e registrar suas histórias, suas visões sobre seu passado e futuro, seus afazeres, ancestralidades, o mundo que os cerca as mudanças diárias. Essas narrativas, contribuem de modo a desenvolver nos sujeitos caminhos que permitam a conservação da cultura e para a construção de identidades singulares e grupais. Nessa perspectiva, a dança da Sussa se destaca como um meio de resistência e de valorização. Percebe-se que, por meio da fala da dona Maria, tradições que poderiam extinguir são mantidas vivas: como a dança da Sussa. Ouvir a dona Maria narrar sobre a Sussa e como se organizava a comunidade em torno da dança, é como mergulhar em um tempo que ainda pulsa no presente, declarando a força das raízes culturais. Ao mesmo tempo, essa fala não está arraigada exclusivamente ao acontecido. Ao narrar sua história, D. Maria também almeja um tempo em que conviver é possível. Suas palavras podem indicar aspirações para as gerações contemporâneas, indicações sobre como em comunidade e harmonia, alertas sobre os perigos advindos das mudanças repentinas, ou esperanças de um mundo mais justo e humano. Assim, sua oralidade se torna também um apetrecho de reflexão crítica e de edificação de perspectivas futuras. A senhora que diz e reflete no que virá, pode guiar designios, liderar caminhos e reforçar conexões entre pessoas de diversas idades. Valorizar a oralidade dessa mulher idosa é reconhecer sua sabedoria e seu papel fundamental na manutenção e transformação da cultura. Em diversas comunidades, sobretudo as mais tradicionais ou camponesas, essas senhoras são salvaguardas do conhecimento local. Seu olhar é múltiplo: discerne o ontem com clareza, experiência o hoje com veemência e arquiteta o amanhã com esperança. Ouvi-las é uma ação de reverência, de exercício crítico e de consideração de que a memória viva é parte essencial da nossa construção como sociedade. Portanto, a oralidade de dona Maria não é apenas um ato narrativo, mas um sinal de precaução, transmissão e reinvenção dos modos de vida, nesse viés, a dança da Sussa constitui-se como performance criativa que liga as memórias e tradições de um povo. Diante disso em sua fala dona Maria nos ensina que o futuro também se constrói com palavras, e que escutar é tão importante quanto falar quando se trata de projetar um mundo melhor.





10. ANÁLISE CRÍTICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA: MULHERES, MEMÓRIAS, SILENCIAMENTOS E FABULAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Por Tatiana Oliveira Novais (PUC-GO)

Resumo: A maioria dos trabalhos acadêmicos sobre a comunidade Kalunga foi escrita por pessoas brancas, e muitos desses pesquisadores consideram suas pesquisas como ações emancipatórias. Com a ampliação das ações afirmativas, os estudantes Kalunga passaram a ingressar na graduação e pós-graduação, transformando este cenário. Esta pesquisa propõe uma reflexão crítica sobre a branquitude acadêmica, a representação da comunidade negra como objeto, o papel histórico da universidade nas relações de poder e a contribuição das mulheres Kalunga para a produção de conhecimento acadêmico. Busca-se compreender como essas produções acadêmicas reproduzem ou desafiam narrativas dominantes, reconhecendo ou apagando a agência das mulheres Kalunga. Este trabalho analisa a produção acadêmica sobre a comunidade, com foco na participação de mulheres negras afrodiáspóricas e em suas trajetórias. A partir do levantamento de cerca de 150 dissertações e teses, selecionamos pesquisas que abordam mulheres Kalunga, ancestralidade, história oral, saberes tradicionais, educação, memórias, corpos e territórios. A metodologia combina revisão bibliográfica e fabulação historiográfica crítica, observando categorias como participação comunitária, autoria, protagonismo feminino, representação da comunidade e reconhecimento de saberes tradicionais. A análise considera: (1) a participação de mulheres Kalunga nos projetos; (2) o método adotado, especialmente o uso, ausência ou supressão de fontes orais; (3) a narrativa construída, analisando se a comunidade é retratada como potência ou carência; (4) a autoria, verificando se o(a) pesquisador(a) é Kalunga; (5) a presença e as características dos agradecimentos à comunidade; e (6) dimensões históricas e críticas, como o reconhecimento da ancestralidade africana, o uso de conceitos decoloniais, a crítica à história única hegemônica, o respeito às contradições históricas e a valorização da agência das mulheres. Analisam-se ainda a construção de narrativas performáticas, a crítica às hierarquias coloniais, a valorização da matripotência e o reconhecimento das lideranças coletivas e da senioridade como lógica social. Por meio da fabulação historiográfica crítica, a pesquisa evidencia a contribuição das mulheres Kalunga para a produção de conhecimento sobre e com a própria comunidade, rompendo com a história única colonizadora e reconhecendo suas trajetórias como reinvenções ativas da vida, da memória, da espiritualidade e da cultura. Ao adotar uma perspectiva afrocentrada e decolonial, este estudo contribui para a valorização dos saberes ancestrais das mulheres, refletindo os avanços e desafios nas relações entre a comunidade Kalunga e as universidades ao longo do tempo.

Instituições Organizadoras:



Apoio:





11. ONDE ESTÃO AS PROFESSORAS PRETAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS? APAGAMENTOS E EPISTEMICÍDIOS NA ACADEMIA.

Por Talita Michelle de Souza (PPGH-UFG)

Resumo: Essa comunicação parte da seguinte indagação: Quantas professoras pretas lecionaram (ou lecionam?) nos cursos de Graduação e Pós-graduação na Universidade Federal de Goiás? Onde estão as acadêmicas pretas que formaram nesse meio século no curso de História? Suas produções são lidas? Deram continuidade no Stricto Sensu? Como foram pensadas nos textos e nos debates acadêmicos? Quantas são as acadêmicas que exercem a docência em Universidades e quais são as suas narrativas docentes? O recorte dessa pesquisa está situado entre os anos de 2000 e 2020 pelo fato de que este período reflete o antes e o depois da inserção das cotas raciais na UFG e da criação do programa UFGInclui. Utilizamos como conceitos norteadores as Epistemologias Pretas, Dororidade e Escrevivências. Essa comunicação objetiva refletir sobre o papel das acadêmicas no protagonismo histórico (2000- 2020), fixa-se em expectativas que protagonizam as vozes e experiências de discentes negras na Universidade Federal de Goiás (UFG), em particular no curso de Licenciatura Plena em História. Somado a isto, pretende-se analisar a permanência dessas mulheres negras nos programas de graduação e de pós-graduação (Lato e Stricto sensu) ofertados pela mesma instituição. O recorte dessa pesquisa está situado entre os anos de 2000 e 2020 pelo fato de que este período reflete o antes e o depois da inserção das cotas raciais na UFG e da criação do programa UFGInclui. Segundo Vaz (2012) o Projeto UFGInclui visa ampliar o número de estudantes oriundos de escola pública e de alunos(as) negros(as) e indígenas aprovados no processo seletivo da UFG, a fim de gerar uma composição social e racial entre os discentes desta Universidade que minimamente reflita a composição sócio-racial da sociedade brasileira e, especialmente, goiana. Segundo o último censo do IBGE, Censo 2000, a composição por cor/raça da população de Goiás é a seguinte: 50,7% de cor/raça branca; 48% de cor/raça negra (4,5% preta e 43,5% parda), 0,2% de cor/raça amarela e 0,3% de cor/raça indígena. Nesse espaço de diálogo buscamos refletir a respeito do distanciamento das mulheres negras na Universidade e suas trajetórias marcadas por silenciamentos e exclusões.

12. NARRATIVAS PRETAS: UMA ALTERNATIVA DE LETRAMENTO RACIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ANÁPOLIS-GO

Por Talita Michelle de Souza (PPGH-UFG)

Resumo: Essa comunicação tem como principal objetivo refletir sobre práticas de uma Educação Antirracista na Rede Municipal de Ensino em Anápolis- Goiás. Para isso, pretendemos dialogar diretamente com a Lei Federal 10.639/2003 que institui nos





estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares a obrigatoriedade do Ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Buscamos apresentar a proposta do CEFOPE (Centro de Formação de Professores) que atualmente tem elaborado materiais didáticos para toda a Rede de Ensino. Além disso, trazemos algumas provocações, dentre elas: Qual é a cor da sua sala? Como o afeto e a cor andam interligados nas práticas de Ensino e Aprendizagem?

13. A CAPITAL DA ESPERANÇA PELOS PASSOS DA MINHA FAMÍLIA

Por Maria Clara Alves (UnB)

Resumo: Neste trabalho, reflito sobre as memórias que envolvem as mulheres negras da minha família. Ao longo da minha trajetória, vivenciei diálogos sobre suas relações com Brasília. Januária, minha avó, veio para o Distrito Federal, mas não teve boas experiências e retornou ao estado do Piauí. No entanto, alimentou o imaginário de seus filhos ao afirmar que Brasília era um meio para melhorar suas condições de vida, ascender socialmente e, quem sabe, um dia realizar esse sonho que era pregado e propagado durante a construção da nova capital. O imaginário em minha família — como em tantas outras — era o de que a nova capital era um lugar de Esperança. Contudo, a prática mostrou que não era bem assim. Lúcia, a filha mais velha, cresceu com o fardo de ser a segunda mãe de outros seis irmãos. Foi a segunda a sair de casa e veio para o Distrito Federal em busca de uma vida melhor. Nos primeiros anos como migrante, trabalhou em casas de família, situação vivenciada por outras mulheres negras. Mara, a filha do meio — brigona, destemida e sem medo de encarar o grande Planalto Central — chegou a Brasília aos 15 anos, movida pela promessa de uma vida melhor ao lado do noivo, que a enganou e brincou com as suas esperanças. Retornou ao Piauí por um período, mas voltou a Brasília grávida. A partir desses relatos, analiso a trajetória da minha família como parte de uma experiência comum a tantas outras famílias negras. Por meio de um exercício autobiográfico que se estende a todas as mulheres da minha família, discuto, nesta comunicação, as relações e agências de mulheres negras na história do Distrito Federal.

14. A CONTRIBUIÇÃO DE NILMA LINO GOMES PARA O PENSAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Por Rafaela Rodrigues Martins (PPGED) e Sônia Maria dos Santos (UFU)

Resumo: O presente resumo é fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), cujo objetivo é compreender de que forma a produção teórica de Nilma Lino Gomes contribuiu para a reconstrução do pensamento educacional brasileiro.





Para o alcance do objetivo, nos ancoraremos nos referenciais teórico-metodológicos da História Cultural e da História Oral de Vida. Acreditamos que Nilma Lino Gomes elaborou um conjunto de produções teóricas que transitam entre a educação e as ciências sociais, cujo um dos enfoques é o reconhecimento do Movimento Negro como um agente educador. Tal tese foi esmiuçada no livro intitulado O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação (Gomes, 2017), resultado de sua pesquisa de pós-doutoramento, realizada na Universidade de Coimbra em 2006. A pesquisa de pós-doutoramento e demais estudos posteriores de Gomes provocaram deslocamentos epistêmicos e políticos no pensamento educacional contemporâneo, visto que sistematizaram a ideia de que o Movimento Negro e a intelectualidade negra produzem conhecimentos a partir de uma perspectiva negra (Gomes, 2017). Os deslocamentos supracitados coincidem com a importância de pesquisar, de forma sistemática, a ascensão de outros paradigmas teóricos sobre a educação brasileira. Nesse cenário, a História Oral se torna um aporte metodológico que permite o rastreamento de interpretações históricas que tencionam o cânone epistêmico por meio de narrativas orais que apresentam outras formas de compreender a história da educação brasileira. Articulada aos contributos da História Cultural, a História Oral pode possibilitar a produção de conhecimentos que viabilizam a construção de uma outra versão da história (Meihy; Holanda, 2015) mediante a compreensão de minúcias (Ginzburg, 1989) e narrativas que foram silenciadas/descartadas pela historiografia da educação oficial. Perante o exposto, partimos do pressuposto de que o conjunto de produções teóricas elaboradas por Gomes provocaram modulações na escrita da história da educação negra e contribuíram para a reconstrução do pensamento educacional brasileiro. Entendemos que o aparato metodológico da História Oral, poderá reconstruir aspectos referentes à história pessoal e profissional de Gomes, de modo que seja possível visualizar a confluência entre a sua história de vida e o processo de elaboração teórica de suas produções acadêmicas.

15. NARRATIVAS ORAIS DE MULHERES SEM TERRA: INFLEXÕES PARA O CAMPO DOS ESTUDOS DE GÊNERO E OS FEMINISMOS

Por Flávia Pereira Machado (IFG - Goiânia)

Resumo: A presente comunicação é um recorte da minha tese de doutoramento, cuja investigação percorreu as histórias de vida de onze mulheres sem terra em Goiás, sendo elas oriundas do Assentamento Canudos no entroncamento dos municípios de Guapó de Goiás, Campestre de Goiás e Palmeiras de Goiás, e do Acampamento Leonir Orbak em Santa Helena de Goiás. O objetivo da pesquisa foi compreender, por meio das narrativas orais dessas mulheres sem terra, como estas constroem sentidos e teorizações para suas trajetórias de vida e de luta, constituindo assim feminismos debaixo da lona. Com base na





metodologia da história oral e das epistemologias feministas negras e decoloniais, a condução da pesquisa com as colaboradoras me possibilitou confrontar os estudos de gênero e os feminismos hegemônicos. De um lado, evidenciou-se que o conceito de gênero enquanto categoria analítica por si só não dimensiona os atravessamentos e violências vivenciadas por essas mulheres. Por outro lado, a perspectiva do feminismo localizada a partir das experiências de mulheres ocidentais, em sua maioria brancas, urbanas, letradas, abastadas, não visibiliza as vivências dessas mulheres sem terra desde suas localizações em condições de exclusão e subalternização. Sendo assim, houve um deslocamento teórico-metodológico e epistemológico em direção à ferramenta analítica da interseccionalidade e a ampliação da concepção de feminismo de modo a incorporar as experiências de serem mulheres, negras, sem terra, empobrecidas e em condição de vulnerabilidades e violências diversas. Sendo assim, pretendo apresentar como a interpretação das narrativas orais das mulheres sem terra provocaram tais inflexões, bem como problematizar os desdobramentos dos deslocamentos para a teoria e pesquisa histórica, feminista e interseccional.





ST 3: A ORALIDADE COMO METODOLOGIA DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.
Coord.: Ana Raquel Costa Dias (UnB)]; Keides Batista Vicente (PPGE/ UEG); Vitor Hugo Abranche de Oliveira (PPGHISPAM/UFT)

1. DA COLETA DA NEBLINA À BRINCADEIRA NA NEBLINA: A INSTABILIDADE DAS METODOLOGIAS DE PESQUISA DA ORALIDADE

Por Bruna Paiva de Lucena (SEDF)

Resumo: A artista Brígida Baltar, em sua obra “A coleta da neblina” (1999), brinca com a ideia de ser possível capturar o que pouco se vê e se toca, e nos diz ainda da insistência dessa tentativa, uma vez que a matéria da neblina é justamente aquilo que escapa. Hoje, ao matutar sobre meus 20 anos de pesquisa das poéticas da oralidade e da oralidade como lugar de produção de conhecimento, vejo-me exatamente em muitos momentos como a artista, na vã tentativa de capturar o incapturável e com a satisfação possível de ter alguma coisa ao redor. Nesse sentido, esta comunicação buscará refletir criticamente, por meio de diversas narrativas — poemas de Patativa do Assaré (1979 e 2002) e José Alves Sobrinho (2010), pensamentos de Antônio Bispo dos Santos (2019) e Linda Tuhiwai Smith (2018) e prosa de Futhi Ntishingila (2016) e Ferréz (2006) —, a relação entre pesquisador(a) e pesquisada(o) em contextos orais e de diferenças sociais, de classe e educacionais. Para isso serão pensadas a separação entre sujeito e objeto e a concepção segundo a qual é possível ter uma visão objetiva totalitária, defendendo-se uma necessária instabilidade (Harding, 1993) das metodologias de pesquisas da oralidade no respeito daquilo que Eduardo Viveiros de Castro (2002) chama de “mútua implicação”. Nessa direção, apresentarei minha experiência como professora de literatura para crianças em uma biblioteca pública de Brasília, onde, por meio de práticas de contação de histórias e de rodas de conversa, tenho caminhado, juntamente com as crianças, rumo ao desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa, a partir das trocas orais, sobre os modos e gestos de leitura e escuta do mundo e da palavra (Freire, 1989). Nesse sentido, será buscada não mais a coleta da neblina, mas a brincadeira na neblina, de modo que cada experiência de contação e escuta de histórias seja um espaço para repensar os modos de fazer pedagógico, metodológico e de pesquisa.

2. A HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA DE PESQUISA PARA A COMPREENSÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL NO QUILOMBO DE TOMÉ NUNES, MALHADA, BAHIA

Por Josedalva Farias dos Santos (UEG)

Resumo: O presente estudo está sendo realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), UnU Inhumas-GO, e tem como





objetivo apresentar a metodologia de pesquisa denominada História oral como instrumento de coleta de dados e análise teórica que contribuirá na compreensão sobre a História da Educação formal e não formal no Quilombo de Tomé Nunes, localizado no município de Malhada, no sul do estado da Bahia. Pretende-se entrevistar as mulheres que vivem no território e estão organizadas em uma associação legalmente constituída. A hipótese central da investigação em curso é a de que essas as mulheres, a partir de uma atuação historicamente construída respeitando a cultural e os saberes, lutaram pela garantia do acesso à educação formal como a construção de escolas e a oferta de ensino regular para as crianças, e assim garantiram e garantem o direito constitucional a formação científica. Soma-se a este aspecto a ação de mulheres do território compreendida como educação não formal, que repassaram os saberes culturais entre gerações sobre temas que permitem a continuidade geográfica e social do território. Como exemplo citamos o conhecimento sobre o cultivo de alimentos e a relação com as estações do ano considerando as características do solo, e também sobre a coleta de alimentos e materiais na natureza para construção de casas, além de instruções sobre a pesca e a caça destinadas à alimentação dos moradores. Outro aspecto de suma importância que constitui a educação não formal refere-se o conhecimento sobre as práticas que permitem a continuidade dos moradores no território, isto no que refere o bem estar físico em diversas fases da vida humana, como a gestação, o parto, o puerpério, os cuidados com as crianças, jovens, adultos e idosos. Deste modo, através da pesquisa será possível contribuir com a escrita da História da Educação Quilombola com especificidade para o território localizado no oeste da Bahia.

3. MEMÓRIAS E NARRATIVAS DOS IMIGRANTES BOLIVIANOS RESIDENTES EM CÁCERES-MT

Por Renilda Miranda Cebalho (SEDUC/MT)

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo analisar as memórias e narrativas dos imigrantes bolivianos residentes em Cáceres-MT, cidade localizada na fronteira com San Matías, na Bolívia. A pesquisa busca compreender o processo de integração desses imigrantes e as construções identitárias no novo contexto de moradia. São abordadas questões relacionadas à história, memória e aos desafios enfrentados no processo migratório, considerando aspectos sociais, institucionais e culturais que permeiam essa experiência.





4. FECHAMENTOS DE ESCOLAS DO CAMPO: A HISTÓRIA ORAL COMO CAMINHO PARA NOVAS DESCOBERTAS

Por Guilherme Teixeira Gomes (UEG); Paulla Crystina Gomes França (UEG)

Resumo: Apresenta-se aqui resultados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE/UEG-UnU, Inhumas, Mestrado acadêmico, para a escrita e organização de dissertação que tem como tema os direitos das crianças e os fechamentos de escolas do campo. Este trabalho tem como objetivo analisar criticamente os fechamentos de escolas do campo em Inhumas, Goiás e o impacto nos direitos das crianças desta região. Uma das etapas metodológicas envolve entrevistas semiestruturadas, realizadas com gestores educacionais, gestores políticos, ex-alunos do campo, ex-secretários da educação e ex-professores do campo buscando compreender o processo de fechamento das instituições e a história da educação no campo na cidade de Inhumas, Goiás. Assim, a história oral se apresenta como um importante instrumento para, através dos relatos de memórias, resgatar experiências de histórias vividas dos envolvidos no cotidiano das escolas nesta região. Nesse sentido, a partir de um relato de uma professora aposentada que atuou em escolas do campo, constatamos a importância da educação no/do campo para os sujeitos que vivem nestas regiões o que justifica o presente trabalho. Para compreender tal questão, é necessário realizar uma revisão bibliográfica em autores como Caldart (2002), Candau (2011) e Fernandes (2012), entre outros que tragam as especificidades e dimensões para uma educação efetiva no/do campo, e um estudo metodológico sobre a história oral, a partir de autores como Portelli (1997), Ferreira (2012), Minayo (2009) e Gil (2007). Os resultados da pesquisa ainda são inconclusivos, mas estabelecem uma discussão mais aprofundada sobre uma educação voltada para o campo, que precisa ser amplamente reconhecida e defendida.

Palavras-chave: Direitos das Crianças; História da Educação do campo; Fechamentos de escolas; História oral.

5. VISÕES DE FUTURO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DE PORTO ALEGRE - RS EM UM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Por Isadora Ritterbusch Librenza (RME-Porto Alegre/ UFRGS)

Resumo: A comunicação apresenta para discussão a pesquisa, em fase inicial de desenvolvimento no Doutorado Profissional em Ensino de História - UFRGS, cujo objetivo é compreender como o contexto de emergência climática influencia nas visões de futuro de professores de história de Porto Alegre-RS. As chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio de 2024 levaram praticamente todo o Estado à situação de emergência, enquanto 43 cidades decretaram calamidade pública. Dentre estas está a capital, Porto Alegre, onde a enchente atingiu diretamente 150 mil pessoas e indiretamente





toda a população. Partindo do pressuposto de que os professores de História de Porto Alegre foram atingidos por um evento extremo que se insere no contexto global de emergência climática, a pesquisa busca investigar, através de entrevistas de história oral, como esses profissionais rememoram o período de enchente, bem como suas reflexões sobre o impacto desse evento em suas atuações como agentes do ensino de história. Além disso, o trabalho visa examinar como essas percepções afetam suas práticas pedagógicas e a construção do currículo nas aulas de história. Uma sondagem inicial realizada com um grupo de professores da Rede Municipal de Porto Alegre, mais especificamente com os representantes dos Espaços de Estudo Afro-brasileiro e Indígena (EEABI) das escolas municipais indica que, desde as enchentes, a emergência climática ganhou espaço como um tema de interesse e investigação por parte dos professores. Assim, a pesquisa dialoga, por um lado, com discussões acerca de utopias políticas de professores de História e, por outro, com o entendimento de que acontecimentos da experiência vivida de professores e estudantes influenciam na escolha dos temas que serão abordados nas aulas de História. É pertinente, portanto, levantar a hipótese de que essa série de acontecimentos de ordem climática está influenciando as visões de futuro e as decisões de professores quanto à seleção de conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. A elaboração dos roteiros para as entrevistas bem como sua futura análise leva em consideração as recentes discussões acerca do possível advento de uma nova Era Planetária, em consonância com o debate corrente sobre a pertinência e as implicações da utilização do termo Antropoceno na História. Por fim, entendendo o campo de pesquisa em Ensino de História como um lugar de fronteira entre saberes diversos e considerando a unidade entre teoria e prática, esse trabalho busca colaborar com as discussões acerca da emergência climática, tendo a história ensinada como objeto e método para a compreensão da realidade.

6. O USO DA HISTÓRIA ORAL NA ELABORAÇÃO DO MEMORIAL SOBRE O CENTRO DE TREINAMENTO DO MAGISTÉRIO DE INHUMAS, GOIÁS

Por Keides Batista Vicente (UEG)

Resumo: Durante o governo de Mauro Borges (1961-1964) o estado de Goiás passou a integrar o Plano Mestre de Operações, em especial o Programa de Educação Primária e Normal do Brasil, participando do projeto conjunto MEC-INEP/UNICEF/UNESCO. O convênio com os referidos organismos possibilitou o funcionamento do Centro de Treinamento do Magistério de Inhumas, Goiás, com o objetivo de formar supervisores de Ensino Primário e dos Centros de Formação de Professores Primários de Morrinhos, Catalão, Tocantinópolis e Inhumas. Apresenta-se aqui os resultados iniciais de incursões metodológicas utilizando a História Oral no processo de constituição do memorial na cidade de Inhumas sobre o referido Centro de treinamento e formação de profissionais para o Magistério. Para a elaboração do espaço serão entrevistadas pessoas que atuaram como docentes e estiveram





como discentes nos anos de atuação do Centro de Treinamento. Posto isto, é fundamental, em um primeiro momento, o enfrentamento do debate teórico sobre a oralidade como fonte para escrita da História da Educação; soma-se a este aspecto a necessidade da compreensão teórica sobre história e memória. A pesquisa contribuirá com a compreensão sobre a formação de professores na região central do Brasil, e sobre a relação entre organismos internacionais e nacionais direcionados para formação de professores na segunda metade do século XX.





ST 4: LITERATURA, ORALIDADES, POVOS DO CAMPO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS.
Coord.: Alessandra Gomes de Castro (UFG); Dorcelina Aparecida Militão Moreira (Doutoranda FE/UFG-SME Cidade de Goiás); Karisa Katiele Lima Venção (Mestranda PPGeo/UEG- SME Cidade de Goiás)

1. LITERATURA E SUSTENTABILIDADE: AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS RETRATADAS NAS NARRATIVAS RURAIS

Por Karisa Katiele Lima Venção (PPGeo/UEG) e Alessandra Gomes de Castro (UFG)

Resumo: A literatura tem sido uma poderosa ferramenta para registrar e interpretar as transformações ambientais e seus impactos sociais. No Brasil, o gênero Narrativa Rural é utilizado por diversos escritores, poetas e compositores que retrataram em suas obras as adversidades do clima e da natureza. A seca, por exemplo, tem sido um dos temas centrais da literatura regionalista brasileira. E ela aparece de forma impactante na obra literária *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. Na supracitada obra, Graciliano Ramos (2013), ao descrever com realismo a relação dos camponeses com a natureza, evidencia como a seca afeta, não apenas a economia agrícola, mas também a estrutura social e psicológica dos sujeitos camponeses. Fabiano tomou a cuia, desceu a ladeira, encaminhou-se ao rio seco, achou no bebedouro dos animais um pouco de lama. Cavou a areia com as unhas, esperou que a água marejasse e, debruçando-se no chão, bebeu muito. (Ramos, 2013, p. 07). O autor antecipa, de certa forma, debates contemporâneos sobre a desertificação e a crise hídrica, evidenciando a vulnerabilidade das populações que dependem diretamente dos bens naturais. Sob essa perspectiva, Guimarães Rosa (1994), em *Grande Sertão: Veredas*, narrou a relação entre o homem e a natureza, de maneira mais simbólica e filosófica. Ou seja, na obra o Cerrado não é apenas um cenário, mas um personagem vivo, em constante mudança, refletindo tanto os ciclos naturais, quanto os desafios impostos pelas ações humanas. Como podemos observar no trecho a seguir: O sol vertia no chão, com sal, esfaiscava. De longe vez, capins mortos; e uns tufos de seca planta – feito cabeleira sem cabeça. As-exalastava a distância, adiante, um amarelo vapor. E fogo começou a entrar, com o ar, nos pobres peitos da gente (Guimarães Rosa, 1994, p. 60). Desse modo, Guimarães Rosa apresentou um sertão de veredas, por um lado, com seus rios e matas, por outro lado, um sertão marcado por períodos de estiagem e conflitos pelo uso da terra. A obra sugere que a degradação ambiental e a luta pela sobrevivência no campo não resultam apenas dos efeitos da natureza, mas também das ações humanas que provocam impactos sobre ela. Ao retratarem as dificuldades enfrentadas pelas populações do campo em cenários de seca extrema, degradação ambiental e conflitos pela terra, esses autores e tantos outros, através da literatura antecipam preocupações que hoje fazem parte das discussões sobre as mudanças climáticas. O avanço da desertificação no semiárido brasileiro, a crise hídrica e o êxodo rural

Instituições Organizadoras:



Apoio:





são questões que já estavam presentes nessas narrativas, demonstrando como a literatura pode servir como um registro histórico e um alerta para o futuro.

2. MULHERES AGRICULTORAS: SABERES ANCESTRAIS QUE PROMOVEM BIODIVERSIDADES

Por Dorcelina Aparecida Militão Moreira (PPGE/UFG) e Diane Valdez (PPGE/UFG)

Resumo: Tendo como foco o trabalho de mulheres agricultoras da Feira da Agricultura Familiar na Cidade de Goiânia, abordaremos nesta comunicação algumas práticas e cultivos vindos da preservação de saberes adquiridos de formas ancestrais. Em tempos que se debate as ameaças concretas das mudanças climáticas, mulheres que trabalham no campo, recorrem a práticas simples aprendidas com gerações anteriores como o plantio de diversificação de alimentos, uso de adubos e inseticidas naturais, reaproveitamentos de produtos poluentes como óleo, produção de alimentos sem conservantes, fabricação de sabonetes e óleos medicinais além de diferentes alternativas produzidas, e comercializadas, que são sustentáveis e eficazes. Sabe-se que o trabalho no campo é árduo e pouco reconhecido, sobretudo quando se refere às lidas femininas, no entanto os saberes adquiridos são fundamentais para a produção agroecológica de alimentos saudáveis e de outros produtos comercializados na Feira. Visibilizar a prática de diversidade e integração é fundamental para cuidarmos da variedade biológica que inclui um conjunto de seres vivos. Neste aspecto, escutar as vozes sábias de mulheres que vivem e trabalham no campo, especialmente nos assentamentos rurais da reforma agrária, é fundamental para combater as mudanças climáticas que tem causado danos em constantes e perigosas mudanças como ondas de calor, secas, incêndios, inundações, escassez de alimentos, desertificação, extinção de espécies, redução de plantas e animais, doenças diversas, impactos no solo e muitos outros prejuízos que afetam biodiversidades e ecossistemas causando impactos e comprometimentos para comunidades que vivem em um determinado território e interagem entre si e meio ambiente. Escutar, e debater as práticas contidas nas oralidades de mulheres agricultoras que recorrem a usos de saberes tradicionais na produção de alimentos, remédios e outros, pode contribuir para a redução de prejuízos que as mudanças climáticas causam em nossos lugares de viver. Aprender com quem trabalha na terra – não estamos falando de quem especula e destrói a terra para obter lucros – com quem sempre cuidou da terra para sustento e comércio de alimentos saudáveis faz todo sentido na construção de um ambiente saudável, democrático e livre. Ouvir e aprender com os dizeres e saberes das agricultoras é colaborar com a preservação de existências e da biodiversidade que compõem o planeta terra.





3. PRODUÇÃO ARTESANAL DE CACHAÇA, LITERATURA E AMBIENTE SUSTENTÁVEL

Por Mara Divina da Costa

Resumo: A seguinte proposta de comunicação, prioriza saberes do campo na produção da Cachaça do Vale Rio Vermelho, aguardente feito por mulheres do Assentamento Mosquito, que dialoga com a produção literária na busca de garantir um ambiente sustentável. Sabemos que as mulheres desempenham papéis fundamentais na agricultura familiar sustentável, seja na escolha de mudas, técnicas de plantio e comercialização de produtos. No entanto, ainda enfrentam desafios como desigualdade de acesso à terra e crédito, tripla jornada de trabalho e falta de reconhecimento de um trabalho que avança no debate de conservação do solo, gestão da água, uso de adubos naturais e proteção da biodiversidade. A receita da produção da Cachaça do Vale Rio Vermelho foi lançada nos anos noventa do século XX pelo casal Milton e Nadir, moradores do Assentamento Mosquito. Durante um tempo, por motivos justificáveis, parou de ser fabricada. O alambique de puro cobre foi reacendido no ano de 2021 e assumido por três gerações de mulheres da mesma família que mantém a tradição da fazedura desse produto com técnica inteiramente artesanal. A divulgação e a venda de uma aguardente com fermentação 100% natural representa, além de manter a memória ancestral, o reconhecimento da luta pela distribuição da terra iniciada pelo casal desta família que iniciaram um movimento memorável de fazer cachaça no meio da luta pela terra para quem nela trabalha. A permanência neste chão cultiva o desafio de visibilizar e valorizar mulheres que se dedicam a produção e a comercialização criativa da cachaça, ocupando lugar que, historicamente, pertencia ao mundo masculino. Em conversa com o Projeto Literatura na Feira, que acontece toda primeira quinta-feira do mês, na Feira de Agricultura Familiar da Cidade de Goiás, uma das produtoras da Cachaça do Vale Rio Vermelho, criou literaturas sobre o produto enfatizando, sobretudo em formato de cordel, a história, a memória e a fazedura coletiva desta aguardente que, historicamente, nasceu com a luta pela terra e a justa reforma agrária do primeiro assentamento legalizado no estado de Goiás. Recuperar as oralidades em torno da cachaça é de suma importância para reconhecer sua importância cultural nas práticas e costumes rurais e a atuação de mulheres nesse espaço ainda visto com estranheza pelo patriarcado. Neste sentido, a produção artesanal e a divulgação em forma de literatura, contribuem para o debate e enfrentamento da crise climática na busca do direito à qualidade de vida para todos os elementos vivos do ambiente em que habitamos.





4. BICICLETA, TRABALHO, VIDAS: CARTAS E FOTOGRAFIAS NA DISSERTAÇÃO “AUTOETNOGRAFIA DE UMA CICLOATIVISTA NO MUNICÍPIO DE GOIÁS”

Por Elissa Da Costa Mattos (PPGEO- UEG)

Resumo: O gérmen dessa pesquisa surgiu quando comecei a utilizar a bicicleta como veículo de fato, sem a possibilidade de escolher o trajeto pela segurança nem o destino pelo prazer. Reconheci que inúmeras pessoas utilizam a bicicleta por motivos outros que não a saúde, o ambiente e outras relações que a dureza da vida diária, do custo desigual da vida e do tempo tornam quase impossíveis de estabelecer. Desejei compreender essas realidades também e, mais, muito mais sobre os usos da bicicleta. E esse desejo girando sobre distintos municípios brasileiros transformou-se em necessidade de luta pela coletividade, fortaleceu-se e buscou fortalecer através do cicloativismo. Com a análise de cartas e de diálogos no processo das fotografias, buscou-se escapar dos limites impostos pelas perguntas e acessar a subjetividade das vivências de quem pedala. Buscou-se também como práxis, despertar a reflexão engajada de quem acessamos, diante de sua própria mobilidade. A autoetnografia, somada aos processos dialógicos, se mostrou “uma forma preciosa de colher dados sobre um passado vivido, relevante para caracterizar o objeto de estudo” e como forma de sensibilizar, criar empatia para uma condição social pouco visível. Com efeito, essa pesquisa tem como objetivo central, compreender um modo de vida ao explorar uma vida particular, acessando recursos como memória, autobiografia, história de vida, militância, experiências de outros sujeitos sociais.

5. POÉTICA E NARRADORES: POESIAS E MEMÓRIAS DOS CAMPONESES EM GOIÁS

Por Valtuir Moreira da Silva (UEG)

Resumo: O universo dos poetas camponeses é representativo da trajetória da luta e da resistência experienciada no passado e presente destes sujeitos sociais. A representação poética no processo das lutas sociais no campo é emblemática, conseguindo descrever momentos dos embates, sociabilidades, organização popular e capacidade formativa, demonstrando como as poesias podem nos possibilitar um olhar decolonial da história do campo em Goiás. Essas poesias são produzidas por narradores, lembrando de Walter Benjamin (1994), demonstrando a sensibilidade que se faz em declamar ou escrever seus versos e prosas como capacidade de fazer lembrar um passado que se representa no presente. Assim, a poética é narrativa da resistência e organização popular que se faz reinventar para na terra permanecer, na sua conquista, na defesa do meio ambiente, da produção agroecológica e a produção de sentidos que se faz na ambiência da produção cultural. Nosso aporte teórico está sustentado nos seguintes autores: Benjamim (1994), Morin (1997), Silva (2008), Brandão (1986), Pessoa (2005). A poética camponesa é um





campo de inúmeras interpretações, como uma arte que se faz em silêncio e também é silenciada.

6. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II EM UMA ESCOLA DE PERÍODO INTEGRAL: ANÁLISE E PRÁTICAS

Por Suélio da Silva Araújo (UFMT) e Divino José Lemes de Oliveira (UEG)

Resumo: O presente trabalho objetivou fazer um diagnóstico sobre as abordagens da educação ambiental em uma turma de 8º ano do Ensino Fundamental II em Iporá, especificamente porque os alunos estão mais maduros neste ano de estudo, em um Centro de Ensino de Período Integral (CEPI) da rede estadual de educação e fazer com que os professores e alunos pesquisados, por meio do diagnóstico, convencimento e ação, desenvolvam práticas no dia-a-dia que transformem positivamente, ou seja, pensando a Educação Ambiental como forma de promover a preservação do ambiente e como meio de compreender as relações entre ser humano e ambiente e pela adoção de posturas éticas, para as gerações presentes e futuras, e que a escola atue na perspectiva de uma educação ambiental crítica. Quatro professores e 23 alunos participaram do estudo. Foi adotada uma abordagem qualitativa e realizadas observações diretas do ambiente escolar e entrevistas com alunos e professores, por meio de questionários compostos por perguntas abertas e fechadas. Verificou-se como é trabalhada a educação ambiental na escola, destacando a importância do professor, dos alunos e da instituição. Foi possível diagnosticar que os alunos possuem um comportamento preocupado porque buscam fazer sua parte na preservação do meio ambiente. Os professores responderam que a escola desenvolve projetos de Educação Ambiental e Meio Ambiente. Os alunos demonstram certo conhecimento relativo ao meio ambiente e à ética ambiental, porém na escola há pouco estímulo pedagógico ao desenvolvimento de competências nessa área, que pode ser visto na ausência da separação de resíduos sólidos porque é algo bem divulgado nos diversos meios de comunicação e de atividades de interação com o ambiente natural. Os resultados apontam que os alunos têm conhecimento sobre iniciativas de meio ambiente na escola, porém há espaço para melhorar a divulgação e o engajamento com as atividades realizadas. Além disso, são evidentes a história e o comprometimento da escola com essa temática ao longo do tempo, mas há uma demanda por uma abordagem mais abrangente e esclarecedora para consolidar os conhecimentos e promover um entendimento mais profundo sobre a importância da educação ambiental. Embora todos os professores concordem que o material didático disponível é suficiente para o ensino de questões ambientais, há uma clara indicação de que mais projetos e iniciativas precisam ser desenvolvidos para aumentar o envolvimento dos alunos com a temática ambiental.





7. BONECAS HÍBRIDAS PRESENTES E CONTADORAS DE HISTÓRIAS

Por Laura Anastácia de Souza Chaves (UFG)

Resumo: Meu nome é Laura Anastácia de Souza Chaves, mas prefiro ser chamada apenas por Anastácia, nome que herdei da minha bisavó paterna e, por isso, traz a força da mulher arrimo de família que troca sua vaidade pela sobrevivência. Desde 2016 moro na Cidade de Goiás/ GO. Local que inspira, que tem a literatura e as artes em geral, pulsando. Trabalho com artes visuais em diferentes linguagens escultura, desenho, construção de bonecos e teatro (vocalização de poesias, teatro lambe-lambe e teatro de animação). Sou tocantinense de nascença e goiana de toda a vida. minha produção artística teve início na infância com bonecaria e hoje se consolida com esculturas em argila e em outros materiais, colagens analógicas e digitais, pintura com tinta acrílica em vários tipos de suportes, bordado, costura e crochê. Elementos naturais como flores e frutos que faziam parte de suas brincadeiras de criança, servem como inspiração e argumento para minha produção atual. Meus trabalhos são construídos através da sobreposição de camadas e de materiais. Em algumas situações existe uma relação direta entre o produto artístico final e o material que vai ser utilizado, em outras situações, o contrário, de acordo com o material inicial surge um produto e poética únicos. Os seres que surgem trazem um pouco do mundo imaginário (ou real, para mim) com características, personalidade e mensagens para quem os contempla, que inspiram e instruem. Com o presente, proponho a apresentação de um trabalho com a utilização de bonecas híbridas construídas com resíduos têxteis (retalhos e roupas descartadas) para representar e contar histórias reais numa mistura de teatro, conversa e contação de histórias. As histórias contadas serão sobre a vida de mulheres, uma reflexão sobre o nascimento, história, corpo e rotina feminina. "A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da leitura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos." Del Priori, M. (Org.). (2001). História das mulheres no Brasil. 5a ed. São Paulo: Contexto. A bonecaria sempre fez parte da minha vida e com a utilização de materiais reutilizáveis na sua construção e a construção de produções literárias orais que narram suas histórias representam uma poderosa integração entre literatura, oralidade, cultura popular e preservação ambiental.

8. RACISMO AMBIENTAL COMO CONTEÚDO ESCOLAR: INTERFACES COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Por Lídia da Silva Cruz Ribeiro (UEG)

Resumo: Com o advento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, o tema racismo e suas diferentes formas de manifestações recebeu legitimidade como conteúdo escolar. Entretanto, por mais que tais documentos legais não sejam recentes, o trato pedagógico da





questão racial ainda tem passado de modo despercebido ou até interpretado como não necessário no recinto da sala de aula. Contudo, as questões que envolvem racismo necessitam fazer parte dos conteúdos escolares de forma contínua e pedagogicamente pensada, tendo em vista a necessidade de reparação e correção de injustiças existentes no Brasil, da sua colonização aos dias atuais. Isso porque o racismo se manifesta em diferentes formas, afetando desde questões pessoais como o próprio meio ambiente. Nesse sentido, o objetivo desta comunicação oral é o de fomentar o debate sobre o racismo ambiental como conteúdo escolar, sob o aporte da educação em direitos humanos. O racismo ambiental configura uma forma de racismo que se desponta a partir de situações nas quais populações étnicas, periféricas e socialmente desfavorecidas são desproporcionalmente afetadas por condições relacionadas ao espaço em que vivem. São exemplos dessas condições: a degradação ambiental, a poluição e a falta de acesso a recursos naturais e a serviços de saúde, dentre outros. Resultado de uma pesquisa bibliográfica, este texto faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, quando as leituras com que dialogamos para esta escrita nos autorizam partir em defesa de que o racismo ambiental deve ser abordado como conteúdo escolar. Posicionamento que se sustenta em razão de que nos espaços educativos, sobretudo os formais, em conformidade com o que preceituam os princípios e ambições da educação em direitos humanos; devem ser criadas, desenvolvidas e avaliadas situações de ensino que corroborem a conscientização social e ambiental. Valendo ressaltar que os ensinamentos escolares devem contribuir com o fortalecimento da cidadania, com a justiça social e o combate às desigualdades históricas. Em linhas gerais, o racismo ambiental como conteúdo de ensino possibilita conjecturar oportunidades educativas em favor de uma sociedade mais consciente, empática e comprometida com a justiça social e ambiental. Isso, por se tratar de um assunto exequível em termos de tratamento pedagógico e, portanto, imprescindível para a construção de um mundo mais justo e sustentável.

9. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E RACISMO AMBIENTAL: INTERSECÇÕES

Por Lidia da Silva Cruz Ribeiro (UEG)

Resumo: O objetivo deste texto é chamar atenção sobre a interseção entre as mudanças climáticas e o racismo ambiental, destacando e exemplificando como as comunidades marginalizadas e minoritárias são afetadas pelos conflitos ambientais negativos. A partir de uma revisão bibliográfica sustentada em fontes documentais oficiais de domínio público, bem como pesquisas acadêmicas na área, a intenção é fazer diálogos sobre consequências desse fenômeno; e, para tal, apresentar exemplos concretos de racismo ambiental, inclusive em espaços urbanos, em diferentes regiões, fazendo um recorte do cenário brasileiro. As discussões aqui levantadas contêm apontamentos dos escritos para a tese de doutorado da autora, uma pesquisa em andamento, cujas inferências iniciais já afirmam que as mudanças climáticas e o racismo ambiental estão intrinsecamente ligados, contribuindo, desta feita,





para a ampliação de ciclos de desigualdades, afetando o cotidiano de comunidades marginalizadas. Nesse sentido, é imperativo que políticas públicas sejam criadas, buscando atender às emergências climáticas e ambientais que acirram as disparidades existentes. É necessário existir um esforço coletivo e consciente, sob a aspiração de construir um futuro sustentável e justo para a continuidade da vida na Terra.

10. DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL E NA ESCASSEZ DE MÃO DE OBRA

Por José Anderson Beserra Melo (PPGGEO-UEG)

Resumo: Nas últimas décadas, observa-se um envelhecimento da população rural no Brasil, especialmente nas pequenas propriedades familiares. Acredita-se que, em parte, isso esteja associado ao problema da falta de sucessão familiar. Brumer (2027) fala da migração dos jovens para as cidades, em busca de oportunidades que eles não têm, ao permanecer na propriedade. Matte et al. (2015) apontam que a decisão de ficar no campo envolve fatores sociais, culturais, econômicos e financeiros. Essa realidade evidencia uma problemática central: a ausência de sucessão familiar, o envelhecimento dos agricultores e a escassez de mão de obra têm comprometido a continuidade da produção agrícola nas pequenas propriedades rurais. Essa situação se agrava com as mudanças climáticas, que dificultam o planejamento das atividades, gerando perdas econômicas e ameaçando a segurança alimentar. Tendo em vista esse contexto, o objetivo deste estudo é investigar os impactos da ausência de sucessão familiar e das instabilidades climáticas nas estratégias produtivas das propriedades rurais familiares. A metodologia inclui uma revisão bibliográfica e a realização de pesquisa de campo no município de Goiás (GO), por meio da aplicação de questionário a 21 agricultores familiares, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Os resultados preliminares indicam que muitos produtores têm optado pela pecuária e adaptado suas culturas conforme os períodos de chuva e estiagem, devido à escassez de mão de obra familiar. Destaca-se a necessidade de políticas públicas que incentivem a permanência dos jovens no campo, reconhecendo-os como o futuro das comunidades rurais. Também se evidencia a falta de assistência técnica adequada para orientar os agricultores na aquisição de créditos e no uso eficiente de tecnologias e técnicas que favoreçam a adaptação às mudanças climáticas diante da limitação de mão de obra.

11. JOSÉ TEODORO: INVISIBILIDADE E SABEDORIA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE ITAPURANGA-GO

Por Lucas Pires Ribeiro (UEG)

Resumo: A proposta de comunicação versa sobre um poeta popular do município de Itapuranga-GO, conhecido na comunidade na condição de José Teodoro. Natural de Bambuí,





interior do estado de Minas Gerais, no início da década de 1960, deslocou-se com toda a família para uma região rural localizada entre os municípios de Itapuranga e Morro Agudo de Goiás. A trajetória de vida de José Teodoro, sua inserção no Vale do São Patrício ou Mato Grosso goiano, está diretamente associada à política de integração do território ao capital proporcionada pela Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). De uma família camponesa, o contato mais direto do interlocutor com a poesia iniciou-se no período da infância, quando tinha aproximadamente dez anos de idade. Depois do primeiro contato, a verve poética demonstrou ter sido frequente. No tempo presente, José Teodoro contabiliza mais de 550 poesias. Quando se apresenta nos espaços públicos da cidade de Itapuranga – eventos promovidos pelo poder público municipal, escolas, Universidade - identifica-se a presença de dois fenômenos. O primeiro encontra sustentação no fato de o poeta popular abordar uma quantidade considerável de temas: educação, agricultura, cidades, deslocamento dos camponeses, catolicismo, família, meio ambiente e tantos outros. Um outro fenômeno a ser ressaltado está na existência de uma invisibilidade que, frequentemente, acaba sendo submetido por uma parcela considerável da sociedade. Setores importantes do tecido social, entre outros fatores, de maneira crítica e depreciativa, não o consideram um poeta. Diante da contextualização e das considerações apresentadas, a comunicação tem como objetivo promover uma imersão nas poesias de José Teodoro, reconhecendo-o enquanto um poeta popular da cidade, analisando, a partir dos temas mais frequentes na sua arte - entendendo a importância da liberdade artística – os sentidos e os significados que representa a cultura camponesa e a relação dessa cultura com o meio ambiente. A partir da identificação dos fenômenos, a comunicação defende a seguinte tese. A saber, a poesia de José Teodoro, aos moldes da narrativa benjaminiana, é fundamental tanto para a preservação quanto para a transmissão de uma sabedoria oral/artesanal, representativa dos saberes passados de geração em geração, especialmente quando essa sabedoria está envolta na defesa e na proteção do meio ambiente. A comunicação se sustenta teoricamente nos seguintes autores/as: Benjamin (2012), Cascudo (1984), Spivak (2014), Lima (2005), entre outros/as.

12. OPOSIÇÃO SINDICAL NO MEIO RURAL (1970-1990): HISTÓRIA E MEMÓRIA DE LÍDERES DE SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS DO ESTADO DE GOIÁS E OS PROCESSOS FORMATIVOS

Por Aldimar Jacinto Duarte (PUC-GO)

Resumo: Este texto problematiza as memórias da Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais do Estado de Goiás (OSTR-GO), no período de 1970 a 1990, a partir de entrevistas realizadas por Frei Fernando de Brito (1936-2019) em 1994 com lideranças camponesas que protagonizaram lutas por terra, justiça e dignidade em meio ao autoritarismo da ditadura civil-militar. Fernando de Brito foi um frade dominicano que atuou intensamente junto aos





trabalhadores rurais em Goiás durante as décadas de 1970 e 1990, vinculado, inicialmente, à Diocese de Goiás sob a liderança de Dom Tomás Balduino, e, posteriormente, ao Instituto de Formação e Assessoria Sindical (IFAS). Ele teve papel importante na assessoria às comunidades camponesas e às oposições sindicais, sendo uma das vozes importantes na articulação entre a Igreja progressista e os movimentos sociais do campo. Em 1994, realizou um conjunto de entrevistas com lideranças da Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais do Estado de Goiás (OSTR-GO), registrando memórias de resistência, organização e luta política entre o período da ditadura militar e o processo de democratização. A pesquisa se propõe a compreender como essas narrativas, muitas vezes silenciadas nos registros oficiais, revelam não apenas práticas de resistência política, mas também trajetórias formativas e experiências coletivas de constituição de sujeitos históricos. A metodologia da história oral é central para o desenvolvimento do estudo. Fundamentada na perspectiva de Michael Pollak (1989), considera-se que a memória coletiva não é um repositório neutro, mas um campo de disputas simbólicas, permeado por silêncios, seleções e apagamentos. Dialoga também com os estudos de Marc Bloch (2001), Paul Ricoeur (2007), Pierre Nora (1993) e Peter Burke (1992), reconhecendo, respectivamente, o valor da experiência vivida como fonte histórica legítima; a necessidade de tratar a memória como narrativa que envolve ética, responsabilidade e identidade; a consideração dos sindicatos como "lugares de memória" onde o passado é continuamente reinscrito; e a reflexão sobre as representações do passado em contextos culturais plurais. Essas abordagens fundamentam a escuta ativa das lideranças sindicais, compreendendo os testemunhos como práticas de subjetivação e elaboração de sentidos. A escuta dessas vozes revela não apenas o sofrimento causado pela repressão, mas também a construção de uma pedagogia da resistência enraizada na luta cotidiana por direitos. Ao reconstruir essas histórias a partir da história oral, o texto reconhece que as lutas do campo são, ao mesmo tempo, atos políticos e processos formativos, cuja compreensão exige a escuta sensível das vozes historicamente silenciadas.





ST 5: MUDANÇAS CLIMÁTICAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: CONFLITOS AMBIENTAIS E RESILIÊNCIA. Coord.: Marina Haizenreder Ertzogue (UFT); Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro (PUC/GO)

1. “NÃO SOMOS INVASORES: SOMOS RAIZ”- RELATOS QUILOMBOLAS E OS CONFLITOS FUNDIÁRIOS NA ILHA DE SÃO VICENTE (TO)

Por Alexandre Pereira Araújo (SPU/TO)

Resumo: Este trabalho apresenta um relato de experiência construído a partir da escuta e do levantamento de dados sobre o território quilombola da Ilha de São Vicente, no município de Araguatins (TO), o primeiro quilombo titulado oficialmente no estado do Tocantins, em novembro de 2023. A pesquisa busca compreender os conflitos vivenciados pela comunidade frente às ocupações irregulares, ao avanço da especulação fundiária e às ameaças à permanência no território ancestral. A metodologia baseia-se na observação não participante, na análise documental (RTID, decisões judiciais, portarias do Incra e da SPU), além do uso da oralidade como instrumento central para a reconstrução da memória e da identidade coletiva. Falas como “Aqui é terra de preto desde o tempo do cativo” e “Não somos invasores, somos raiz” ecoam a ancestralidade negra e indígena da Ilha, onde famílias descendentes de africanos escravizados e dos povos Arara e Curi Arara resistem desde 1888.

2. AS COMUNIDADES TRADICIONAIS DA BAÍA DE GUANABARA E A POLUIÇÃO INDUSTRIAL: O CASO DOS CATADORES DE CARANGUEJO DE MAGÉ (RJ)

Por Ana Clara Freitas de Brito Soares (Graduanda, UFRJ)

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo analisar os impactos sociais, ambientais, econômicos e políticos decorrentes da poluição industrial que afeta a comunidade de catadores de caranguejo no município de Magé, localizado no estado do Rio de Janeiro. A pesquisa parte das intersecções entre meio ambiente, memória, oralidade e comunidade, adotando como recorte temporal o período compreendido entre a década de 1950 e os dias atuais, com ênfase nas transformações ocorridas nas últimas décadas. Partimos de conceitos como o racismo ambiental (Bullard, 1988) para compreender como os processos de industrialização e desindustrialização afetaram essa comunidade tradicional. A metodologia central é a História Oral e as memórias e narrativas dos caranguejeiros são o principal fio condutor da pesquisa- o que permite que as identidades culturais e memórias coletivas da comunidade sejam valorizadas e inseridas no contexto acadêmico (Meihy, 2005) e que os saberes locais e as vozes daqueles que vivenciam essas transformações no cotidiano possam ser amplificados e divulgados. As narrativas recolhidas evidenciam como populações periféricas são atingidas com maior intensidade pelos efeitos da degradação ambiental, caracterizando um fenômeno chamado “violência lenta” (Nixon, 2011). Assim, ao reunir

Instituições Organizadoras:



Apoio:





essas vozes e experiências, esse estudo propõe-se a refletir sobre as múltiplas dimensões da injustiça ambiental, bem como sobre as formas de resistência e resiliência que emergem nos territórios tradicionalmente marginalizados. Ao trazer essas histórias para o debate acadêmico, buscamos não apenas registrar essas memórias, mas também refletir sobre as formas de resiliência, resistência e afirmação cultural que emergem nesses territórios. Esse trabalho faz parte de um projeto maior, intitulado “Memória e experiência em Zonas de Sacrifício - Implicações Sociais e Ambientais num Estudo Histórico Comparativo da Desindustrialização Nociva entre Espanha (País Basco) e Brasil (Rio de Janeiro)”, financiado pela FAPERJ e exprime os resultados obtidos ao longo da pesquisa de Iniciação Científica (CNPq) da autora e conta com a orientação da Professora Doutora Andréa Casa Nova Maia (IMAM/PPGHIS/PPGHC/UFRJ).

3. MUDANÇAS CLIMÁTICAS: PARCERIA ENTRE PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA E EDITORA INTELIGÊNCIA EDUCACIONAL

Por Deraçueide Alves de Sousa dos Santos (PUC-GO)

Resumo: As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios para a sociedade contemporânea. A Terra sempre passou por episódios naturais de aquecimento e resfriamento, devido à intensa atividade geológica. O efeito estufa natural, como resultado destas atividades, é essencial para a manutenção da vida na Terra. Porém, nas últimas décadas, com o aumento dos níveis dos gases responsáveis pelo efeito estufa, em decorrência das atividades antrópicas, percebe-se um aumento gradual das temperaturas médias do planeta. O aquecimento global, resultado deste processo, tem provocado discussões mundiais sobre as consequências negativas para o planeta. Buscamos, através deste artigo, abordar a parceria entre a cidade de Aparecida de Goiânia, Goiás, por meio da Secretaria Municipal de Educação e a editora Inteligência Educacional, na promoção de ações mais assertivas para a preservação do meio ambiente. A editora Inteligência Educacional, através de um material inovador e dinâmico, oportuniza a comunidade escolar a compreender a importância da preservação da biodiversidade para garantir a sobrevivência das futuras gerações. Como suporte para essa pesquisa, será selecionada a coleção “Educação Climática com a Turma do Pererê”, voltada para o Ensino Fundamental Anos Iniciais, com temas que retratam a realidade local e global, interligados com a realidade dos alunos. O projeto será desenvolvido no decorrer do ano letivo de 2025 em todas as escolas municipais da Rede de Aparecida de Goiânia. A editora Inteligência Educacional assume o compromisso de tornar o processo de ensino e aprendizagem eficientes, com ações assertivas, ao promover palestras, capacitações, workshops e acompanhamentos pedagógicos. Todo o processo visa conectar estudantes, famílias, professores, gestores públicos, dirigentes, equipes técnicas, beneficiários de políticas públicas e toda a comunidade. Nessa direção, a editora propõe um material integrado à Lei

Instituições Organizadoras:



Apoio:





Educação Climática nº 1.4926/2024 e a Base Nacional Comum Curricular. Uma das preocupações da empresa, consiste em conciliar os conteúdos de acordo com a faixa etária do estudante. A apresentação dos destaca a importância de desenvolver habilidades como a análise crítica e a tomada de decisões informadas em relação às questões ambientais. Cada livro possui a sua versão para estudantes, professores e família. A edição inédita do Livro da Família. Trabalha com diferentes formas e caminhos, para refletir sobre as causas e consequências da crise climática. As discussões ocorrem por meio de textos, ilustrações, jogos e outros recursos gráficos interativos. No primeiro ano, o tema escolhido foi sobre as quatro estações com o objetivo de entender o papel das variações naturais do clima em diferentes partes do planeta – mas com foco principal no Brasil. No segundo ano, os estudantes terão a oportunidade de aprender um pouco mais sobre a biodiversidade existente ao redor do mundo, principalmente em biomas brasileiros como a Amazônia, Cerrado e a Mata Atlântica. O livro do terceiro ano vai discutir sobre as cidades e as situações diárias vividas pela comunidade escolar, principalmente em relação às chuvas intensas, deslizamentos e inundações. O quarto ano retrata que o modelo agrícola brasileiro não é sustentável, e essa situação é acentuada pelo crescimento demográfico e o aquecimento global. Por último, o quinto não vai abordar sobre os oceanos, a importância e os prejuízos causados pelas mudanças climáticas. Vale ressaltar a importância dessa parceria entre a Prefeitura de Aparecida de Goiânia e a editora Inteligência Educacional, no sentido de contribuir com a discussão sobre mudanças climáticas, no âmbito escolar e familiar. As mudanças climáticas representam um problema que requer soluções urgentes e a médio prazo, em virtude das catástrofes a nível mundial, que podem impactar significativamente as futuras gerações.

4. “UM ESCUDO PARA PROTEGER AS FLORESTAS?": HISTÓRIA ORAL E AMBIENTAL DOS QUILOMBOS NA AMAZÔNIA ORIENTAL

Por Dernival Ramos (UFNT)

Resumo: Na Amazônia, nos últimos 20 anos, tem aumentado o desmatamento associado à produção de commodities para os mercados internacionais. Essa realidade trouxe enormes desafios para os povos indígenas e quilombolas. Comunidades como o Quilombo Grotão e o Quilombo Ilha de São Vicente, no Estado do Tocantins, têm enfrentado a grilagem de terras e a destruição dos ecossistemas associados ao seu modo de vida. Mesmo diante desse cenário preocupante, essas comunidades construíram estratégias de resistência baseadas na produção agroecológica e na ativação política do modo de vida tradicional. Articulando as abordagens da História Oral e da História Ambiental, esta comunicação tem como objetivo divulgar resultados prévios de um projeto maior que estuda a relação entre o modo de vida quilombola e a conservação ambiental, tentando desvelar o papel ativo que essas comunidades têm desempenhado na construção da biodiversidade do Cerrado amazônico.





5. AS MULHERES NA PRODUÇÃO DE REGIMES ORGÂNICOS DE NATUREZA PARA UM FUTURO PRESENTE CAMPONÊS NO SUDESTE DO PARÁ

Por Idelma Santiago da Silva (UNIFESSPA)

Resumo: O trabalho buscará se aproximar de histórias e narrativas orais de quatro mulheres acampadas da reforma agrária, no município de Rondon do Pará (PA), em torno de suas práticas e relações com quintais produtivos, destacando a gramática política emergente de suas elaborações. Nela se evidencia um distanciamento da identidade feminina cuidadora (essencialismo da natureza feminina) para compreensões de suas agências construídas em relações e experiências familiares de reprodução das condições materiais de existência, bem como na participação comunitária. As experiências em tela são potenciais fontes de ativação de uma vida mais orgânica e politicamente organizada numa esfera comunitária. Entendemos que os quintais são uma presença antecipatória de alternativas materiais e políticas a serem potencializadas na construção de outro modelo produtivo. Afirmar, no horizonte de futuro do campesinato, os quintais e os modos de vida a ele associados é considerar que esse microcosmo é já a presença (e não a ausência) de um saber-fazer agroecológico e agroflorestal com fundos de conhecimentos ancestrais e que pode ser ampliado. As relações socioecológicas que estão sendo protagonizadas pelas mulheres são relevantes na construção e manutenção de mundos-comunidades fundamentais para a sobrevivência material e a reprodução epistêmica e cultural das práticas familiares e comunitárias no interior de um campesinato formado nas trajetórias migrantes no contexto da fronteira amazônica.

6. QUEREM QUE A GENTE SEJA FUNCIONÁRIO, NÃO DONO”: ORALIDADES QUILOMBOLAS E OS CONFLITOS EMERGENTES DO TURISMO EM CAMPO ALEGRE (TO)

Por José Eduardo de Azevedo Gomes Rodrigues (UFT) e Marina Haizenreder Ertzog (UFT)

Resumo: Este trabalho apresenta um relato de experiência construído a partir de observações e escutas no distrito de Campo Alegre, no município de Paranã (TO), com foco na percepção comunitária frente às transformações causadas pelo turismo e pela chegada de políticos e empresários ao território. Utilizando como referência comparativa o desenvolvimento turístico da Chapada dos Veadeiros (GO), a pesquisa adota o método comparativo e a observação não participante para compreender os conflitos e formas de resiliência presentes em comunidades tradicionais. O estudo revela tensões entre os interesses externos e o protagonismo local, evidenciadas por falas como: “Eles querem que a gente seja funcionário deles, não dono” e “Se tem político comprando terra aqui é porque ele tem informação que a gente não tem”. Os relatos orais coletados dão voz às inquietações





e às estratégias de resistência diante da especulação fundiária e da ausência de políticas públicas adequadas. Ao problematizar as relações entre turismo, território e identidade quilombola, o trabalho defende a centralidade da escuta das comunidades na construção de políticas sustentáveis, valorizando a oralidade como instrumento de memória, diagnóstico e enfrentamento das emergências climáticas e territoriais. A experiência reforça a importância de se compreender as oralidades tradicionais como registro cultural e como ferramenta crítica de análise socioambiental.

7. O ETNO-CONHECIMENTO DAS MULHERES EXTRATIVISTAS DE BABAÇU NO DOCUMENTÁRIO RAIMUNDA, A QUEBRADEIRA

Por Marcelo Silva (UFT) e Marina Ertzogue (UFT)

Resumo: Este trabalho analisa o documentário Raimunda, a Quebradeira (dir. Marcelo Silva, 2007), a partir da metodologia da História Oral e da Análise de Conteúdo aplicada às entrevistas realizadas com a líder extrativista Raimunda Gomes da Silva (1940–2018). Reconhecida nacionalmente por sua atuação política e comunitária, Dona Raimunda é símbolo da resistência das mulheres quebradeiras de coco babaçu no Bico do Papagaio, Tocantins. O cineasta Marcelo Silva, vencedor do Doc TV, concebeu a obra como um tributo à memória dessa liderança, reunindo relatos potentes que revelam a profundidade do etno-conhecimento sobre o babaçu e a centralidade da natureza na organização cultural, econômica e afetiva dessas mulheres. As entrevistas utilizadas, ainda que de forma “decupada” no recorte audiovisual, foram tratadas como material documental para análise crítica dos saberes tradicionais, das práticas de uso comum do território e da luta coletiva por reconhecimento de direitos. O estudo se ancora em referenciais da comunicação ambiental, epistemologias feministas decoloniais e valorização dos saberes ancestrais, contribuindo para a construção de uma narrativa comprometida com a memória, a justiça socioambiental e o protagonismo das mulheres do campo.

8. HISTORIADORES E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA NO BRASIL: UMA REFLEXÃO PARA CONSTRUIR O FUTURO

Por Robson de Sousa Moraes (UEG), Tainá Michele Rocha da Costa (UEG) e Karisa Katiele Lima Venção (UEG)

Resumo: A emergência climática, tem sido um fenômeno amplamente discutido por cientistas, ambientalistas, geógrafos, biólogos e formuladores de políticas públicas. O tema também tem mobilizado historiadores comprometidos com a compreensão crítica das raízes históricas da crise ecológica. No livro “Um Suspiro de Destruição,” o historiador José Augusto Pádua aponta como a intensiva exploração da natureza brasileira, ao longo dos séculos, não surgiu apenas como consequência do progresso econômico e sim como um objetivo





deliberado de extração de riquezas às custas da devastação do meio ambiente. Pádua propõe uma análise histórica sobre a crise climática mostrando que ela é resultado de um longo processo de desigualdade social e ecológica. Já a historiadora Lise Sedrez, se destaca ao explorar as interações entre o ambiente urbano e as desigualdades sociais, analisando os impactos dos cataclismas ambientais em comunidades e áreas periféricas. Estas populações estão sujeitas a situações previsíveis em um contexto de injustiça ambiental historicamente estabelecida. Seus estudos sobre os perigos urbanos relacionados às enchentes e desmoronamentos evidenciam como as mudanças climáticas afetam de maneira mais intensificada os grupos mais vulneráveis. Paulo Henrique Martinez tem desempenhado um papel fundamental na expansão do campo da história ambiental tanto no âmbito acadêmico quanto político. Ao conectar a evolução histórica com o debate sobre políticas públicas e sustentabilidade, o historiador indica a importância de compreender a trajetória histórica das práticas agrícolas, da ocupação territorial e do uso do solo como elementos fundamentais da crise climática atual. Por outro lado, Márcio Sales adota uma perspectiva mais ampla em relação ao modelo moderno de desenvolvimento, relacionando a crise climática com os efeitos duradouros do colonialismo e com a lógica capitalista baseada na extração. Seus estudos questionam a visão de que as questões ambientais são recentes ou puramente técnicas, enfatizando a necessidade de uma análise da história ambiental sob uma perspectiva decolonial. Os estudos, pesquisadores e pesquisadoras apontados, não se limitam a relatar eventos passados, mas fornecem ferramentas analíticas para repensar o presente e vislumbrar futuros possíveis. Ao contextualizar a crise ambiental historicamente, destacam a responsabilidade histórica dos modelos específicos adotados pela sociedade e sua base econômica e defendem que lidar com a emergência climática requer mudanças estruturais profundas. Assim sendo, uma perspectiva histórica não é meramente uma lente para o passado, mas uma ferramenta para engajamento crítico e político no momento atual.

9. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E TERRITORIAIS ASSOCIADOS À ÁGUA E À MINERAÇÃO: MULHERES QUILOMBOLAS E DESAFIOS DIANTE DO RACISMO AMBIENTAL

Por Sabrina Mendes Pereira (UnB) e Regina Coelly Fernandes Saraiva (UnB)

Resumo: O artigo aborda os desafios enfrentados pelas mulheres quilombolas em relação à questão socioambiental, especialmente nas questões relacionadas à água. Destaca como o modelo de produção do capitalismo extrativista e neoliberal, impacta os territórios quilombolas, ameaçando o modo de vida das comunidades. A perda da biodiversidade e a escassez de água acirram os conflitos socioambientais que geram disputas nos territórios. A metodologia utilizada no estudo, caracteriza-se como qualitativa com um enfoque crítico, baseada em dados secundários, realizados na literatura e dados primários, construídos a partir de entrevistas com mulheres quilombolas. Os resultados apresentados demonstram





que a falta de titulação das terras quilombolas aumenta os conflitos fundiários e socioambientais, o que coloca as comunidades em situação de vulnerabilidade que coadunam com o racismo ambiental, causados pela mineração, pelo agronegócio e outros impactos. A crise ambiental e a concentração das terras são fatores que agravam a vulnerabilidade das mulheres quilombolas. O estudo defende que a democratização do acesso à terra e a gestão da água e do território com a participação efetiva das mulheres quilombolas nas decisões políticas podem contribuir para a construção de estratégias sustentáveis.

10. MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO E A ALOCAÇÃO DE MULHERES WARAO ATRAVÉS DA IA CHAMA

Por Soraia Cristina Blank Arraes (UFT)

Resumo: O Lago de Palmas, localizado no coração do Tocantins, Brasil, é um ecossistema vital que enfrenta sérios desafios devido ao desmatamento e às pressões socioeconômicas. A chegada de refugiados da Venezuela, especialmente da etnia Warao, trouxe à tona a necessidade de desenvolver soluções inovadoras para problemas interligados: a preservação ambiental e a inclusão social. Neste contexto, a Inteligência Artificial Chama surge como uma ferramenta promissora para monitorar o desmatamento e promover a alocação de recursos e oportunidades para as mulheres Warao.

11. PRAIAS ARTIFICIAIS NO LAGO DA UHE ESTREITO: CONVIVÊNCIA ENTRE BARRAQUEIROS E APP

Por Súsie Fernandes Santos Silva (SEDUC-TO)

Resumo: A partir da formação do lago da UHE Estreito, a qual foi inaugurada em 2012, foram inundadas áreas territoriais de dez municípios tocantinenses e dois maranhenses. Dos doze municípios impactados, sete (sendo seis localizados no estado do Tocantins e um localizado no Maranhão) receberam a construção de uma praia artificial a título de medida compensatória. Porém, o foco principal desta pesquisa são as praias localizadas no estado do Tocantins. O Consórcio Energia Estreito (CESTE), construtor da UHE, entregou praias artificiais aos municípios tocantinenses: Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Estreito, Filadélfia, Palmeirante e Palmeiras do Tocantins. As instalações das praias são compostas por: palco, quiosques, banheiros, posto de saúde, posto para bombeiros/salva-vidas e faixa de areia. As praias de Darcinópolis e Palmeiras do Tocantins são localizadas distantes da área urbana, a primeira a cerca de 60 km de distância da cidade e a segunda, a cerca de 8 km. Estas praias estão em Área de Proteção Ambiental (APP), situação que demanda cuidados específicos na retirada dos resíduos gerados durante a temporada – a qual acontece durante o meados dos meses de junho a agosto –, conscientização dos visitantes e demais usuários





das praias para a não utilização da APP em atividades de camping, estacionamento e descarte de resíduos. Os objetivos deste trabalho são: mostrar a localização das praias, bem como a extensão da APP que as margeia; apresentar os relatos dos participantes da pesquisa sobre como tem sido a convivência entre as atividades nas praias, durante as temporadas de veraneio, e as medidas para não prejudicar as APP. A metodologia utilizada foi a realização de visitas de campo, durante os meses de abril e julho do ano de 2022, para registro de imagens e aplicação de roteiros de entrevistas semiestruturadas com barraqueiros das praias. A busca de informações foi à cerca das praias naturais, aquelas que existiam antes da formação do lago da UHE, bem como sobre aspectos relacionados à praia artificial, dentre eles, os relacionados à paisagem da praia e seu entorno, situação em que foram apresentadas as APPs; e informações sobre o descarte dos resíduos gerados pelos visitantes e comerciantes.

12. DA MATA GROSSA A LAGOA, PEDREIRA E CERÂMICA: IMAGINÁRIO SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DE PAISAGENS ENTRE OS TAPEBA

Por Thallys Kawan Lima Duarte (UnB)

Resumo: Este trabalho tem início em um projeto de iniciação científica desenvolvido desde o ano de 2019 na Universidade de Brasília que enfoca a história indígena dos Tapeba. Através de entrevistas realizadas com a liderança indígena Dona Raimundinha, foi possível pensar as mudanças ocorridas neste território, a partir da perspectiva da própria comunidade Tapeba. Da metodologia destaca-se a utilização de fonte historiográficas como de ativadores de memórias, uma vez que permite reconhecer como ocorre a transmissão de uma memória coletiva envolta de uma experiência biocultural para as novas gerações Tapeba. Identificamos também como este território, caracterizado tanto pelo avanço ameaçador da fronteira urbana quanto agrária, nos permite reflexões sobre os impactos da ocupação e transformação de suas paisagens tradicionais. Lançando um olhar sobre as memórias acerca da fauna e flora nativas, indissociáveis das epistemologias Tapeba, os relatos revelam modos de conhecer que são surpreendentes para se conceber a história, a memória e as mudanças ambientais ocorridos neste espaço. Por meio do conceito de memória biocultural (Toledo, 2015), damos enfoque às lagoas, matas nativas (mata grossa), pedreiras e cerâmicas, enquanto locais de memória do povo que passaram por grandes modificações, apresentando significativo impacto nos modos de vida das populações Tapeba. A pesquisa aponta, ainda, para um olhar amplo da liderança, abrangendo em sua fala questões ambientais que ultrapassam por muito os limites do território Tapeba. Nesse sentido, almeja-se a construção de um produto que possa ser utilizado no espaço escolar da comunidade buscando trazer a questão do território para a pauta do debate e sala de aula, trata-se de um livro que traga as histórias da liderança e possa levantar as questões da relação dos Tapeba com seu território.





13. DO ACESSO À ÁGUA AO RACISMO AMBIENTAL: CONFLITOS HÍDRICOS NA BACIA DO RIO FORMOSO (TO) E SUA REPRESENTAÇÃO NO JORNAL DO TOCANTINS (2016–2023)

Por Wherbert da Silva Araújo (UFT)

Resumo: Este trabalho analisa os conflitos hídricos ocorridos entre os anos de 2016 e 2023 na Bacia do Rio Formoso, no estado do Tocantins, à luz dos conceitos de acesso à água como direito humano, justiça socioambiental e racismo ambiental. A pesquisa articula a cobertura jornalística do Jornal do Tocantins com os marcos jurídicos, institucionais e políticos que envolveram a gestão das águas no período, em especial no contexto de sobreposição de interesses entre o agronegócio irrigado, comunidades tradicionais e órgãos de controle. A abordagem metodológica adotada combina análise crítica do discurso com análise de conteúdo, tendo como corpus principal reportagens publicadas pelo periódico regional e documentos institucionais públicos, além de entrevista com o magistrado Wellington Magalhães — doutor em Desenvolvimento Regional e figura central na mediação judicial dos conflitos. A fala do entrevistado fornece elementos inéditos sobre a judicialização do conflito e as estratégias de governança empregadas, permitindo compreender como o sistema de justiça atuou diante da intensificação das disputas pelo uso da água no principal polo agrícola irrigado do Tocantins. Os resultados revelam uma narrativa dominante na imprensa que, ao priorizar os efeitos econômicos da restrição hídrica sobre o setor produtivo, tende a invisibilizar as populações mais vulneráveis, como pescadores, pequenos agricultores e comunidades tradicionais. A análise também evidencia como os enquadramentos jornalísticos refletem e reproduzem assimetrias de poder típicas do racismo ambiental, ao silenciar vozes subalternizadas e reforçar uma lógica desenvolvimentista baseada na monocultura e na mercantilização da água. Conclui-se que a cobertura do Jornal do Tocantins, apesar de informar sobre os eventos centrais do conflito, carece de aprofundamento crítico e pluralidade de fontes, comprometendo o papel do jornalismo na promoção de uma comunicação pública orientada aos direitos humanos e à sustentabilidade. Ao articular justiça hídrica, imprensa regional e poder judiciário, este estudo contribui para o debate sobre as mediações comunicacionais e institucionais que moldam os conflitos socioambientais no Brasil contemporâneo, com especial atenção à dinâmica centro-periferia e às desigualdades estruturais na região do Matopiba.





ST 6: TECNOLOGIAS INDÍGENAS DE (RE)PRODUÇÃO DA VIDA: O BEM VIVER, AUTONOMIA E DEFESA DO TERRITÓRIO. Coord.: Patrícia Emanuelle Nascimento (INHIS/UFU); Ordália Cristina Gonçalves Araújo (UEG)

1. A APLICAÇÃO DO DIRETÓRIO POMBALINO NA CAPITANIA DE GOIÁS: O GOVERNO DO BARÃO DE MOSSÂMEDES E SUA POLÍTICA INDIGENISTA (1772-1778)

Por Bruna Souza Soares (UnB)

Resumo: Esse trabalho investiga a implantação do Diretório Pombalino na Capitania de Goiás durante o governo de José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho (1772-1778) – mais conhecido como Barão de Mossâmedes. Nossa intenção é contribuir com os debates historiográficos no que diz respeito à história de Goiás na segunda metade dos setecentos, pois fala-se pouco de como se deu a aplicação do Diretório nas capitanias da fronteira oeste da América Portuguesa, em especial a de Goiás, e há poucas pesquisas que correlacionam as políticas indigenistas com a Cultura Política do Antigo Regime Português. Foram delineadas como fontes desta pesquisa, quatro cartas administrativas. No tocante à investigação, buscou-se evidenciar as peculiaridades do Diretório aplicado em uma região marcada por disputas territoriais – cujo contexto marcava o enfraquecimento da mineração e a segunda fase dos aldeamentos – e a forma como o governador José de Almeida utilizou o seu governo para ganhar mercês da Coroa. A pesquisa é qualitativa e se insere no campo da história indígena e da nova história política. Realizou-se a leitura e fichamento de artigos e livros relevantes, além de uma investigação documental no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), focando na capitania de Goiás. No total, foram transcritas 18 cartas, mas para delimitar a pesquisa, foram analisadas somente quatro cartas do governador José de Almeida endereçadas à Secretaria de Estado. Para a investigação, o trabalho precisou guiar-se pela ferramenta teórico-metodológica de Maria Fernanda Bicalho (2005), da Cultura Política do Antigo Regime, necessária para averiguar os interesses e as necessidades locais que estiveram em mente do governador quando ele aplicou a Lei do Diretório na capitania goiana. A investigação demonstrou que o governador José de Almeida adaptou o Diretório às condições locais da capitania goiana, visto que quando ele assumiu o governo em 1772, os aldeamentos da Missão jesuítica, de São Francisco Xavier haviam entrado em declínio devido ao fato dos indígenas aldeados terem feito uma rebelião, no ano de 1757. Devido a isso, não havia a possibilidade da antiga Missão ser transformada em um estabelecimento pombalino, tal como foi visto em outras capitanias. Sendo assim, houve a necessidade de construir outros aldeamentos e a aplicação do Diretório em Goiás acabou ocorrendo em novos espaços. Ademais, o governador adaptou às regras administrativas da Lei pombalina e criou o cargo de Diretor Geral dos indígenas - cuja atribuição era ser responsável pela administração temporal de todos os aldeamentos goianos, diferindo-se do que pontuou o 1º parágrafo do Diretório, que afirmava que cada povoação indígena deveria ser dirigida por

Instituições Organizadoras:



Apoio:





um diretor diferente.

2. BANCOS DE DADOS DE RECURSOS GENÉTICOS (DSIS) DA FLORA LOCALIZADA EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO BRASIL: A NECESSIDADE DE CONSENTIMENTO PRÉVIO COMO GARANTIA AO DIREITO DE AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA

Por Denise Machado Leal (UnB)

Resumo: Este trabalho aborda o problema da livre comunicação de dados de sequenciamento digital de informações genético (DSIs) da flora em bancos de dados acessíveis na internet, muitos dos quais divulgam informações de espécies originárias de territórios indígenas sem consentimento prévio. Repositórios de dados nacionais facilitam o acesso às DSIs através de plataformas internacionais como o GenBank, e promovem um uso irrestrito e sem consentimento de dados, podendo violar direitos relacionados à titularidade. Portanto, ao abordar a falta de proteção jurídica específica sobre a comunicação das DSIs de territórios indígenas, a pesquisa propõe uma análise jurídica crítica, verificando se, nesse contexto, há a garantia do direito à autodeterminação informativa. Sob a hipótese de que essa garantia seja possível através da complementaridade de direitos de autonomia territorial indígena e de titularidade indígena das DSIs, faz-se uma análise complementar de instrumentos previstos em diversas normas. A metodologia adotada combina levantamento de bancos de dados que comunicam DSIs, análise bibliográfica e documental, e hermenêutica crítica, visando evidenciar as lacunas normativas e interpretativas na proteção dos dados coletivos indígenas. A pesquisa inova ao propor a incorporação do conceito de Soberania de Dados Indígenas no contexto jurídico brasileiro, reconhecendo o direito dos povos indígenas de controlar, decidir e gerir os dados relativos aos seus territórios e conhecimentos, conforme reconhecido em diversos tratados. Como contribuição, a pesquisa busca harmonizar as estruturas legais existentes para resolver parcialmente as lacunas regulatórias relacionadas ao tema. Ademais, demonstra a obrigação jurídica do consentimento prévio para a comunicação de DSIs, inclusive em bancos de dados nacionais, fundamentando-se em princípios constitucionais, normas socioambientais, na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e em instrumentos internacionais de proteção aos povos indígenas e ao meio ambiente. Essa abordagem permite um maior controle sobre os dados, e o reconhecimento das DSIs como dados coletivos e pessoais, salvaguardando direitos coletivos, respeitando o conhecimento, a ciência, a identidade e a autonomia indígenas na era digital.





3. APRESENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL KARAJÁ: A BONECA RITXOKO

Por Euzebio Martins Alves (PPGHISPAM-UFT)

Resumo: Este projeto tem por finalidade compreender e registrar formas e estratégias de preservação do patrimônio cultural Karajá, ela será realizada nas aldeias situadas na ilha do Bananal no estado do Tocantins. Nessa pesquisa buscamos fazer um contexto histórico desde as suas origens até os dias atuais, além de explorar seus principais patrimônios históricos, como ênfase nas bonecas de cerâmicas ritxoko. Falaremos também de como se deu o processo de patrimonialização dessas bonecas junto ao IPHAN, além disso será feita uma abordagem de como se deu a relação dos Karajá com a cerâmica ao longo do tempo. Os Karajá utilizam a cerâmica desde tempos imemoriais, mas os registros arqueológicos indicam que há pelo menos 800 anos já havia grupos ceramistas ocupando o vale do rio Araguaia, portanto a relação dos Karajá com a cerâmica é profunda, ancestral e culturalmente significativa, sendo essa uma prática tradicional exclusivamente realizada por mulheres Karajá. Ela é aprendida desde a infância é passada de geração em geração, especialmente entre avós, mães, tias e filhas. Mário Simões relata uma versão da origem da boneca Karajá atribuída à sapiência de Wexiru, uma ceramista lendária que, após as primeiras tentativas com a cera de abelha e não satisfeita com o resultado final, testou o barro como matéria prima chegando, depois de seguidos experimentos, à boneca de cerâmica. Ele traz o relato de Arutana, antigo líder ritual Karajá, da aldeia Santa Isabel do Morro, que enfatiza os sucessivos testes do trabalho com o barro misturado à cinza até chegar a um resultado satisfatório: De acordo com a tradição oral Karajá, a confecção da boneca de cerâmica teve sua origem como brinquedo para meninas. As primeiras ritxoko eram confeccionadas em cera de abelha pelas mulheres mais velhas da família extensa e presenteadas às meninas. Posteriormente o barro, já usado na fabricação de objetos de cerâmica utilitária e ritual, passa também a ser usado, juntamente com a cera, como matéria prima das pequenas bonecas que, por aquela época, não eram queimadas, o que vem a ocorrer somente a partir de meados do século XX. Assim as bonecas de cera se transformam em bonecas de barro cru, mantendo ainda algumas partes e detalhes feitos com roletes de cera, como, por exemplo, a parte correspondente ao cabelo. Ao longo de muito tempo de experimentação, as ritxoko chegam às suas formas atuais em que todo o objeto é feito em cerâmica, é queimado e, em sua maioria, é decorado com traçados gráficos nas cores vermelha e preta.

Instituições Organizadoras:



Apoio:





4. PROJETOS DE EVANGELIZAÇÃO, RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO INDÍGENAS: TECNOLOGIAS DO PODER E BEM VIVER EM GOIÁS (SÉCULOS XVIII AO XX)
 Por Patrícia Emanuelle Nascimento (UFU) e Ordália Cristina Gonçalves Araújo (UEG)

Resumo: Essa comunicação se propõe a analisar as tecnologias de poder pelo viés das ações evangelizadoras cristãs no território goiano desde a chegada dos primeiros missionários à capitania de Goiás até a Primeira República. Analisa também as resistências e o protagonismo indígenas a esse projeto de dominação. Ao longo dos séculos, a evangelização desempenhou diferentes funções, mas em todas elas, foi uma forma de impor a cultura ocidental aos povos indígenas e controlar suas vidas. A catequese tinha o papel de converter os povos indígenas em vassallos do rei no século XVIII. No século XIX a sua função era a de integrar os indígenas à sociedade civil transformando-os em trabalhadores nacionais. No século XX, o integracionismo modulava as relações interétnicas do projeto do Estado Nacional até o final da década de 1980 quando, após a mobilização do movimento indígena, os povos originários tiveram seus direitos ao território e à educação própria garantidos pelo texto constitucional de 1988. Independentemente da vertente cristã (católica ou protestante) e, guardadas as devidas proporções ao longo do tempo, os povos indígenas protagonizaram importantes processos interculturais nas relações interétnicas que estabeleceram com os missionários cristãos, ainda que em contextos altamente assimétricos. Nesses processos, os conhecimentos adquiridos e apropriados constituíram-se em parâmetros definidores das retomadas aos territórios, às tradições e às espiritualidades gerando situações favoráveis à presença física, ontológica e epistemológica dos povos indígenas em Goiás.

5. ATIVADORES DE MEMÓRIA E HISTÓRIA INDÍGENA: PRÁTICA INTERCULTURAL DE CONHECIMENTO

Por Diana Sales Tapeba (Graduanda, UnB)

Resumo: Esta comunicação é parte do Projeto de Iniciação Científica "Por outras epistemologias: representações da história indígena em fontes documentais associadas ao Relatório Figueiredo (1967)", financiado pelo PROIC CNPq 2020-2021, realizado na Universidade de Brasília. Este trabalho tem como objetivo apresentar uma nova perspectiva do Relatório Figueiredo, a partir dos relatos orais e uso de fotografia como ativadores de memória, a partir da interlocução com o povo indígena Tapeba, que vive em Caucaia, na zona metropolitana de Fortaleza, comunidade a qual pertencem. Este trabalho foi elaborado, após uma leitura panorâmica e depois, pormenorizada, de um documento produzido no ano de 1967: o Relatório Figueiredo, que através da utilização de fotografias do Volume IV do Relatório Figueiredo, que é uma parte do documento composta basicamente por fotografias com legendas muito curtas e pouco elucidativas, imaginamos a possibilidade de utilização





destas como recurso para a produção de entrevistas com o povo Tapeba . A fotografia como fonte histórica acionada no momento de realização das entrevistas passa a ser um instrumento para a historiadora/historiador, relacionando o presente com as lembranças do passado, como ativadoras das memórias históricas de povos indígenas. As discussões realizadas, possibilitaram reflexões sobre como os povos indígenas estão representados nos documentos e na historiografia brasileira, ao buscarmos compreender quais foram as motivações contidas naquela investigação ocorrida no ano de 1967 e que resultou no Relatório Figueiredo, documento histórico que repercutiu amplamente após a localização e divulgação no contexto da Comissão Nacional da Verdade. Interessou-nos pensar como essa fonte documental repercutiu entre povos indígenas, e como estas comunidades lêem as representações construídas sobre as violações aos direitos humanos de indígenas em um documento como este.

6. A ORALIDADE COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Por Pedro Henrique Maia dos Santos (Graduando, UnB)

Resumo: Ao realizar uma disciplina do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, chamada Geografia Africana e Afro-Brasileira, tive a oportunidade de conhecer o Quilombo Mesquita, localizado na Cidade Ocidental, por meio de uma saída de campo. Foi nesse momento que tive meu primeiro contato com a História Oral. Esse instrumento era utilizado para narrar as vivências cotidianas dentro do quilombo, os conhecimentos ancestrais transmitidos pelos mais velhos, as plantações de marmelo e até o próprio preparo do doce. Há uma certa preocupação com os jovens que não demonstram mais interesse em conhecer essas tradições transmitidas oralmente. Essa preocupação se intensifica principalmente com o falecimento dos mais velhos, pois, quando um ancião morre, uma verdadeira biblioteca de conhecimentos ancestrais se vai com ele. Historiadores como Vansina, Hampaté-Bâ e Prins trabalham a história e a tradição oral nas civilizações do continente africano. Para Prins, a história oral é a que melhor reconstrói os detalhes triviais das vidas das pessoas comuns. A palavra tem um caráter sagrado para essas comunidades, seja por sua capacidade de criação ou de organização. Há também um aspecto moral, pois ela está profundamente inserida na forma como o povo se relaciona com sua cultura, tornando-se, inclusive, um elemento de organização social. Com base nessa experiência no quilombo e no contato com textos de historiadores africanos que tratam da história e da tradição oral nas civilizações africanas, busco trazer uma reflexão sobre a importância da oralidade para a construção da identidade, a preservação da memória e a organização cultural e social local.





ST 7: HISTÓRIA ORAL, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E NARRATIVAS DOCENTES. COORD.: CÉSAR EVANGELISTA FERNANDES BRESSANIN (PPGHISPAM/UFT); MARIA ZENEIDE CARNEIRO MAGALHÃES DE ALMEIDA (PPGE – PPGH/ PUC-GO)

1. SEXUALIDADE INFANTIL NA ESCOLA: REFLEXÕES PSICANALÍTICAS E EDUCACIONAIS

por Breno Matheus Oliveira Carvalho e Juliano Soares Oliveira (Mestrandos, PUC-GO)

Resumo: A sexualidade infantil no contexto escolar é um tema que frequentemente suscita debates e controvérsias, especialmente à luz das teorias psicanalíticas de Sigmund Freud. A presença das palavras “sexualidade” e “criança” na mesma frase é motivo de polêmica desde a época de Freud, há mais de um século. Este trabalho busca explorar essas polêmicas e discutir a importância da educação sexual nas escolas, a partir de uma perspectiva psicanalítica e educacional. Trata-se de uma pesquisa em desenvolvimento, que tem como alicerce teórico e metodológico a história oral, com base na perspectiva de Paul Thompson (1992), por meio de entrevistas com professores e gestores escolares, mais especificamente do Ensino Fundamental II, com o objetivo de analisar criticamente os resultados obtidos. Os adultos tendem a reprimir essas curiosidades e a esconder a verdade sobre o sexo, a reprodução humana e as vicissitudes do corpo e da sexualidade (FREUD, 1907). Dessa forma, as crianças, não tendo respostas reais, constroem fantasias para preencher essas lacunas. Exemplos incluem a "teoria da cegonha", onde se acredita que os bebês são colhidos da água pela cegonha, entre outras formulações que Freud discute em seu texto sobre teorias sexuais infantis (FREUD, 1908). A educação sexual nas escolas é essencial para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. As teorias de Freud, juntamente com as perspectivas educacionais de Freire, Piaget, Libâneo e hooks, fornecem uma base sólida para a implementação de programas eficazes de educação sexual. É necessário enfrentar os tabus e resistências sociais com conhecimento e sensibilidade, promovendo um entendimento profundo e respeitoso da sexualidade humana. As perspectivas contemporâneas sobre o tema destacam a importância de abordagens abertas, inclusivas e contextualizadas. Estudos de casos de países como Suécia e Holanda, onde a educação sexual é integrada ao currículo escolar desde cedo, revelam resultados positivos na formação dos estudantes, contribuindo para a redução de comportamentos de risco e para a promoção de relações saudáveis e respeitadas.

Instituições Organizadoras:



Apoio:





2. RELAÇÕES ENTRE CULTURA ESCOLAR E DINÂMICAS EDUCATIVAS: DESAFIOS E RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA JÚLIA AMORIM SOARES RODRIGUES

Por Bruno Moulin Franco (UFT); César Evangelista Fernandes Bressanin (UFT)

Resumo: A escola, como objeto de estudo historiográfico, é vista como uma construção histórica, na qual a escolarização se destaca como o principal mecanismo de educação formal. Este trabalho utiliza a Escola Municipal Maria Júlia Amorim Soares Rodrigues, localizada em Palmas, Tocantins, e foi fundada no ano de 2003, como caso de estudo para investigar a relação entre cultura escolar e desempenho acadêmico. O estudo busca compreender como a cultura escolar é moldada em cenários de vulnerabilidade social, analisando as potencialidades e os desafios vivenciados pela escola e as dinâmicas internas e externas que afetam a qualidade do ensino e a formação dos alunos. A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, concentrando-se em uma única instituição de ensino. A investigação foi conduzida por meio de uma análise qualitativa com abordagem narrativa, fundamentada na observação participante, pesquisa bibliográfica e por fim, entrevistas orais realizadas com servidores da instituição. A escola é analisada do ponto de vista histórico como um elemento fundamental no desenvolvimento da sociedade. A cultura escolar revela-se como o elo entre as transformações históricas e a prática pedagógica cotidiana, composta por normas e práticas que regulam tanto o que se ensina quanto a maneira como isso ocorre. A Escola Maria Júlia está situada em uma área periférica não incluída no Plano Diretor de Palmas, habitada por trabalhadores de baixa renda, porém uma região tem passado por grandes transformações no tempo. Recebe alunos também do setor Lago Sul, provenientes de famílias reassentadas. A proximidade com escolas militares traz, segundo dados da secretaria escolar e relatos dos servidores, desafios, como o aumento de alunos transferidos por não se adequarem às normas disciplinares. A escola enfrenta dificuldades estruturais e pedagógicas, como carência de professores, baixa participação dos pais, rotatividade de docentes e desempenho acadêmico abaixo da média. Durante a pandemia, houve baixíssima participação nas aulas e devolutivas. Apesar das adversidades, a escola apresenta iniciativas positivas, como aprovação de alunos no IFTO, projeto de basquete, clube de leitura e destaque em feiras de ciências e artes. O conceito de cultura escolar é fundamental para compreender os desafios enfrentados, abrangendo práticas, valores, normas e interações. A Escola Maria Júlia afirma-se como ambiente de acolhimento e desenvolvimento, assumindo papel relevante na construção de identidades e no fortalecimento da cidadania.





3. O DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL, A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O PNE 2024-2034

Por Carlla Barbosa de Moraes Ramos(PUC-GO); Luciana Cândida Duarte (PUC-GO)

Resumo: Este capítulo tem por objetivo pensar os caminhos apontados pela Conferência Nacional de educação na elaboração do Plano Nacional de Educação 2024- 2034, cujo tripé: “políticas de estado para garantir a educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”, sinaliza para um maior o financiamento da formação docente, mas também a responsabilização do professor nas questões que deveriam ser de políticas públicas de Educação. Relacionando o contexto social e os embates vivenciados no último plano decenal da Educação Brasileira com os índices na formação docente inicial através das Licenciaturas de Educação do Campo. Nesse sentido, podemos afirmar que a Conferência Nacional de Educação representa um avanço para a reconstrução da educação e o fortalecimento da Democracia no Brasil. No ano de 2023 durante as conferências municipais conferências focalizaram, como temáticas centrais recorrentes, o Plano Nacional de Educação (PNE), Sistema Nacional de Educação (SNE). Financiamento e formação docente. A Conferência tem por finalidade enfrentar as desigualdades e garantir direitos educacionais numa perspectiva de construção coletiva de debate social, para isto realiza-se conferências em regime de colaboração nos municípios, estados para juntamente com representantes dos vários setores da sociedade estabelecer as diretrizes da Educação no Brasil. Nesse sentido, podemos afirmar que a CONAE - Conferência Nacional de Educação - representa um avanço para a reconstrução da educação e o fortalecimento da Democracia no Brasil. No ano de 2023 durante as conferências municipais conferências focalizaram, como temáticas centrais recorrentes, o Plano Nacional de Educação (PNE), Sistema Nacional de Educação (SNE). Financiamento e formação docente. Como resultados dessas conferências se elabora o documento final que alicerçará o próximo Plano Nacional de Educação estabelecendo metas, investimentos e políticas públicas visando a qualidade/melhoria da Educação Brasileira. Nos documentos finais aprovados foram afirmadas a necessidade de maior articulação entre os entes federados e os setores da sociedade e apresentadas as diretrizes, metas e ações para a conformação de uma efetiva política de Estado capazes de assegurar democratização, universalização, qualidade social, inclusão, igualdade, equidade e respeito às diversidades. Alguns avanços vêm acontecendo, como na questão da formação docente em especial no que diz respeito à Educação no Campo, não por uma questão de prioridade para com a educação, mas, respondendo uma demanda mundial de sustentabilidade. Há um cenário mundial influenciando a política interna brasileira com acordos internacionais de desenvolvimento socioambiental que atinge a formação docente sob o viés das LEDOC.





4. MEMÓRIAS DA TERRA E O IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO CONTO DIAS DE CHUVA DE HUGO DE CARVALHO RAMOS

Por Carmem Lucia Pereira Barros Cardoso Lopes (PUC-GO)

Resumo: O conto Dias de Chuva (2006) de Hugo de Carvalho Ramos se insere em um contexto de reflexão sobre as transformações que o sertão brasileiro atravessa, evocando temas de memória, identidade e as mudanças que a modernidade impõe. Por meio da descrição vívida das paisagens e das experiências do protagonista, o conto oferece uma metáfora poderosa sobre as mudanças ambientais e sociais em curso no Brasil, estabelecendo um diálogo com as preocupações contemporâneas sobre as emergências climáticas e as oralidades tradicionais. O objetivo principal deste estudo é analisar como as mudanças climáticas e as transformações ambientais são representadas no conto Dias de Chuva, a partir da metáfora da chuva e da relação do protagonista com o ambiente que o cerca. Esta pesquisa busca investigar de que forma a narrativa de Hugo de Carvalho Ramos dialoga com as emergências climáticas contemporâneas e como a oralidade, enquanto expressão de resistência cultural, permeia a percepção do meio ambiente e as práticas de sobrevivência na zona rural. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando a análise literária crítica e teorias literárias, decoloniais e ambientais, como as de Paul Ricoeur (2000), Antonio Candido (2000), Pierre Nora (1993), e Walter Mignolo (2017), para compreender as dinâmicas de poder, memória e natureza na obra. Os principais resultados deste estudo revelam que, no conto, a chuva funciona como uma metáfora não apenas para a passagem do tempo e o fluxo das memórias do narrador, mas também para as mudanças climáticas que impactam diretamente as formas de vida do sertão. A relação do personagem com a natureza reflete uma tensão entre a preservação das tradições e as pressões de um mundo em constante mudança. O conto destaca o colapso ambiental de maneira sutil, mostrando que a paisagem, enquanto elemento central da identidade do sertanejo, é simultaneamente palco e vítima de mudanças impostas, assim como as formas de subjetividade associadas a ela. A oralidade, por sua vez, emerge como uma forma de resistência e adaptação, onde as memórias do sertão são passadas de geração em geração, servindo como uma conexão vital com o ambiente. A principal conclusão deste estudo é que o conto Dias de Chuva propõe uma reflexão profunda sobre o impacto das mudanças ambientais e climáticas nas subjetividades, através da construção simbólica da chuva e da paisagem. Ao abordar o dilema entre a preservação das tradições e a adaptação às pressões da modernidade e do colapso ambiental, o conto de Hugo de Carvalho Ramos (2006) amplia a discussão sobre as emergências climáticas, oferecendo uma perspectiva literária que não apenas retrata o sofrimento das populações rurais, mas também aponta para formas de resistência, como as oralidades tradicionais, que permitem a continuidade da identidade e da memória coletiva. Este estudo contribui para o entendimento das narrativas que abordam as transformações ambientais e suas implicações nas subjetividades humanas,

Instituições Organizadoras:



Apoio:





oferecendo uma reflexão crítica e literária sobre a relação da humanidade com o ambiente em tempos de crise.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Por Carolina Maria dos Santos (PUC-GO) e Maria Esperança Fernandes Carneiro (PUC-GO)

Resumo: Ao estudarmos as políticas públicas educacionais, é essencial considerar tanto os novos espaços de formação, criados pela sociedade que utilizam intensivamente a informação e as novas tecnologias, quanto as forças políticas em disputas de projetos sociais de classe. Destacam-se dois paradigmas em conflito: o neoliberal e o da sustentabilidade que propõe uma formação crítica voltada para a cidadania e para a preservação do planeta. Este estudo tem como questão principal a formação de docentes baseada nesse novo paradigma. No que se refere a metodologia, a pesquisa é de cunho bibliográfico, fundamentada em: Moacir Gadotti (2005 - 2010); Rudinei Barichello Augusti (2020), dentre outros que também discutem o fundamento teórico do tema do artigo. A formação continuada de professores, conforme Augusti (2020, p.54), “está inserida em um cenário paradigmático que, observando a emergência da ciência pós-moderna, podemos caracterizar como um contexto de crise”. Portanto, realizar esta pesquisa é necessário para compreendermos os novos espaços de formação e as forças políticas envolvidas nas disputas entre diferentes projetos de sociedade; assim é de suma importância fazer emergir os conflitos entre os referidos projetos e quais as contribuições do paradigma da sustentabilidade, proposto por Gadotti (2010). Nesse panorama, Gadotti (2010), em sua obra intitulada Qualidade na educação: Uma nova abordagem, apresenta, principalmente, os embates entre dois projetos de sociedade que se contrapõem: o projeto neoliberal e o projeto da educação pública de qualidade social. A Pedagogia da Terra, ou Ecopedagogia Gadotti (2005), entendida como movimento pedagógico, como abordagem curricular e como movimento social e político, representa um projeto alternativo global que tem por finalidades promover a aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana e, a promoção de um novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico. Diante da análise desenvolvida ao longo do estudo, verificou-se um crescente interesse na discussão e análise da formação de docentes no Brasil, por parte de diferentes autores. A Pedagogia da Terra, nesse sentido, surge como caminhos possíveis para ressignificar a prática educativa, articulando saberes teóricos e vivências concretas do cotidiano.





6. EDUCAÇÃO NO TOCANTINS: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DOCENTES

Por César Evangelista Fernandes Bressanin (UFT)

Resumo: A pesquisa aqui esboçada, e em andamento, se propõe a registrar a memória e as narrativas de educadores(as) do século XX que construíram a História da Educação na cidade de Porto Nacional, estado do Tocantins, a partir do Colégio Sagrado Coração de Jesus, instituição confessional católica da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, fundada na cidade em 1904. Para a realização desta pesquisa que é histórica e que tem um enfoque qualitativo, os procedimentos metodológicos adotados se organizam em um corpus escrito e em um corpus oral de entrevistas abertas e semiestruturadas que estão sendo gravadas e transcritas a partir da catalogação e sistematização a partir dos pressupostos da História Oral, em específico da História Oral de Vida, embasada na perspectiva dos trabalhos de Thompson (1992), Bom Meihy (1996, 2005, 2011), Ferreira e Amado (2001), Montenegro (2001, 2010), Alberti (2004), Porteli (2010), dentre outros. A História Oral será utilizada como procedimento metodológico que buscará fontes para a reconstrução da memória e tornando-se documento importante para aprofundar a discussão e suas diferentes versões, interpretações e representações sobre a História da Educação de Porto Nacional, por meio das narrativas docentes. A pesquisa propõe um enfoque sobre as memórias e narrativas de educadores e educadoras de Porto Nacional-Tocantins, que atuaram no Colégio Sagrado Coração de Jesus, entre os anos de 1960 e 2000. A riqueza do material coletado a partir das fontes encontradas e produzidas permitirá dar visibilidade à educadores e educadoras que deixaram suas contribuições na formação de várias gerações na cidade; a pensar aspectos da história da educação local a partir das narrativas desses(as) professores(as), de suas experiências como pessoas que vivenciaram diversos processos na trajetória educacional; contribuir com a historiografia e história da educação local, regional e nacional a partir de temas como políticas públicas educacionais, leis, diretrizes curriculares, práticas educativas, metodologias de ensino, cultura escolar, formação de professores, avaliação, dentre outros. O desenvolvimento da investigação visa fortalecer o rol das pesquisas sobre memórias e histórias de vida de educadores e educadoras, ampliando o estado da arte e possibilitando que outros estudos sejam desenvolvidos, ampliando a temática que ainda é incipiente e conta com poucos trabalhos.





7. DO GARIMPO À ESCOLA: HISTÓRIA ORAL E MAPEAMENTO DIGITAL DAS PRIMEIRAS ESCOLAS EM BARRA DO GARÇAS (1940-1950)

Por Cristiano Costa Pereira (UFMT) e Elizabeth Figueiredo de Sá (UFMT)

Resumo: A ocupação não indígena na região de Barra do Garças teve início em fins do século XIX, com a povoação de Registro do Araguaia. A região, rica em diamantes, atraiu migração desordenada, causando conflitos com indígenas e entre garimpeiros. As riquezas ali geradas eram enviadas para fora do estado e do país. O Estado interveio em 1930 para regular a exploração e reduzir o poder dos coronéis e comerciantes de diamantes. A descoberta de pedras no distrito de Barra do Garças rendeu-lhe maior destaque. Em 1948, o distrito tornou-se cidade sede e o município de Araguaiana foi renomeado Barra do Garças. Como afirma Chartier (2002), para compreender a história cultural do Estado é importante compreender a história da alfabetização. Na intervenção do poder estatal, em 1934, foi criada a Escola Rural Mista, com uma única professora. Nos anos 1940, chegaram normalistas de Cuiabá, permitindo ampliar as turmas. Em 1949, as escolas foram unificadas como Escolas Reunidas Cel. Antônio Cristino Côrtes, reconhecido pelo estado como fundador da cidade (Mato Grosso, 1949). Em 1950 a Escola Reunidas foi transformada em Grupo Escolar, mantendo o nome do patrono. Este trabalho, inserido nas humanidades digitais e história da educação, objetiva mapear as primeiras escolas de Barra do Garças (1940-1950). A metodologia combina história oral com fontes digitalizadas, como a legislação municipal e estadual, documentos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e do Arquivo Público de Mato Grosso, produção bibliográfica sobre a histórica local e acervo de fontes do Grupo de Pesquisa em História da Educação e Memória – GEM/UFMT. Utilizou-se o Google My Maps para georreferenciar dados históricos, aplicando História Cultural (Chartier, 2002) e metodologias de história oral (Montenegro, 2010; Prins, 1992; Thompson, 1998). Entendemos as humanidades digitais como campo transdisciplinar emergente que combina métodos, ferramentas e perspectivas analíticas das ciências humanas e sociais com as tecnologias digitais, conforme Brasil e Nascimento (2020). Um novo paradigma que expande as possibilidades de análise e interpretação com usos de softwares e desenvolvimento de ferramentas que permitem novas perguntas e respostas, impactando tanto a teoria quanto os métodos das disciplinas. Apesar das oportunidades, há desafios importantes que demandam maior rigor metodológico e teórico na integração das tecnologias às práticas das ciências humanas. Os resultados permitiram localizar escolas, reconstituir dinâmicas educacionais e urbanas da época e concentrar informações em um mapa histórico virtual. O trabalho faz parte da produção da tese de doutorado em educação que investiga a cultura escolar no Grupo Escolar Coronel Antônio Cristino Côrtes, em Barra do Garças – MT.





8. O CLAMOR DO BAILIQUE: FICÇÃO, MEMÓRIA E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA NAS MARGENS DA ORALIDADE TRADICIONAL

Por Elaine de Araújo Ferreira Barros (PUC-GO)

Resumo: A intrusão das águas salinas nos rios da Amazônia, intensificada pelas mudanças climáticas, têm gerado impactos profundos sobre comunidades ribeirinhas, afetando seus modos de vida, memórias e vínculos com a terra e a água. Este estudo baseia-se no conto inédito O Clamor do Bailique, da escritora e pesquisadora Carmem Lúcia Costa, com lançamento previsto junho de 2025 no livro Os contos da mãe velha, narrativa contemporânea que retrata os impactos das mudanças climáticas sobre uma comunidade amazônica tradicional e contém outros temas como o folclore amazônico, como uma expressão literária que denuncia os efeitos ambientais, simbólicos e culturais provocados por essa crise. A pesquisa propõe uma leitura hermenêutica fundamenta-se em autores como Antonio Candido (2000), Paul Ricoeur (2007), Homi Bhabha (1998) e Estudos culturais e interfaces : objetos, metodologias e desenhos de investigação (2016), compreendendo a literatura como espaço de denúncia e salvaguarda simbólica das vozes que emergem das margens e da investigação qualitativa da narrativa, considerando elementos da crítica literária, da ecocrítica e da antropologia cultural. Por meio da análise textual, identifica-se como a literatura pode funcionar como espaço de resistência e elaboração coletiva diante do trauma ambiental. Os resultados foram obtidos a partir da interpretação dos símbolos e imagens presentes na obra, que refletem a perda de pertencimento e os deslocamentos identitários vivenciados pelas populações tradicionais amazônicas. A pesquisa reafirma a importância da ficção como instrumento de reflexão crítica e valorização dos saberes ancestrais frente aos desafios do presente.

9. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E HISTÓRIA ORAL: UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA EM JOÃO PINHEIRO (MG)

Por Giselda Shirley da Silva (Faculdade Cidade de João Pinheiro) e Vandeir José da Silva (Universidade de Évora)

Resumo: Este trabalho apresenta como objeto de estudo os resultados do projeto de educação patrimonial realizado pela Secretaria Municipal da Cultura e Turismo de João Pinheiro em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e as escolas públicas do referido município desenvolvido em 2024. O estudo da história da educação local com enfoque na trajetória histórica das escolas constituiu o eixo central desta pesquisa. O projeto foi direcionado aos alunos da Educação Básica da Rede Pública Municipal e Estadual visando incentivar o interesse dos adolescentes e jovens por conhecer a história da própria escola onde estudam e, de modo mais amplo, a história da educação no município. Cada escola escreveu a sua história tendo como fonte principal de investigação a história oral, realizando





entrevistas com ex - funcionários e alunos da instituição de ensino, buscando, por meio da memória, escrever a sua história. Além da história oral, utilizaram também a iconografia e a pesquisa documental do acervo das escolas para escreverem coletivamente a história da educação. O objeto deste estudo é conhecer e compreender como que ações educativas, a história oral e a memória, utilizadas de forma interdisciplinar contribuíram para conhecer e registrar a história da educação no município através da história de cada escola que aderiu ao projeto. O empírico foi constituído por 19 livros digitais de história de 19 escolas que participaram do projeto educativo, fotografias diversas, o projeto de educação patrimonial e entrevistas orais com seis professores que desenvolveram o projeto nas suas escolas. Este material foi analisado à luz de teóricos da história cultural, da história oral e da história da educação. Percebemos que a análise dos 19 livros de história das escolas escrito pelos próprios professores com participação dos alunos em todas as fases de desenvolvimento do projeto de educação patrimonial realizado entre os meses de fevereiro a outubro foi um trabalho de grande relevância para conhecimento da história da educação, valorização da história local e da memória como elementos constitutivos da identidade do município.

10. HISTÓRIA, MEMÓRIAS E CULTURA ESCOLAR EM CATALÃO/GO

Por Luciana Cândida Duarte e Maria Zeneide Carneiro de Magalhães de Almeida (PUC-GO)

Resumo: Este resumo tem por objetivo resgatar a memória e a história da Escola Municipal Maurílio Netto, na cidade de Catalão, Goiás. Adicionalmente, por meio da análise documental e da pesquisa quantitativa, propomos o levantamento e reflexão das sete Constituições Federal Brasileira; das três Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEM lei 9394/96). Contextualizando o Município de Catalão-GO, o distrito de Pires Belo e a pequena comunidade, chamada Fazenda Fartura. Na qual durante vinte e cinco anos funcionou em três locais diferentes da escola. Esta escola existiu no período de 1974 até 1999, atendendo a população da região da Fazenda Fartura e em torno do Distrito de Pires Belo. Partimos de autores que tratam o texto como a obra e produto humano, tais como Furlan (2008), Carvalho; Castro (2014) e Caldart (2000). Ao resgatar e registrar a memória desta Escola e as práticas educativas das professoras, acreditamos valorizar a formação docente do professor que atua no/ do campo. Nesse sentido, propomos no primeiro explorar o Contexto Histórico da Escola Municipal Maurilio Netto, através da análise de documentos e Leis, pensando o período de Criação e Fechamento da Escola. Faremos também um levantamento de quem foram as professoras que atuaram nesta Escola. Assim como os alunos atendidos ao longo dos seus vinte e cinco anos de funcionamento. Para além, apresentaremos as narrativas da professora Ely Maria Santana (1985 – 1999) a formação e o início da sua carreira do magistério, seus desafios e reflexões. Situando sua contribuição na vida de muitos alunos independente das condições econômicas e políticas que ambos (professores e alunos) enfrentaram frente ao momento cultural Brasileiro das





décadas de 1970 a 2000. Entendemos que, resgatar a memória é trazer vivo os caminhos que se abriram a pessoas cuja condição social foi constrangida, ignorada e colocada à margem da história oficial contada pelos homens. Entendemos que o resgate cultural dá voz àqueles que foram oprimidos e esquecidos. Mas que saíram da sua condição social fazendo emergir no mundo e no mundo o conhecimento. E apesar dos conflitos, das lutas travadas no âmbito pessoal e coletivo, escolheram uma postura social, política, cultural e emancipatória.

11. EDUCAR PELA ESCUTA: A HISTÓRIA ORAL COMO FERRAMENTA DE PERTENCIMENTO E FORMAÇÃO EM UM PROJETO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM JOÃO PINHEIRO – MG

Por Maria Célia da Silva Gonçalves (Colégio Darcília Coimbra-CDC)

Resumo: Este trabalho apresenta uma experiência de pesquisa e formação desenvolvida com alunos do Colégio Darcília Coimbra, em João Pinheiro – MG, a partir da metodologia da História Oral aplicada desde os anos iniciais do Ensino Fundamental até a última série do Ensino Médio. A proposta, que culminou na publicação do livro “RAÍZES E MEMÓRIAS: famílias e histórias de João Pinheiro – MG sob o olhar dos alunos do Colégio Darcília Coimbra”, envolveu estudantes de diferentes idades em entrevistas com seus familiares, permitindo o resgate de narrativas familiares, tradições culturais e memórias da cidade sob o olhar sensível da infância e da juventude. Como historiadora e coordenadora do projeto, compartilho os desafios e encantamentos de conduzir essa jornada investigativa, na qual as crianças, mesmo muito pequenas, aprenderam a escutar com atenção e respeito. A escuta, nesse contexto, foi compreendida como gesto inaugural do fazer histórico e como prática pedagógica essencial à formação crítica e sensível dos sujeitos. Inspirado nas contribuições de autores como Meihy (2005), Le Goff (1994), Ecléa Bosi (2003) e Alessandro Portelli (1997), o projeto demonstrou que a História Oral, quando inserida no cotidiano escolar, possibilita não apenas a construção do conhecimento histórico, mas também o fortalecimento do sentimento de pertencimento e da identidade comunitária. A mediação intergeracional, promovida pelas entrevistas, proporcionou vínculos afetivos entre alunos e seus familiares, estimulando o diálogo entre gerações e o reconhecimento da memória como patrimônio imaterial. João Pinheiro, cidade sertaneja do noroeste de Minas Gerais, emergiu como protagonista dessas narrativas, revelando uma história viva que se manifesta nos gestos cotidianos, nas tradições familiares e nos silêncios compartilhados. Ao narrar essa experiência, evidencio o papel do(a) docente como mediador(a) da escuta e curador(a) das memórias locais, ressaltando a importância da formação de professores sensíveis à história vivida e à pluralidade de vozes. Concluo que a História Oral, longe de ser apenas uma metodologia, configura-se como uma prática educativa potente, capaz de transformar a escola em espaço de reconhecimento, escuta e construção coletiva de saberes. O projeto se

Instituições Organizadoras:



Apoio:





consolidou como uma verdadeira prática de resistência à homogeneização cultural e ao apagamento das histórias locais, reafirmando o lugar da escola como guardiã da memória e promotora da cidadania.

12. A ORALIDADE COMO RECURSO NARRATIVO NO RESGATE MEMORÍSTICO DO DOCENTE

Por Maria José Modesto Silva (PUC-GO) e Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida (PUC-GO)

Resumo: O que propomos é apresentar um viés de nosso projeto de pesquisa do Pós-Doutorado com o título - Memória e Identidade: Possíveis diálogos Históricos, Culturais e Semióticos no Magistério mossamedino do espaço rural ao urbano, desenvolvido na linha de pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade, sob a supervisão da Profa. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida - PPGE – PUC Goiás. Nosso enfoque nesta Comunicação será a importância que tem a oralidade como um dos principais recursos para o resgate e a sistematização da trajetória de muitos educadores. Faremos um recorte espacial e temporal que será o professor no município de Mossâmedes na década de 70 e 80 e, mais especificamente a professora Nicolina Rosa Adorno. Em nossa pesquisa foi possível encontramos os registros nos Recursos Humanos das instituições em que a professora pesquisada trabalhava, mas o que realmente nos trouxe surpresa foi o quanto a memória afetiva transmitida por meio da oralidade contribuiu para a sistematização da história e da trajetória da professora citada. Por meio da oralidade nos foi possível observar a identidade cultural da professora enfatizando as marcas deixadas por ela na memória de alguns educandos, colegas de trabalho e até outras pessoas que faziam parte do contexto da mesma. Enfim, a consulta aos registros profissionais da professora em seus respectivos locais de trabalho foi importante. Mas, foi na oralidade que encontramos os elementos semióticos que enalteceram a sistematização desse resgate memorístico e cultural dessa personagem, a professora Nicolina Rosa Adorno. Meihy (2005, p. 19) assevera que o trabalho com a memória possibilita aos sujeitos pesquisados outra compreensão do período histórico evocado, até porque a presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança no conceito de história, mas, mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores, que passam a entender a sequência histórica e se sentir parte do contexto em que vivem. De acordo com Portelli (2001, p.10) a História Oral é uma forma específica de discurso, pois, enquanto narrativa do passado, inscreve-se no âmbito da História contada que tem a oralidade como meio de expressão e constitui-se assim como um gênero específico e como um discurso histórico. O autor ainda afirma que, “podemos definir a história oral como o gênero de discurso no qual a palavra oral e a escrita se desenvolvem conjuntamente, de forma a cada uma falar para a outra sobre o passado” (PORTELLI, 2001,





p. 13). Sendo assim, a História Oral serve de base para a manutenção e a transmissão das vivências culturais do professor assim como é o recurso da preservação de sua identidade e tem sido empregada em muitas pesquisas sobre a História da educação como uma importante metodologia de preservação das memórias desses personagens que participaram de um determinado contexto histórico educacional.

13. MEMÓRIAS DA ESCOLA ESTADUAL “FEBRÔNIO RODRIGUES” DE TORIXORÉU-MT (1949-2024): AFETIVIDADES E RESENTIMENTOS

Por Maurício do Nascimento Farias (Unemat)

Resumo: O presente trabalho, tem como intencionalidade destacar a importância do uso da “memória” na construção do fazer historiográfico no ensino e na pesquisa. O objeto central da investigação, será o levantamento das memórias orais de parte dos(as) servidores(as) que passaram pela Escola Estadual “Febrônio Rodrigues”, no município de Torixoréu-MT. Unidade escolar que foi inaugurada no ano de 1949 e, que em janeiro de 2024, teve suas atividades finalizadas. Apresentar a história da escola, a partir das memórias dos ex-servidores(as) da unidade escolar, através de suas narrativas orais, significa possibilitar que suas experiências vividas naquela localidade revele a importância social daquele espaço social, tanto para suas vidas de forma individual quanto para a coletividade que fizeram parte da história desse lugar e, até mesmo, na formação dos laços comunitários do município. A municipalidade fica localizada na região sudeste de Mato Grosso, às margens do Rio Araguaia, na divisa com o estado de Goiás e possui atualmente cerca de 4200 habitantes, segundo dados do IBGE de 2022. Torixoréu só teve sua emancipação política em 1953, posteriormente à fundação da escola, o que denota a representatividade da unidade escolar na formação não só pedagógica dos munícipes que ali residiram ou residem até hoje, como também, na participação da escola na formação histórico-social local. A problemática que envolve a pesquisa, se apresenta, no questionamento de como as experiências vividas pelos ex-servidores(as) da escola foram estabelecendo práticas de sociabilidade em torno de uma dinâmica educacional, que naturalmente delineou identidades e comportamentos da comunidade como um todo, levando-se em conta que a escola sempre foi um espaço ativo de participação comunitária nos diversos eventos socioculturais do município. A pesquisa tem como objetivo, apresentar a escola como um “lugar de memória”, onde ali seus servidores(as) construíram parte de suas histórias através da coparticipação social. Visa também, garantir a visibilidade dessa memória, enquanto “dever de memória” no âmbito da História Local. Objetiva-se ainda, elaborar um produto pedagógico em torno do trabalho com a história oral a partir da memória, e construir um acervo virtual, onde se possa dialogar com estudantes da educação básica, sobre a importância da memória local. A pesquisa terá como referencial teórico, autores que se debruçaram em aspectos da utilização da memória, tais como, Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs, Pierre Nora, bem

Instituições Organizadoras:



Apoio:





como autores que trabalham com aspectos da oralidade, como, Verena Alberti e Alessandro Portelli. A pesquisa está em fase de desenvolvimento, via o Mestrado Profissional de Ensino de História (ProfHistória), no polo da Universidade do Estado de Mato de Grosso (UNEMAT).

14. ANÁLISE INTERSEMIÓTICA ENTRE AS PERSONAGENS CAPITU E MACABÉA

Por Rafaela Fortes Lima da Silva (PUC-GO)

Resumo: Este estudo investiga as representações socioculturais de duas personagens femininas da literatura brasileira: Capitu, de Dom Casmurro (1899), de Machado de Assis, e Macabéa, de A Hora da Estrela (1977), de Clarice Lispector. O foco da pesquisa está na análise do comportamento dessas personagens, buscando compreender suas semelhanças e diferenças. Além disso, examina-se como a construção dessas figuras femininas reflete e questiona as perspectivas sociais e culturais sobre a mulher em diferentes contextos históricos e literários. Esta investigação foi realizada, a partir da pesquisa bibliográfica, estabelecendo análises críticas sobre o tecido envolvendo estas figuras femininas tão significativas para a literatura, seja por meio da ironia e/ou de outro recurso discursivo. Em ambas as obras, observar-se-á a maestria narrativa, suas tessituras complexas e suas representações das experiências femininas. Por meio de suas jornadas individuais, estas personagens ilustram os desafios, as expectativas e as contradições enfrentadas pelas mulheres em diferentes contextos sociais e históricos. Exploraremos Capitu, sua aura enigmática ambígua, e Macabéa, sua simplicidade desarmante e vulnerabilidade, percepções sobre a condição feminina, abordando temas como identidade, poder, marginalização e resistência. As trajetórias dessas duas figuras, nos convidam a contemplar, não apenas suas complexidades individuais, mas também a ampla gama de experiências femininas que ecoam através das páginas dessas obras atemporais. O nome Capitu, se tornou sinônimo de ambiguidade e mistério, nos levando a perceber que seu enigma está em seu olhar, na grandiosidade de sua visão, na forma como ela viu o mundo, os homens, a existência humana. O estranhamento diante da vida comum, seu desejo de romper barreiras e de se estabelecer como única, guiado pela sua astúcia, inteligência e sentimentos que estão acima da moral ou dos costumes. Um ser à frente do seu tempo que fazia da ironia e da ambiguidade, a sua arma, a sua camuflagem, de grande profundidade emocional. Macabéa será apresentada com sua trajetória que convida a uma reflexão sobre a alienação, à marginalização e a busca por identidade em uma sociedade desigual e opressiva.





15. MEMÓRIA E ORALIDADE DOCENTE – O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS DE INHUMAS

Por Gleidson de Oliveira Moreira (PUC-GO)

Resumo: A proposta desta comunicação é resultado de uma pesquisa realizada no campo da História da Educação a partir de relatos com professoras primárias do Centro de Formação de Professores de Inhumas (1964-1985). O objetivo é entender, a partir dos testemunhos das educadoras, especialmente as memórias interditas, que mesmo vivenciando as práticas exitosas do acordo UNESCO/UNICEF- MEC/INEP, tais interlocutoras se sentiram pouco à vontade para falarem de lembranças referentes ao Centro de Formação. Por quê? Como a memória pode ser instrumento da oralidade neste processo? Fundamentada na pesquisa oral, este estudo visa contribuir com discussões em torno da História Oral para estudos na História da Educação.





ST 8: CULTURAS PERIFÉRICAS: SOBRE VIVÊNCIAS CONTRACOLONIAIS. Coord.: Allysson Fernandes Garcia (CEPAE/UFG)

1. MINHA AVENTURA COM HISTÓRIA ORAL EM TRÊS TEMPOS

Por Allysson Fernandes Garcia (CEPAE-UFG)

Resumo: Nesta comunicação descrevo e reflito sobre minha experiência de pesquisa com história oral. Ao lembrar meu percurso destaco percalços e alegrias de um historiador escutador. Percorrendo as margens culturais e acadêmicas tentei dar sentido a minha escolha pela História. Em diálogo com interlocutores preciosos que me ofereceram parte de seu tempo e me brindaram com suas histórias alinhavi narrativas sobre culturas musicais e artísticas entre Goiânia, São Paulo, Havana e Morrinhos. Organizo a comunicação em três tempos: tempo de saber chegar; tempo dos encontros e desencontros e tempo da amizade.

2. CONIC: O PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO DO SETOR DE DIVERSÕES SUL NO PLANO PILOTO - DF

Por Breno Eduardo Walter Ribeiro (Graduando, UnB)

Resumo: No presente trabalho, proponho discutir o Setor de Diversões Sul – SDS/DF, popularmente conhecido como Conic, que, ao longo das décadas, tornou-se um local popular na área central de Brasília. Deixou de ser um baluarte da elite brasiliense para, diariamente, receber em seus corredores trabalhadores e pessoas em busca de prestação de serviços. Por ter se tornado um local de caráter popular, sofre uma periferização dentro do Plano Piloto, sendo mal visto por uma elite e classe média que buscavam se diferenciar de seus frequentadores. O Conic foi o espaço da primeira boate LGBTQIAPN+ do DF, localizada no Espaço Galleria. Por ter frequentadores marginalizados – sejam os "entendidos", termo utilizado para se referir a homens gays, sejam travestis –, o local passou a ser alvo de preconceito e negligência. O descaso com os reparos e a limpeza foi um dos motivos para essa visão negativa. Na década de 1980, o Conic passou a ser chamado de “boca do lixo” devido à sujeira acumulada em seus corredores.

3. QUADRILHAS JUNINAS: TRADIÇÃO, REINVENÇÃO E IDENTIDADE CULTURAL EM GOIÁS

Por Crisnamurte Alves Carneiro; Aldimar Jacinto Duarte (PUC-GO)

Resumo: O presente trabalho aborda a diversidade cultural das quadrilhas juninas, destacando sua relevância como tradição adaptável no Brasil, com ênfase especial em Goiás. O autor, envolvido diretamente com a dança como educador e fundador da Associação Cultural Quadrilha Junina Cultura Goiana, reflete sobre a origem histórica das quadrilhas, desde suas raízes europeias até sua transformação em uma expressão cultural brasileira. O

Instituições Organizadoras:





estudo analisa o aspecto estético e simbólico das quadrilhas, mostrando que elas são mais do que celebrações, servindo também como manifestações de tradições, rituais e posicionamentos religiosos e políticos. O foco da narrativa está nas décadas de 1980 e 1990, um período de inovação coreográfica, e examina como as quadrilhas se reinventam, equilibrando preservação e renovação. Por último, enfatiza-se a importância das quadrilhas juninas como um movimento cultural vivo e dinâmico, que enfrenta dificuldades financeiras e de reconhecimento, mas que persiste graças ao esforço de seus integrantes e ao apoio comunitário. As quadrilhas são apresentadas como um reflexo da diversidade e da alma do povo brasileiro, contribuindo significativamente para a identidade nacional.

4. O INCANSÁVEL EURÍPEDES: LIDERANÇA COMUNITÁRIA E LUTA POLÍTICA PELO DIREITO À CIDADE EM CEILÂNDIA-DF

Por Davi da Silva Alves Ribeiro (Graduando, UnB)

Resumo: O presente trabalho advém de um verbete produzido sobre Eurípedes Pedro de Camargo no grupo de pesquisa da UnB e vinculado ao IPHAN - DF chamado "Memórias de lutas pela democracia no Distrito Federal: lugares, sujeitos e episódios no contexto da ditadura civil-militar brasileira". A pesquisa feita traz à tona a trajetória de um dos principais líderes comunitários da Ceilândia, destacando seu papel na luta pelo direito à cidade e na consolidação da identidade política e cultural na periferia do Distrito Federal. Nascido em Ceres (GO) e vindo para Brasília ainda jovem, Eurípedes experienciou de forma direta a segregação urbana imposta aos trabalhadores que construíram a capital. Assim, a remoção dos trabalhadores da Vila do IAPI (no centro da capital) para Ceilândia (na periferia), no início dos anos de 1970, é o que marca o início do engajamento político desse sujeito em defesa da população marginalizada. Já adiante, em 1979, foi que sua atuação política ganhou ainda mais força e se expandiu, quando participou da fundação da entidade ASSIMOC (Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia) e tomou à frente como liderança comunitária. Logo Eurípedes se tornou uma figura central nas mobilizações populares por moradia, infraestrutura urbana e melhores condições de vida na recém inaugurada Ceilândia. Sua liderança se destacou tanto nas ações diretas – como protestos e negociações com o governo – quanto na formulação de críticas à forma como a mídia e o poder público tratavam Ceilândia e seus moradores. Mais do que um ativista, Eurípedes simboliza a resistência cotidiana de uma população que, diante da exclusão, reivindicou pertencimento, dignidade e transformações no espaço em que foi forçosamente alocada. Seu legado ressignifica a própria história de Brasília ao colocar em evidência as lutas invisibilizadas daqueles que fizeram das periferias não apenas um lugar de moradia, mas um espaço de afirmação de identidade e disputa política.





5. “E O MEU CABELO EU NÃO VOU CORTAR E A SUA FARDA EU NÃO VOU USAR”: UMA ANÁLISE DAS CANÇÕES DE PROTESTO CONTRA A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS EM GOIÁS (2015-2016)

Por Isadora Malveira (Mestranda, UFG)

Resumo: A comunicação analisa canções de protesto contra a militarização das escolas em Goiás (2014-2015), com especial atenção à resistência à militarização do Colégio Estadual Waldemar Mundim e à atuação do movimento Secundaristas em Luta - Goiás. Buscamos, através das análises das canções, explorar os conceitos e diferenças de escolas militares e escolas civis-militares. A relação das juventudes com os ritmos musicais de Funk e Rap. O processo dos estudantes como sujeitos histórico-sociais e como a escola militarizada influencia na formação de identidade, gênero e trabalha com uma lógica cis-hétero normativa. As músicas analisadas são: "Maçã Podre", de Belchior do Pequi e Moraes Goiano Moreira; "Medley: Militarizar não vai ser a solução"; e "Não canto hino e não bato continência". Criadas ou adaptadas por estudantes, essas canções deram voz e ritmo às manifestações, colocando-se contra a militarização e afirmando as identidades dos jovens frente à lógica cis-hétero normativa e disciplinadora das escolas militarizadas.

6. PROXIMIDADES E AFASTAMENTOS ENTRE O LEVANTE DA TURMA DA BOA VONTADE E O BADERNAÇO EM BRASÍLIA

Kayllane Bianca da Costa Lima (Graduanda, UnB)

Resumo: Neste trabalho, busco traçar aproximações e/ou afastamentos entre dois levantes populares marcantes na história de Brasília. O primeiro, ocorrido em março de 1964, às vésperas do golpe militar, é conhecido como o Levante da Turma da Boa Vontade. O segundo, já no processo de redemocratização, em novembro de 1986, ficou conhecido, de forma pejorativa, como Badernaço. Proponho uma reflexão a partir dos relatos orais dos trabalhadores presentes nas ocasiões. As turmas da Boa Vontade eram formadas por trabalhadores desempregados que, de forma voluntária, prestavam serviços relacionados à construção civil na esperança de serem pagos. Diante do não pagamento, essas turmas se uniram a outros grupos para reivindicar seus direitos. Nesse contexto, estudantes também se mobilizavam, exigindo melhorias básicas, como uma cantina e cadeiras. O auge dos eventos ocorreu no dia 18 de março de 1964, quando os grupos se reuniram e se manifestaram. O Badernaço, já no período pós-ditadura, foi uma manifestação organizada pelos órgãos sindicais CUT e CGT, com o objetivo de demonstrar a indignação da população em relação ao Plano Cruzado II, que impactava de maneira significativa a situação econômica do país. Existem lacunas nas fontes e na historiografia sobre ambos os movimentos; a partir disso, buscarei traçar similaridades e diferenças entre eles.





7. CULTURAS PERIFÉRICAS EM RESISTÊNCIA: ORALIDADE E CONTRACOLONIALISMO NA POESIA DE NOÉMIA DE SOUSA

Por Luiz Fábio da Costa (Graduando, UEG)

Resumo: Nas investigações sobre o colonialismo português em Moçambique, percebe-se que a produção literária deste período tem sido negligenciada enquanto ferramenta de resistência cultural e denúncia da opressão colonial. Embora estudos como os de Meneses (2010) e Cabaço (2007) tenham abordado a violência institucional e econômica da dominação portuguesa, a dimensão contracolonial da poesia permanece um campo pouco explorado. Este artigo analisa como a obra *Sangue Negro* (2016) de Noémia de Sousa não apenas mobiliza elementos culturais como forma de resistência, mas constitui uma sofisticada tática de insurgência linguística e simbólica contra o projeto colonial. Apoiando-nos no conceito de “situação colonial” de Georges Balandier (1993), que compreende o colonialismo como um sistema dinâmico de dominação cultural, argumentamos que a poesia de Sousa opera como prática contracolonial através de três eixos principais: a transformação da língua portuguesa em arma de desestabilização discursiva, a incorporação de estruturas rítmicas e temáticas das oralidades tradicionais macondes, e a representação do corpo colonizado como arquivo vivo da violência e simultaneamente como espaço de resiliência. Metodologicamente, este estudo qualitativo combina a análise textual de poemas selecionados com o contexto histórico-social do colonialismo português, articulando contribuições da História Oral para compreender os modos de recepção e circulação desses textos enquanto performances culturais de resistência. Os resultados demonstram que Sousa desenvolveu uma poesia singular, que denuncia as violências físicas e simbólicas do colonialismo e reinventa a identidade moçambicana através da exaltação de símbolos culturais africanos. Essa dupla movimentação de desconstrução do discurso colonial e afirmação de alternativas culturais mostra-se relevante para o campo dos estudos sobre culturas periféricas, ao demonstrar como a produção cultural das margens do império pode simultaneamente negar a dominação e afirmar novos imaginários. Este estudo contribui para expandir a compreensão sobre as práticas de resistência cultural em contextos coloniais e estabelece conexões com as formas contemporâneas de resistência cultural nas periferias globais, onde a linguagem continua a ser um campo central de disputa.

8. UM FAROESTE CABOCLO? BANCAS DE JORNAIS E ATENTADOS A BOMBA NA CAPITAL DA DITADURA MILITAR

Por Sarah de Oliveira Marques (Graduanda, UnB) e Cristiane de Assis Portela (UnB)

Resumo: O trecho da música *Faroeste Caboclo*, do grupo brasileiro de rock *Legião Urbana*, lançada em 1987, faz referência aos ataques da direita às bancas de jornal que ocorreram





em Brasília e em outros estados brasileiros. A onda de ataques às bancas de jornal atingiu diversos estados brasileiros como o Rio de Janeiro, São Paulo e Pará e chegou a Brasília em 13 de agosto de 1980, em um ataque à banca de jornal da 514 sul. A autoria do atentado pertence ao grupo de extrema-direita “Falange Nova Pátria”, que além de assumir a responsabilidade, deixou um bilhete manuscrito ameaçando novos atentados caso as distribuições de mídias alternativas continuassem. A partir da leitura de algumas reportagens do Correio Braziliense da década de 1980 é possível perceber o incômodo dos jornalistas sobre a inércia do Governo em relação a uma ação efetiva que parasse esses ataques, tão recorrente em diversas partes do país. Durante a Ditadura Militar no Brasil, as bancas de jornal que comercializavam mídias alternativas tornaram-se alvos constantes de repressão. Essa perseguição se manifestava de diversas formas, como censura, vigilância e intimidação de jornalistas, além de ataques violentos, incluindo atentados com bombas. Esses episódios de violência destacam o clima de medo e controle instaurado pelo regime autoritário, especialmente contra aqueles que desafiavam a narrativa do Governo. Apresentamos aqui alguns indícios históricos que nos permitem compreender estes episódios.

9. HISTÓRIAS, ESCRITA E MEMÓRIAS PERIFÉRICAS

Por Deborah Oliveira e Djalma Oliveira (UFG)

Resumo: O projeto “Histórias, escrita e memórias periféricas” é um trabalho criado pela Profa. Deborah Oliveira e pelo Prof. Djalma Oliveira no qual eles instigaram os alunos (as) a escreverem e publicarem suas Histórias, expressões artísticas (poesia/desenho/música) e pesquisa histórica em forma de livro impresso. O Trabalho é pautado pela inclusão social, interculturalidade disciplinar e revisão conceitual dos conteúdos secularmente estabelecidos aos alunos (as) em sala de aula. O objetivo central deste projeto é se desprender da tradicional pedagogia conteudista que tem, por premissa preliminar, massificar a ideologia de que a periferia não produz arte e tampouco fez ou faz história. Assim, com o intuito de proporcionar o protagonismo do alunato em suas diversas possibilidades de interação cognitiva, o projeto se conecta aos preceitos metodológicos e conceituais ligados às escolas de pensamento Decoloniais. A execução do projeto se estende durante todo ano onde são feitas ações e oficinas instrutivas aos discentes do Col. Est. Prof. José Lopes Rodrigues (Ap. de Goiânia/GO) com o propósito de produzirem conteúdo os quais serão inseridos no livro impresso. Este projeto completa, em 2024, três anos e, por conta deste trabalho, já foram publicados dois livros. A primeira publicação, *Meditações periféricas* (2022), é um livro de poesia e de ilustrações, exclusivamente produzido pelos alunos e alunas. O segundo livro, *Marginália, Histórias e Memórias* (2024), é também uma obra de poesias e que conta com ilustrações dos meninos e meninas, no entanto é complementado com uma pesquisa na qual os discentes escreveram parte da história dos 33 anos do colégio mencionado.

Instituições Organizadoras:



Apoio:





ST 9: HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA E HISTÓRIA SOCIAL: DIÁLOGOS PERTINENTES. Coord.: Eduardo José Silva Lima (UNITINS); Flávio Dantas Martins (UFOB); Jiani Fernando Langaro (UFG)

1. GEOPOESIA E MEMÓRIA CANDANGA: VOZES QUE MIGRAM E RESISTEM EM EXPRESSO BRÁSILIA: A HISTÓRIA CONTADA PELOS CANDANGOS, DE EDSON BEÚ
Por Augusto Rodrigues da Silva Junior (Pós-LIT UnB); Sheila Gualberto Borges Pedrosa (UnB)

Resumo: A presente comunicação propõe uma análise da memória migrante presente no livro, Expresso Brasília: a história contada pelos candangos, de Edson Beú (2012), a partir da perspectiva da geopoesia essa “busca literária pelo invisível do centro periférico” (Silva Junior, 2018). Essa pesquisa parte do entendimento de que as vozes migrantes que contribuíram para a construção de Brasília carregam consigo uma memória marcada por diásporas, migração, resistência e as marcas do trabalho árduo realizado em busca de melhores condições de vida. Silva Junior (2018) afirma que “os processos culturais brasileiros sempre se deram por meio de deslocamentos”. Portanto, a Geopoesia é utilizada nesse trabalho no contexto da memória como prática de expressão poética, que articula corpo migrante, cultura, território, identidade e pertencimento. A teoria da memória coletiva e reflexões de Maurice Halbwachs (1990), estudos sobre História oral e migração do campo à cidade, realizados por Olga Rosa Cabrera Garcia (1995), constituirão o aporte teórico para compreender como as lembranças individuais se entrelaçam aos vínculos sociais, afetivos e territoriais. Beu (2012) descreve memórias e recupera não apenas a saga dos candangos, mas a força simbólica de suas experiências, transmitidas entre as gerações de candangos, fortalecendo um legado cultural que se mantém vivo. Assim, buscamos refletir como a geopoesia se revela como uma estratégia de resistência simbólica e de reivindicação do “direito às memórias”, “direito ao literário” no contexto da história oral e das memórias identificadas em Expresso Brasília.

2. HISTÓRIA ORAL DIANTE DA CATÁSTROFE: DESAFIOS DO PROJETO MEMÓRIAS DAS ENCHENTES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, RS, 2024

Por Clarissa de Lourdes Sommer Alves (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul) e Bruna Xavier (UFRGS)

Resumo: Entre abril e maio de 2024 o Rio Grande do Sul foi assolado por chuvas torrenciais que, associadas a condições climáticas específicas, desencadearam as piores enchentes de sua história, levando à decretação de situação de emergência ou calamidade pública em 418 de seus 497 municípios. Comunidades inteiras foram levadas pelas águas, milhares de pessoas ficaram desalojadas e mais de 180 mortes foram registradas, em um cenário de perdas econômicas e humanas dificilmente mensuráveis. Diante de sua maior catástrofe

Instituições Organizadoras:



Apoio:





climática impuseram-se imensos desafios à sociedade sul rio-grandense, desde o enfrentamento emergencial, com resgates e salvamentos, acolhimento aos desabrigados, garantia da chegada de suprimentos ao território isolado e retomada de serviços básicos, até a reconstrução do estado e a preparação para um futuro em disputa em meio às mudanças climáticas. Neste cenário nasce o Projeto “Memórias das enchentes na Administração Pública estadual”, promovido pela Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão (SPGG-RS) por meio do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, que objetiva documentar as memórias e refletir sobre as vivências durante as enchentes e o processo de reconstrução desde a perspectiva dos agentes públicos do Poder Executivo tendo a História Oral como principal eixo de atuação. O presente trabalho, além de apresentar o Projeto em questão, reflete sobre nossa atuação enquanto historiadoras em uma instituição pública de memória considerando as demandas sociais e tensões teóricas, metodológicas e epistemológicas inerentes ao fazer profissional em um momento limítrofe, assim como sobre o potencial da História Oral enquanto campo de práxis dialógica por meio do qual desejamos captar vozes e experiências plurais dentro da Administração Pública. Entendemos que partilhar as intenções e atividades já desenvolvidas no âmbito do Projeto constituirá um espaço oportuno de diálogo sobre instigar narrativas das vivências da catástrofe e da atuação no combate a seus impactos para inscrevê-las enquanto fontes de pesquisa histórica, e como um trabalho de memória, que organiza a dor do trauma e permite transformar a cicatriz em um signo coletivo de solidariedade e resiliência. Abordaremos, também, os usos e impactos de tecnologias no desenvolvimento do projeto, captação, preservação e difusão das entrevistas, considerando a interface entre História Oral, História Pública e Humanidades Digitais.

3. ANÁLISE DE CONTEÚDO COMO TÉCNICA PARA O TRATAMENTO DE ENTREVISTAS DE HISTÓRIA ORAL

Por Dalânea Cristina Flôr (Univille) e Fernando César Sossai(Univille)

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de apresentar o processo de uso da Análise de Conteúdo (AC), de Laurence Bardin (2021), como técnica para o tratamento de entrevistas de história oral, no contexto de uma pesquisa de doutorado em Patrimônio Cultural e Sociedade em andamento. Propõe-se, também, apontar as contribuições dessa técnica para a análise dos dados produzidos. Conforme apontam comentadores da AC, como Sampaio, Portela e Beff de Araújo (2022), essa abordagem tem como finalidade realizar interpretações, estabelecer conexões e formular deduções a partir do tratamento de vestígios dos fenômenos encontrados no material analisado. Para isso, segue um processo subdividido em três etapas: 1) Conceituação, que se refere à identificação do problema e à construção da (s) pergunta (s) de pesquisa; 2) Desenho da análise de conteúdo, que diz respeito à seleção do material a ser analisado, à sua subdivisão em unidade de





análise/unidade de codificação (quando necessário), e à elaboração de categorias para a análise; e, 3) a análise, cujo objetivo é a interpretação dos dados. No âmbito daquela investigação de doutorado, foram realizadas seis entrevistas com experts em patrimônio. Para a análise desses dados, foram criados três tipos de fichas de categorização, que permitiram trilhar o caminho desde a identificação de vestígios até a análise e interpretação do material. A escolha da técnica teve como propósito examinar e interrogar, de forma mais aprofundada, as narrativas dos entrevistados e experimentar um caminho metodológico autoral e inovador para a tese. O uso da Análise de Conteúdo demonstrou-se eficiente para a identificação de temas, assuntos e conteúdos importantes e/ou recorrentes nas falas dos participantes; facilitou a colocação em diálogo as narrativas dos diferentes entrevistados; revelou-se uma alternativa visual eficaz para a análise dos dados individuais e das relações entre as diferentes experiências vividas, além de permitir ultrapassar o discurso explícito, conduzindo as análises para além da aparência do fenômeno estudado.

4. HISTÓRIA PÚBLICA, EMOÇÕES E MEMÓRIA: DONA REGINA E SEU LOURENÇO, CONTOS DE VIDAS COMUNS

Por Edson Silva de Lima (UEG-Uruaçu)

Resumo: Este estudo investiga as formas pelas quais as emoções estruturam e conferem sentido às histórias de vida narradas por indivíduos de comunidades populares no município de Cáceres-MT, especificamente, a quituteira Dona Regina e o artesão Seu Lourenço. Ao trazer à tona a complexidade emocional presente nas memórias e relatos, o artigo propõe uma análise das dinâmicas afetivas que permeiam o cotidiano dessas personalidades locais. Partindo da metodologia da história oral, a pesquisa dialoga com memórias que revelam emoções e, como elas desempenham um papel crucial na construção da identidade individual desses sujeitos. Esta pesquisa também explora como essas emoções são expressas em um repertório emocional compartilhado, mantendo viva uma memória involuntária. Nossa proposta articula, assim, história pública e filosofia das emoções para compreender como os sentimentos moldam tanto as vivências individuais quanto as histórias coletivas.

5. ESPAÇOS DE LEMBRANÇA, LUGARES DE ESQUECIMENTO: HISTÓRIA PÚBLICA EM PALMAS

Por Eduardo José Silva Lima (Unitins)

Resumo: A cidade de Palmas, capital mais jovem do Brasil, carrega em seus espaços urbanos marcas simbólicas da memória oficial construída a partir da narrativa de sua fundação. Contudo, como em qualquer espaço social, existem memórias que foram silenciadas ou invisibilizadas nesse processo. Nossa proposta é investigar como a memória histórica é materializada no espaço urbano de Palmas, considerando os espaços de lembrança





(monumentos, nomes de ruas, praças, museus, escolas, entre outros) e os lugares de esquecimento, onde identidades, trajetórias e histórias coletivas foram marginalizadas. Entendemos a memória como um campo de disputa, portanto os espaços de memória nos remetem a um passado do espaço urbano que formam estruturas de poder. Neste sentido, esses espaços – como monumentos, museus, nomes de ruas, praças, marcos simbólicos e até mesmo silêncios urbanos – não são neutros: eles expressam decisões políticas sobre o que deve ser lembrado e, por consequência, o que pode ser esquecido. A cidade, como espaço de construção simbólica e social, é um território privilegiado para a análise dessas dinâmicas de visibilidade e apagamento. Criada em 1989, sua paisagem urbana reflete um esforço deliberado de afirmar a legitimidade do novo estado, por meio da exaltação de seus fundadores, da valorização de elementos simbólicos institucionais e da homogeneização da memória coletiva. No entanto, como toda narrativa construída, esta também opera por meio de silenciamentos: experiências de comunidades indígenas, quilombolas, migrantes e antigos moradores do território são frequentemente marginalizadas ou ausentes dos espaços de memória oficiais da capital. Portanto, pretendemos compreender como a memória é organizada, representada e disputada nos espaços públicos de Palmas. A partir das ferramentas conceituais e metodológicas da História Pública, propõe-se mapear os principais marcos de memória da cidade, analisar suas narrativas e identificar lacunas e ausências significativas. Mais do que uma investigação descritiva, a proposta parte de uma concepção crítica e democrática da história, entendendo que a memória pública deve ser construída de forma participativa, considerando múltiplas vozes e experiências.

6. DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA SOCIAL: PERSPECTIVAS E DEBATES METODOLÓGICOS

Por Erick Marcus dos Reis e Cruz (PPGH-UFG)

Resumo: Esse trabalho procura realizar reflexões sobre o uso da história oral como possibilidade teórica e metodológica para a realização da pesquisa e (re)construção do conhecimento histórico. Trata-se de uma metodologia de trabalho apoiada na captação de depoimentos de sujeitos históricos, que relatam suas vivências e experiências através da concessão de entrevistas, organizadas e realizadas a partir da observação de um conjunto de procedimentos técnicos e éticos.

7. A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E SUA DESTERRITORIALIZAÇÃO : UM ESTUDO SOBRE O CENTRO DE GOIÂNIA-GO

Por Fernanda Carolina Souza Peixoto Peixoto (IFG)

Resumo: A presente pesquisa trata-se de um estudo sobre o Centro de Goiânia-GO, que passa por uma evidente transformação no que diz respeito aos usos e costumes dos espaços





que o constituem, assim tem-se como objetivo investigar esse ponto. Para tanto, considera-se que a organização da cidade traduz uma complexa dinâmica de produção e reprodução das relações sociais estabelecidas cotidianamente, ou seja, a cidade traduz o caráter humano e a vida cotidiana. Observou-se, na última década, a transferência de órgãos públicos, do comércio e de eventos culturais para regiões mais afastadas do centro do município, o que provocou na região um abandono do interesse público com a ocupação do local, bem como da população, mas o instigante é entender como esse espaço foi reocupado, como e por quais grupos sociais? À noite é possível ver uma região vazia, desocupada e com a presença de muitos moradores de rua e outros. A pesquisa utilizará os conceitos de território e desterritorialização para identificar o processo na região. Ademais, será desenvolvida junto aos moradores da região central de Goiânia. Para tal, o método de pesquisa será o trabalho de campo, a etnografia como metodologia de pesquisa, que por meio dessa norteará a realização de coleta e transcrição de fontes orais, com entrevistas pré-estruturadas, que visam identificar as mudanças na região central. Pretende-se entrevistar cerca de três moradores mais antigos que puderam perceber essas transformações. Para a realização das entrevistas pré-estruturadas, será seguido as normas na Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) de preservação da identidade dos entrevistados e a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) número 510 que garante o sigilo e a proteção dos participantes durante todo o processo da pesquisa, assim como a proteção de dados (CPF, RG e outros) e a garantia da retirada do consentimento em qualquer fase da pesquisa.

8. PATRIMÔNIO CATARINENSE E HISTÓRIA ORAL: UM ESTUDO PARA A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA EM REDE E SUSTENTABILIDADE PARA AS FORTIFICAÇÕES CANDIDATAS A PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO

Por Geisa Pereira Garcia (Univille) e Fernando Cesar Sossai (Univille)

Resumo: Este trabalho apresenta uma investigação de mestrado, em andamento no PPGPCS/Univille, que analisa os processos de gestão das fortificações de Santa Cruz de Anhatomirim e Santo Antônio de Ratonas, localizadas na Ilha de Santa Catarina e integrantes da candidatura seriada brasileira do conjunto de 19 fortificações à Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Partindo da compreensão de que tais bens são não apenas estruturas arquitetônicas de valor histórico, mas também espaços de memória, nos quais se constroem e se disputam sentidos de pertencimento e identidade em relação ao passado, assim como possíveis usos sociais ao presente. Ao propor um modelo de gestão pautado na governança em rede e na sustentabilidade, o estudo adota a História Oral como eixo metodológico, reconhecendo a centralidade das narrativas de sujeitos implicados nesses processos como fontes de conhecimento patrimonial. A escuta de técnicos, gestores, servidores públicos, lideranças comunitárias e representantes de setores culturais e turísticos é mobilizada por





meio da História Oral, subsidiando análises que buscam compreender como esses atores constroem sentidos sobre as fortificações e se posicionam frente às diretrizes formais da referida candidatura. A partir dessas escutas, busca-se analisar em que medida as práticas de preservação, os usos turísticos, educativos e comunitários dialogam ou não com os parâmetros normativos da UNESCO e com experiências de gestão patrimonial adotadas em contextos nacionais e internacionais. Além disso, as entrevistas são fundamentais para a identificação do estágio em que se encontra o processo de candidatura, particularmente como está sendo avaliado o dossiê submetido à apreciação da UNESCO e suas agências colaboradoras (ICOMOS, IUCN e ICCROM), quais as perspectivas de aprovação e, caso existam, as resistências e/ou dificuldades apontadas pelos envolvidos. A História Oral, neste sentido, não é apenas um instrumento de coleta, mas uma forma de reconhecer o lugar dos sujeitos na construção do patrimônio, permitindo captar divergências e invisibilidades que não se expressam nos documentos técnicos. Ao final da pesquisa, é esperado reunir subsídios que contribuam para o aprimoramento administrativo e financeiro atualmente vigentes, o fortalecimento institucional, a articulação intersetorial e o desenvolvimento de estratégias de preservação mais eficazes e participativas. O estudo visa, assim, contribuir para o reconhecimento do patrimônio como construção coletiva em permanente disputa, e reafirmando a importância da escuta e da participação como fundamentos para uma gestão democrática, inclusiva e sensível às realidades locais. Espera-se, ainda, que os resultados possam dialogar com outras iniciativas de reconhecimento patrimonial no Brasil, fortalecendo a integração entre práticas locais e políticas públicas de valorização da diversidade cultural.

9. VIAGENS E PASSAGEIROS DO TREM BANDEIRANTE: EXPERIÊNCIAS E SONHOS SOBRE OS TRILHOS

Por Guilherme Silveira Braga Vilas Boas (UnB)

Resumo: Em 1968 é inaugurado em Brasília o "Trem Bandeirante", que conectaria a recém-inaugurada capital federal a Campinas (SP), disponibilizando, então, o serviço de transporte de passageiros de forma semanal, que iria atravessar também o interior dos estados de Goiás e Minas Gerais. Este trem iria funcionar até 1992, ano em que encerrou suas atividades em definitivo. A partir de um suposto silenciamento da sociedade brasileira (e brasileira) sobre este personagem, procurou-se entender os movimentos e participações dos sujeitos e indivíduos que em algum momento tiveram contato com as operações e viagens realizadas pelo Bandeirante e que, de alguma forma, dialogam com a memória ferroviária local, e também nacional; Assim, este trabalho intenta trazer as experiências e articulações com o passado e presente de pessoas que viajaram no trem, e que, por meio das oralidades, puderam problematizar suas próprias vidas diante do cenário ferroviário da nova capital e, por conseguinte, dos contextos social, cultural e econômico brasileiros como





um todo. Trata-se, ainda, de verificação das lembranças que integram o exercício rememorativo frente a um passado possível por meio de articulações narrativas que intentam explicar as suas relações com o trem e com a cidade em que moram, tal como as traduções de um trem de passageiros que fora, aparentemente, negligenciado da maioria dos círculos e memórias coletivas sobre as histórias de Brasília.

10. NARRATIVAS DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS: EXPERIÊNCIAS DE FAMÍLIAS VENEZUELANAS RESIDENTES EM DOURADOS (MS)

Isabeli Taveira de Souza (UEMS) e Maria Eduarda Ferro (UEMS)

Resumo: A comunicação resulta de uma pesquisa em andamento que objetiva conhecer as experiências e percepções de crianças e seus representantes legais acerca do processo migratório por eles vivenciado. Os colaboradores da investigação são protagonistas da onda de migração venezuelana para o Brasil, impulsionada pela grave crise econômica, social e política na Venezuela, intensificada por volta dos anos 2016-2017. As famílias em questão migraram para o Brasil entre os anos de 2018 e 2021 e, na atualidade, residem em Dourados, Mato Grosso do Sul. A metodologia que conduz a pesquisa é a História Oral, eleita por possibilitar o acesso às vivências e experiências de pessoas ou testemunhas de determinados acontecimentos, por meio de entrevistas conduzidas com propósitos específicos, como o contexto de projetos de pesquisa. No caso de investigações sobre a temática migratória associada à conjuntura política, econômica e social, há que se considerar que a história oral oportuniza o acesso a vozes em condição de vulnerabilidade e invisibilizadas. Nas vivências das duas famílias participantes deste estudo foram identificadas similaridades e particularidades. A presente comunicação confere especial atenção às similaridades das narrativas dos adultos entrevistados acerca do apoio de terceiros no processo de planejamento para deixar o país de origem, na chegada ao Brasil e na adaptação à vida social no município de Dourados. Ambas residiam em casa própria e possuíam qualidade de vida satisfatória antes de serem atravessadas pela instabilidade política e por seus desdobramentos, como a crise econômica e a elevação da violência. Contribuíram para o movimento migratório a busca pelo acesso a emprego, serviços de saúde e educação. Em ambos núcleos familiares os pais foram os primeiros a deixar a Venezuela. Essa estratégia visou a inclusão destes no mercado de trabalho brasileiro e a capitalização para custeio da travessia da parentela. O processo migratório e a adaptação ao Brasil contaram com o apoio de familiares, amigos e desconhecidos. As memórias do cruzamento da fronteira fazem menção às ações do Estado em trâmites burocráticos e humanitários. Ainda nesta mesma zona, ambas famílias foram recebidas por missionários religiosos e logo a abordagem resultou na conversão ao Evangelho. O apoio da comunidade evangélica é rememorado como parte do acolhimento ao Brasil, sendo reafirmado como pilar na reestruturação da nova vida em terras brasileiras.

Instituições Organizadoras:



Apoio:





11. DESENHAR OUTRAS VOZES: NOTAS DE PESQUISA A PARTIR DA HISTÓRIA DOS QUADRINHOS BRASILEIROS

Por Ivan Lima Gomes (UFG)

Resumo: Na fronteira entre os campos das artes visuais e da edição, é possível dizer que, em termos gerais, as histórias em quadrinhos se configuram como uma prática de leitura de imagens. Isso significa dizer que a multimodalidade é um componente central para compreender a sua circulação e recepção entre distintos públicos leitores. Ainda que esta não seja uma condição sine qua non para uma definição de quadrinhos, o fato é que, historicamente, à leitura de imagens associa-se a profunda articulação entre imagens e textos presentes nos quadrinhos, em geral a partir da presença de discursos orais associados a personagens de uma dada história. Nesta comunicação trabalharemos a hipótese de que a investigação histórica sobre quadrinhos pode apontar para uma reflexão privilegiada sobre a circulação social de distintas expressões da oralidade, por meio da articulação entre oralidades e imagens e sua distribuição por um meio massivo. E que este, em muitos casos, termina por promover debates públicos sobre diversos temas, o que nos permite situá-lo como um meio privilegiado para a afirmação de outras histórias. Tendo em vista o caráter preliminar desta proposta de comunicação, apresentarei exemplos pontuais que se aproximam das discussões acima propostas. Além disso, a comunicação buscará explorar como a integração entre oralidades e visualidades possibilita não apenas valorizar a presença de múltiplos discursos e da diversidade cultural brasileira no espaço público, mas também apontar para as possibilidades de revisão pública e compartilhada de certa memória visual e gráfica do país, que todavia não reconhece a presença histórica de grupos subalternizados nas distintas etapas de construção de uma cultura de quadrinhos no país.

12. CULTURA E TRABALHO NA FRONTEIRA DO BRASIL COM O PARAGUAI E A ARGENTINA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA ORAL

Por Jiani Fernando Langaro (UFG)

Resumo: As relações laborais na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina, durante a primeira metade do século XX, foram marcadas pelo desenvolvimento de atividades junto à extração de erva-mate e de madeira nativas em grandes latifúndios. Denúncias dão conta do emprego de trabalho compulsório, violências e demais arbitrariedades para com os(as) trabalhadores(as), em sua maioria paraguaios(as) e indígenas. Todavia, a historiografia que trata do tema, embora muito rica, sempre careceu da possibilidade de diálogo direto com esses(as) trabalhadores(as). Assim, houve dificuldades para se estudar as formas com que eles(as) enfrentavam tais relações laborais, bem como as formas como dinamizaram suas vidas cotidianas, para além do trabalho. A cultura dessas populações fronteiriças, portanto,





ainda foi pouco estudada, bem como sua ótica sobre a vida e o trabalho na fronteira. Entretanto, nas décadas de 1980 e 1990 vários projetos de história oral foram desenvolvidos, oportunidades em que parte da população fronteiriça da primeira metade do século XX foi entrevistada. Graças a tais empreendimentos, é possível acessar, atualmente, as narrativas e memórias desses(as) trabalhadores(as) e compreender melhor suas vidas cotidianas e as formas como eles(as) encaravam as relações de trabalho em que estavam inseridos(as). A comunicação proposta, nesse sentido, pretende discutir a riqueza e as limitações desse tipo de documentação, bem como refletir metodologicamente sobre seu uso em pesquisa.

13. A PATRIMONIALIZAÇÃO DOS SABERES E FAZERES LIGADOS À PRODUÇÃO DO PASTELINHO NA CIDADE DE GOIÁS

Por Marília Silva e Cruz (UEG)

Resumo: Este trabalho discute a importância dos saberes e fazeres ligados à produção do pastelinho como expressão do patrimônio cultural imaterial e da memória coletiva na cidade de Goiás, antiga Vila Boa. Através de uma abordagem etnográfica e participativa, o estudo apresenta a relevância dos saberes das doceiras vilaboenses, detentoras de técnicas tradicionais herdadas intergeracionalmente. Este doce foi listado na categoria “saberes, ofícios e modos de fazer” do Inventário Nacional de Referências Culturais da cidade de Goiás e seu entorno, realizado em 2014 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Além disso, atualmente encontra-se em andamento um projeto na Assembleia legislativa do Estado de Goiás que busca o reconhecimento do pastelinho de Goiás como patrimônio cultural gastronômico local. Assim, propõe-se analisar o processo de patrimonialização em curso, destacando os aspectos afetivos, culturais e políticos que envolvem a valorização dessa iguaria local. O pastelinho de Goiás ultrapassa seu status de iguaria para tornar-se símbolo cultural e afetivo vilaboense e assim, reflete sobre a relação entre identidade, tradição e resistência cultural frente aos desafios contemporâneos da globalização. Associado às tradições culinárias coloniais, principalmente de origem portuguesa, o doce guarda memórias e práticas transmitidas por gerações de mulheres doceiras, cuja atuação constitui parte significativa do tecido social e identitário da região. Nesse sentido, ressalta-se que para a pesquisa é primordial a realização de entrevistas com as detentoras desses saberes para documentar os conhecimentos envolvidos no preparo desse doce tradicional. O pastelinho de Goiás representa mais do que um doce típico: é um marcador de identidade, resistência e memória. Reconhecer seu valor como patrimônio cultural demanda incluir e dar protagonismo às doceiras responsáveis pela manutenção e transmissão desses saberes. Nessa perspectiva, compreende-se que a patrimonialização precisa ser participativa, sensível às demandas locais e desvinculada de interesses políticos ou turísticos isolados.





14. A REINVENÇÃO DO FOGARÉU

Por Pamella Vitoria dos Santos Bento (UEG/Campus Goiás)

Resumo: Este pesquisa visa explorar a entrevista de doutor Elder Camargo de Passos advogado e morador da cidade de Goiás um dos membros fundadores da Organização Vilaboense de Artes e Tradições "OVAT " Com a transferência definitiva da Capital do Estado de Goiás para Goiânia-GO em 1937, a cidade de Goiás-GO ficou completamente abandonada de investimentos e da atenção do governo estadual. As pessoas que ficaram em Goiás, uns por opção e outros por não concordarem com a mudança, demonstraram a sua aversão em duas frentes: a primeira é em detrimento a atitude mudancista impetrada pelo então Governador Dr. Pedro Ludovico Teixeira, e a segunda é concentrada no desejo de permanência e amor pela cidade. É através dessa resistência dos que aqui ficaram que Goiás conseguiu encontrar as suas vocações futuras: cidade mãe do Estado de Goiás, cidade histórica, cidade cultural, cidade sentimental, turística, berço da cultura goiana, patrimônio da humanidade. Os anos passaram, a lembrança do passado era cada vez mais presente no cotidiano da cidade, as pessoas se encontravam em momentos diversos para reviverem suas memórias, proporcionou o aconchego necessário para que de alguns anos em diante as próximas gerações aqui enraizadas pudessem absorver o amor e encantamento indispensável para constituir o elo entre o passado e o futuro de Goiás-GO. A Organização Vilaboense de Artes e Tradições – OVAT, fundada em abril de 1965 por um grupo de jovens, intelectuais e artistas de áreas diversas, com o intuito de compreender os atos do passado e assim preservar os costumes, fazeres, a história, as manifestações culturais, os saberes, os valores e as tradições, que algumas encontravam-se apenas na memória das pessoas mais antigos. Por fim, esse grupo ordenado institucionalmente, dividiu as tarefas entre si e iniciaram os trabalhos de pesquisa oral e documental e nos jornais, bibliotecas, livros e nos registros de atas e livros de receitas e despesas da Irmandade do Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos sobre alguns acontecimentos e expressões que eram realizadas nos séculos XVIII e XIX em Goiás-GO. Vale destacar que a OVAT entendeu que as raízes e o cerne da cultura da cidade de Goiás-GO estavam presentes na preservação e salvaguarda de sua identidade em harmonia com as transformações no espaço e no tempo, sem perder os seus costumes e saberes. Logo, a intenção dos fundadores da instituição não explorar comercialmente as expressões culturais como um produto cultural, mas difundir, manter e realizar esse legado como referências culturais presentes no cotidiano dos cidadãos locais, que são ícones referenciais da cultura no Estado de Goiás e reconhecidas internacionalmente. Assim, a OVAT tem trabalhado todos esses anos para preservar a arte, a cultura e as tradições locais, bem com os aspectos da memória e da identidade cultural com o fortalecimento de novos nichos e grupos culturais que surgiram a partir da experiência e do contato com as ações de manutenção e salvaguarda das referências culturais da cidade de Goiás que foram praticadas





pela instituição até a atualidade. Há de se destacar que a OVAT não é apenas uma entidade que visou as referências culturais da quaresma à semana santa, ela atuou na defesa de todas as áreas ligadas à arte, cultura, história, memória, patrimônio, tradições, sociedade.

15. HISTÓRIA ORAL, HISTÓRIA PÚBLICA E PATRIMÔNIO CULTURAL: APROXIMAÇÕES PARA UMA PRÁTICA RESPONSÁVEL

Por Raul Amaro de Oliveira Lanari (UFG)

Resumo: O campo da História tem, recentemente, passado por processo de ampliação dos sujeitos que reivindicam para si a legitimidade da elaboração e difusão de interpretações do passado, ora sob a chave do revisionismo e do negacionismo, ora sob a chave do protagonismo de comunidades historicamente subalternizadas. Diante deste cenário, os historiadores profissionais vêm se questionando cada vez mais sobre quais seriam suas atribuições em um mundo saturado de histórias em disputa. Este trabalho tem como objetivo analisar este cenário no âmbito das práticas profissionais do campo do Patrimônio Cultural, se centrando em processos de pesquisa sobre bens culturais por meio de entrevistas e metodologias participativas, como os Mapas Mentais e os Grupos Focais. Em processos participativos como os elencados, a legitimidade das abordagens a respeito das referências culturais é compartilhada entre pesquisador e comunidade, levando à necessidade de posturas específicas diante do outro e do estabelecimento de um senso de responsabilidade para com os sujeitos da pesquisa. Neste sentido, me baseio nas ideias de Alessandro Portelli, para quem os processos de entrevista envolvem tanto estratégias do pesquisador como estratégias dos entrevistados, que possuem também seus interesses quanto à afirmação de memórias. Além disso, acompanho Svetlana Aleksíevitch, para quem o ato de entrevistas traz consigo um compartilhamento dos afetos, em suas palavras, um "sofrer por procuração" que coloca no centro do debate a dimensão ética dos processos de entrevistas. Muito se sabe sobre o antagonismo desenvolvido por integrantes de comunidades tradicionais com relação aos pesquisadores, considerados pessoas que levam as informações das pessoas sem devolvê-las como algo que possa trazer resultados práticos para estas comunidades. Assim, com base na análise de situações de pesquisa envolvendo comunidades tradicionais em Minas Gerais e na foz do rio Doce, no Espírito Santo, teceremos considerações sobre como a História Pública, na interseção com a História Oral, pode oferecer elementos de reflexão para a prática no campo do Patrimônio Cultural, especialmente no processo de realização, transcrição, análise e publicização de entrevistas e dinâmicas participativas envolvendo comunidades tradicionais. Dentre as perguntas-chave a serem respondidas neste trabalho, é possível destacar as seguintes: Como o processo de entrevistas para a patrimonialização de bens culturais deve lidar com as memórias individuais e as apropriações de elementos da memória coletiva? De que maneira o pesquisador deve lidar com a autoridade compartilhada entre entrevistador e entrevistado?

Instituições Organizadoras:



Apoio:





Qual a relevância da dimensão dos afetos nos processos de entrevistas? O entrevistador deve buscar uma relação empática com o entrevistado? Quais estratégias podem ser bem sucedidas para garantir a participação com protagonismo destas no processo de pesquisa?

16. E O PROGRESSO SE FEZ ÁGUA: NARRATIVAS DE EX-MORADORES DE PORTO BARREIRO-MG ATINGIDOS PELA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITUMBIARA-GO
Por Yanglely Adriano Marinho (IFG)

Resumo: Essa comunicação ocupa-se da análise das transformações socioeconômicas ocorridas em parte da região do Triângulo Mineiro, a partir do final dos anos 1970, tendo em vista os impactos gerados pela construção da Usina Hidrelétrica de Itumbiara. Tal análise é desenvolvida por meio da interlocução com sujeitos afetados pelo processo de desapropriação levado a cabo pela estatal Furnas Centrais Elétricas — responsável pela construção da barragem —, com foco principal nos moradores da vila de Porto Barreiro-MG. Com a submersão dessa vila, a maior parte das famílias foi relocada para próximo de Amanhece, distrito de Araguari-MG, sendo as restantes indenizadas em dinheiro. Em que pese as promessas de melhorias sinalizadas por Furnas, o que acabou ocorrendo foi a desestruturação de modos de viver, com a maioria das famílias não se adaptando à nova localidade. Das narrativas desenvolvidas pelos sujeitos privilegiados na pesquisa emergem sentimentos de perdas irreparáveis, no que se refere às moradias submersas — com seus férteis quintais repletos de hortas e pomares —, à proximidade com o rio Paranaíba — com sua fartura de peixes e clima mais ameno — e da afetividade proporcionada por uma rede de sociabilidade construída ao longo de anos de convivência com os mesmas famílias vizinhas.





ST 10: ORALIDADES, HUMANIDADES DIGITAIS E REGISTROS: EXPERIÊNCIAS NA PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO. Coord.: George Leonardo Seabra Coelho (Ppghispam/ Uft); Adriana Carvalho Capuchinho (PPGLETRAS/ UFT); Roger Dos Anjos De Sá (SEDUC/GO)

1. TECNOBIOGRAFIAS CONSTRUINDO PONTES PARA PEDAGOGIAS INOVADORAS: PROFESSORES E ALUNOS DE ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Por Georgia Patrícia Cirqueira Aguiar (UFT); Adriana Carvalho Capuchinho (UFT)

Resumo: Apresentamos os resultados de nossa pesquisa de iniciação científica no curso de Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Realizamos um levantamento inicial sobre a história dos professores do ensino básico em Porto Nacional no que se refere ao contato e utilização de tecnologias. O contexto para a realização desse estudo surgiu durante o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) no período de 2020 a 2022. Durante essa experiência, percebeu-se uma crescente dependência de dispositivos digitais nas atividades educacionais. Assim, a pesquisa visa desenvolver práticas educacionais alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) e promover os multiletramentos dos alunos, capacitando-os a compreender e criar com tecnologias digitais de forma ética. A pesquisa se caracteriza como exploratória, descritiva, qualitativa e quantitativa (BORTONI; RICARDO, 2016), buscando investigar o impacto desses profissionais na educação dos alunos, com foco nas práticas relacionadas ao uso e produção de linguagem online. Para coletar os dados iniciais foi aplicado um questionário semiestruturado no Google Formulários com professores voluntários. Através desse instrumento, foi obtido histórico sobre o uso de tecnologias digitais pelos professores, bem como sua competência na produção e compreensão mediadas por dispositivos digitais e ambientes online. A fim de aprofundar nosso entendimento sobre como os professores incorporam a tecnologia digital em seu cotidiano de trabalho, abrangendo o planejamento de aulas e a utilização de recursos digitais interativos ou colaborativos em sala de aula, conduzimos entrevistas de história de oral (ALBERTI, 2004) em tecnobiografias (BARTON; LEE, 2013) com professores e alunos que se voluntariaram para participar da pesquisa. Os resultados preliminares revelaram que a maioria dos professores possui entre 30 e 50 anos de idade, sendo que grande parte teve seu primeiro contato com tecnologia digital já na idade adulta. Além disso, a pesquisa também apontou que alguns professores não utilizam recursos digitais na preparação das aulas, indicando uma oportunidade para melhorar a competência digital desses educadores. Contudo, é importante destacar que todos os professores demonstraram interesse em aprender a utilizar novos recursos digitais educacionais. Em suma, nossa pesquisa visa contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas dos professores, promovendo uma educação mais próxima aos desafios contemporâneos e preparando os alunos para um mundo cada vez mais digital.

Instituições Organizadoras:



Apoio:





2. VISITAS ÀS ESCOLAS PLURAIS: FOTO-NARRATIVAS DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA MAUREHI EM ARUANÃ - GOIÁS

Por Patricia Maria Jesus da Silva (RME/Goiânia)

Resumo: Este trabalho é um relato de experiência de ações desenvolvidas no Projeto de Pesquisa “Escolas de Educação Básica para Todos: etnias, culturas e saberes plurais”, que teve como objetivo a realização de visitas para conhecer, documentar e divulgar algumas escolas “plurais”, em que, entendemos ser aquelas autorizadas pelo Ministério da Educação (MEC) e diferenciam-se das instituições regulares por estarem fundamentadas em contextos de grupos sociais específicos, de descendências africanas, indígenas, trabalhadores rurais, entre outros. Ao longo do ano de 2024, as três primeiras escolas visitadas foram a Escola Pluricultural Odé Kayodê (Cidade de Goiás), a Escola Estadual Indígena Maurehi (Aldeia Buridina/Aruanã) e as Escolas Itinerantes Kalunga durante o Festejo de Nossa Senhora d'Abadia (Comunidade de Vão de Almas). Este estudo será dedicado a relatar a visita à Escola Estadual Indígena Maurehi por meio das narrativas captadas tanto em imagens fotográficas quanto nos diálogos orais, realizadas com representantes da comunidade escolar que apresentaram suas experiências e os movimentos desenvolvidos por eles para a manutenção dos saberes ancestrais, principalmente no resgate da língua Iny Rybè. O resultado destas vivências é apresentado em foto-narrativas disponibilizadas e publicadas no volume XIII da coletânea: Escola de Educação Básica para todos!

3. BERLIM ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: TRAUMAS E A RECONSTRUÇÃO SIMBÓLICA POR MEIO DE INTERVENÇÕES URBANO-ARQUITETÔNICAS

Por Ana Clara Spadeto (PUC-GO)

Resumo: Este trabalho investiga as relações entre memória e história na cidade de Berlim, explorando como a memória coletiva se articula com os processos de transformação urbana e as tentativas de apagamento de traumas históricos. A partir de uma perspectiva teórica fundamentada em autores como Bresciani e Naxara (2001), Pierre Nora (1984) e Maurice Halbwachs (1950), o estudo problematiza a dualidade entre memória coletiva e memória histórica, destacando as dinâmicas de apagamento e ressurgimento de memórias traumáticas, especialmente relacionadas ao Muro de Berlim e aos eventos que marcaram a cidade desde a Segunda Guerra Mundial até a reunificação e os desdobramentos da virada do milênio. A memória, quando reduzida a um registro histórico institucionalizado, perde sua característica espontânea e afetiva, passando a compor um conjunto de representações formais e utilitárias. Berlim é um exemplo desse fenômeno, em que as marcas deixadas pelos eventos traumáticos, como as guerras e a divisão pela barreira física e ideológica do muro, sofrem tentativas de apagamento ou diluição na narrativa histórica oficial e a





formação de uma identidade associada ao planejamento estratégico. Tal prática evidencia um processo de tensionamento entre a preservação e o desejo político de construção de uma nova identidade urbana, voltada à espetacularização das cidades. Em Berlim, essa tensão se manifesta na tentativa de apagar os traços da Guerra Fria e do regime socialista, utilizando estratégias urbanas que buscam reconstruir a imagem da cidade. Contudo, as lembranças coletivas e as experiências pessoais resistem ao apagamento, emergindo por meio de registros afetivos e fragmentados que desafiam as narrativas consolidadas. A pesquisa analisa a dualidade entre a memória como ato ético e sua apropriação política, refletindo sobre o dilema de preservar ou suprimir vestígios históricos e o impacto das intervenções urbanas. Para alguns, manter elementos da memória urbana é essencial ao aprendizado e ao reconhecimento do passado. Para outros, o apagamento permite construir novas realidades, distanciando-se de traumas e promovendo a reconfiguração simbólica. O planejamento urbano e as materializações da cidade-logo (Muñoz, 2008) também são abordados. Berlim é um laboratório de memória coletiva na contemporaneidade, onde a disputa entre lembrança e esquecimento molda sua paisagem urbana. A complexa relação entre memória e história evidencia que a tentativa de apagar rastros do passado não elimina sua presença nas camadas simbólicas e espaciais da cidade. A memória resiste como fenômeno dinâmico e multidimensional, mantendo um vínculo ativo com a identidade urbana e promovendo constante ressignificação.

4. A IGREJA MATRIZ DE TRINDADE: UMA HISTÓRIA DE FÉ

Por Blenda Suelen Bento (UEG-GO)

Resumo: Este artigo objetiva analisar contextos sócio-históricos, debater sobre as experiências humanas em suas diferentes dimensões temporais e vivências sociais, evidenciar o uso da história oral e social como importante metodologia de pesquisa sobre a Igreja Matriz de Trindade-GO, um patrimônio cultural tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que vai além de sua materialização, ou seja, um patrimônio católico tombado por sua excepcionalidade e construção histórica, que também carrega consigo imaterialidade, histórias orais e vivências sociais de sua comunidade e usuários do Brasil e dos mundo, de milhares de pessoas que se identificam e possuem vínculos com este patrimônio, seja em seu cotidiano ou em determinadas épocas de vida. Reflexões como memória, oralidades, vínculos, identidade, narrativas, cuidados metodológicos a serem tomados, histórias sociais, diálogos entre oralidade e escrita são algumas bases para uma discussão mais rica e ampla.





5. OS BATISTAS EM GOIÂNIA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE UMA IDENTIDADE PROTESTANTE

Por Fabiano Silva de Sousa (PPGH/ UFG)

Resumo: Este estudo analisa a formação da identidade religiosa batista no Brasil, desde sua chegada em meados do século XIX, com foco em seu crescimento em Goiânia entre 1914 e 1938. Os batistas, um dos principais grupos protestantes históricos no país, originaram-se na Inglaterra, consolidaram-se nos EUA e expandiram-se no Brasil. O recorte temporal inicia em 1914, quando o pastor Salomão Luiz Ginsburg, judeu polonês convertido, introduziu o batismo em Catalão (GO). A pesquisa também aborda a expansão da denominação nas décadas de 1950, período de crescimento urbano, migrações e modernização em Goiás. O objetivo é discutir o papel dos batistas nesse contexto, analisando suas estratégias de inserção e interação com transformações sociais/memória e história social. Em Goiânia, tornaram-se a denominação protestante com maior número de fiéis, destacando-se pela adaptação ao desenvolvimento regional. A pesquisa investiga as origens, características e métodos de expansão dessa identidade religiosa, utilizando fontes como os anais das Convenções Batistas e O Jornal Batista (criado em 1901). O estudo busca compreender como os batistas, com raízes no protestantismo inglês e norte-americano, integraram-se à sociedade brasileira, especialmente em Goiás, contribuindo para a formação sociocultural da região. A análise revela como a denominação adaptou-se ao cenário local, consolidando-se como uma força religiosa relevante mesmo após um século de presença no Brasil.

6. AS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS NA CIDADE DE APARECIDA DE GOIÂNIA ENTRE 1922 E 2022

Por Lucimar Alves Menezes (PUC-GO)

Resumo: O objetivo deste trabalho foi pesquisar as representações artísticas e a produção de artistas em Aparecida de Goiânia, com destaque às manifestações culturais populares desde sua fundação, em 1922, até seu centenário, em 2022. A celebração do centenário coincidiu com a inauguração do primeiro anfiteatro da cidade, e trouxe reflexões sobre a possível falta de instituições dedicadas à promoção e à preservação da história da cidade e das artes locais. A pesquisa identificou obstáculos como a falta de apoio formal e de infraestrutura adequada, afetando a produção artística em diversos períodos. O estudo utilizou a pesquisa-ação, a partir de fontes primárias obtidas na Secretaria Municipal de Cultura através de observações, pesquisa documental, análise bibliográfica e entrevistas com artistas e personalidades aparecidenses. Baseando-se nas obras de Freud de Melo (2002) e Nilda Simone Siqueira (2014), o resultado do estudo foi uma narrativa da história das representações artísticas nesse município, consolidada através das memórias cedidas pelos envolvidos na pesquisa, o que revelou a negligência do poder público em muitos momentos,





mas também o renascimento cultural nas diversas linguagens artísticas desenvolvidas nas últimas duas décadas de seu centenário, além de discutir os desafios e perspectivas futuras para a cena artística da cidade.

7. NOVAS RELIGIÕES JAPONESAS EM GOIÁS: UM ESTUDO SOBRE A IGREJA MESSIÂNICA MUNDIAL NA CIDADE DE GOIÁS

Por Tamires Terra e Freitas (UEG-Iporá) e Vitória Geovana Silva Gonçalves (UEG-Iporá)

Resumo: Este estudo se dedica à Igreja Messiânica Mundial (Sekai Kyūsei Kyō, em japonês) na Cidade de Goiás, no estado de Goiás. Abordamos o estabelecimento e a acomodação dessa nova religião japonesa na antiga capital goiana. Como demonstraremos, trata-se de uma comunidade religiosa minoritária, presente no município desde 1982, que enfrenta alguns obstáculos para se inserir de maneira satisfatória na paisagem religiosa da antiga capital goiana, majoritariamente cristã.

8. NARRATIVAS EM MOVIMENTO: DEPOIMENTOS COMO PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM ARTE/DANÇA NA ESCOLA DO CAMPO DE RIO VERDE - GO

Por Jovair Batista de Jesus (PUC-GO) e Andreza Alves Vieira Abrahão (IFG)

Resumo: Este resumo faz parte da pesquisa do Mestrado Profissional em Artes (PROFARTES) denominada “Da Dança que se pensa para a dança que se dança”, desenvolvido na EMREF Vale do Rio Doce em Rio Verde – GO nas aulas de Arte do Ensino Fundamental II em 2023 com 153 alunos. O estudo é uma pesquisa participante, com abordagem qualitativa, de caráter artístico relacionada à dança na escola. O objetivo do trabalho foi investigar os caminhos de aproximação dos alunos com a dança, numa perspectiva crítico-emancipatória em uma dimensão estético-sensível. A proposta foi desenvolvida em etapas, partindo de um diagnóstico que permitiu identificar os tipos de experiências dançantes dos alunos, onde foi solicitado que eles escolhessem uma música e gravassem uma coreografia a sua escolha. Com esse mapeamento foi possível identificar que as experiências prévias de dança dos alunos estavam relacionadas às danças midiáticas, especialmente o TikTok, destacando-se a coreografia da música “Desenrola, bate e joga de ladinho”. Essa descoberta norteou o desenvolvimento da etapa seguinte, pois observou-se que as coreografias eram engessadas e repetitivas, sem liberdade criativa. Partindo dessa música, buscou-se ampliar as experiências dançantes dos alunos a partir da experimentação de outros movimentos corporais com os verbos desenrolar, bater e jogar. A turma selecionou seis movimentos, compondo uma célula coreográfica para cada verbo, de modo que o conjunto resultou em uma coreografia mais ampla, criativa e autoral para a mesma música. Para finalizar o processo, foi realizada a coleta do depoimento dos alunos pelo docente. A gravação das narrativas ocorreu na escola, onde cada aluno individualmente teve a oportunidade de se





colocar na frente da câmera do celular para contar como foi o desenvolvimento da experiência dançante para eles. Eles abordaram suas impressões, narrando seus sentimentos, expectativas, desafios, superações, interações e envolvimento. Ao assistir as narrativas, percebeu-se a riqueza de cada memória, enxergando nesse material a oportunidade de elaborar um documentário para registrar e compartilhar esses depoimentos para a construção de conhecimento através das experiências corporais e das narrativas orais, o qual foi intitulado “Dança você faz eu me senti muito confusa, mas eu adoro você”. Os depoimentos se tornaram registros da aprendizagem, mostrando como os saberes em Arte/Dança podem ser construídos de forma coletiva, afetiva e significativa na escola do campo, contribuindo para o fortalecimento da identidade do sujeito, despertando sua sensibilidade artística e estética. Pode-se perceber que as histórias contadas pelos próprios alunos valorizam suas trajetórias, ampliam a escuta e reconhecem o saber que emerge do cotidiano e do corpo em movimento.

